UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**A ELITE POLÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO: NATAL - 1889/1913**

**GIOVANA PAIVA DE OLIVEIRA**

NATAL - RN

1997

GIOVANA PAIVA DE OLIVEIRA

**A ELITE POLÍTICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO URBANO: NATAL - 1889/1913**

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional, à Banca Examinadora do Mestrado em Ciências Sociais - UFRN, sob orientação da Profa. Dra. Ilza Araújo Leão de Andrade.

NATAL - RN

1997

A meus pais.

**AGRADECIMENTOS**

À CAPES; ao Programa de Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aos professores, funcionários e amigos que conquistei.

À Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais, Profa. Dra. Maria do Livramento M. Clementino, pelo apoio, também institucional.

Às amigas Ângela e Brasília, pelo apoio fundamental, e ao pessoal do Cotovelo por compartilharem minhas ansiedades e solidão.

À minha orientadora Profa. Dra. Ilza Araújo Leão de Andrade, pelo carinho, atenção e contribuições ao meu trabalho e, que graças a sua disponibilidade, possibilitou-me a conclusão desta pesquisa, meus agradecimentos e minha amizade.

À minha família, pela dedicação, especialmente minha mãe Lêda e minha irmã Mima, que nos momentos mais difíceis, ajudaram-se na coleta e na digitação dos dados.

E à Ricardo, por TUDO.

**RESUMO**

Neste estudo, procura-se entender o processo de mudanças ocorrido na cidade do Natal, dentro da perspectiva da intervenção pública e da problemática da modernidade das cidades, no período entre o final do século XIX e início do XX. Este trabalho pretende mostrar que o processo de modernização por que passou a cidade do Natal não se configurou em um caso isolado, mas foi resultado de um processo mais amplo que atingiu outras cidades no mundo. Este período no Brasil coincidiu com a mudança política decorrente da implantação do Regime Republicano, o qual possibilitou a emergência de uma casta de políticos intelectualizados, que adaptaram-se aos esquemas coronelísticos tradicionais e consolidados.

Ao atingir a cidade do Natal, este movimento, a encontrou ainda apresentando uma estrutura de cidade colonial. Através da ação do poder público, entre 1889 e 1913, foram realizadas intervenções transformadoras do espaço, que materializaram o projeto político da elite política dominante. Através de melhoramentos físicos, a cidade foi transformada, tornando-se compatível com seus interesses econômicos, o que intensificou seu crescimento. Enfim, foi transformada em cenário de exposição material do poder da elite, que o construiu a partir da imagem de cidade moderna, civilizada e progressista, tornando real a fantasia da modernidade.

**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

FIGURA 1 - Foto da Cidade do Natal 13

FOTO 1 - Praça André de Albuquerque - Foto de 1904 18

FOTO 2 - Praça André de Albuquerque - Foto de 1910 18

FOTO 3 - Praça André de Albuquerque - Foto de 1920/1922 19

FIGURA 2 - Mapa do Brasil 63

FIGURA 3 - Mapa do Estado do Rio Grande do Norte 65

FIGURA 4 - A Cidade do Natal e seus bairros atuais 70

FIGURA 5 - Limites do Município de Natal (FOTO) 71

FOTO 4 - Feira do Passo da Pátria (detalhe: trem ao fundo) - Data não identificada 73

FOTO 5 - Mercado Público da Cidade Alta. Após sua inauguração sofreu várias reformas - Foto da década de 10 110

FIGURA 6 - Plano da Cidade Nova (1904) 114

FIGURA 7 - Trama viária do Plano da Cidade Nova (1904), sobreposto pelo trajeto das linhas de bonde da Empresa de Melhoramento (1908-1913) 116

FOTO 6 - Bairro da Cidade Nova, criado pela Resolução No 55, em dezembro de 1901 - Fotoda década de 1950 118

FOTO 7 - Jardim Público da Praça Augusto Severo, projetado pelo arquiteto Herculano Ramos, em 1904 (detalhe da Ponte de madeira atravessando os canais) - Foto da década de 10 121

FOTO 8 - Bica do Baldo após as obras de saneamento: transformada em Logradouro Publico - Foto de 1904 125

FOTO 9 - Rua Dr. Barata 126

FOTO 10 - Rua do Commércio 126

FOTO 11 - Edifício do Congresso do Estado (atual prédio da OAB), projetado pelo arquiteto Herculano Ramos, em 1906 - Foto da década de 10 129

FOTO 12 - Hospital Juvino Barreto, construído em 1908, no Monte Petrópolis (atual Hospital Universitário Onofre Lopes - Foto da década de 10 135

FOTO 13 - Grupo Escolar Augusto Severo, inaugurado em 1908 (atual prédio da Secretaria de Segurança Pública) - Foto de 1920/1922 136

FOTO 14 - Parque público por trás do Palácio do Governo, entre a Praça André de Albuquerque e a rua da Conceição. Projetado pelo arquiteto Herculano Ramos - Foto de 1920/1922 137

FOTO 15 - Praça Pedro Velho (percurso entre as atuais av. Prudente de Morais e Deodoro da Fonseca) - (detalhe: linha do bonde 139

FOTO 16 - Theatro Carlos Gomes (atual Teatro Alberto Maranhão). O antigo prédio, concluído em 1904, sofreu uma reforma em 1910, projetada pelo arquiteto Herculano Ramos - Foto de 1920/1922 141

FOTO 17 - Vista do Porto e do Cais Tavares de Lyra - Foto da década de 10 142

FOTO 18 - Avenida Junqueira Aires (primeira linha de bonde ligando a Cidade Alta à Ribeira) 147

FOTO 19 - Chegada do bonde ao Monte Petrópolis, onde foi construído o Café Petrópoilis e um mirante para a praia 152

FOTO 20 - Um trecho da Cidade Alta (atual Praça João Tibúrcio) - Foto de 1904 166

FOTO 21 - Um trecho da Cidade Alta (atual Praça João Tibúrcio) - Foto de 1920/1922 166

FOTO 22 - Avenida Rio Branco após os serviços de calçamento e arborização, promovida pelo Governador Alberto Maranhão entre 1900 e 1904 - Foto de 1920/1922 169

FOTO 23 - Avenida Tavares de Lira - Visualizando-se os trilhos do trem e do bonde, postes de ferro e iluminação elétrica, calçamento e antena do telégrafo - Foto de 1920/1922 169

FOTO 24 - Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão 186

FOTO 25 - Governador Alberto Maranhão 193

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO

OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

PARTE 1

QUESTÕES TEÓRICAS

Capítulo 1 - POLÍTICA DE INTERVENÇÃO PÚBLICA E AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE MODERNA

A MODERNIDADE E A QUESTÃO URBANA

Aspectos Históricos

Os projetos de intervenção no espaço das cidades e a Revolução Industrial

AS POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO

Intervenções no espaço das cidades

As Obras de Paris: primeiro exemplo de intervenção

AS INTERVENÇÕES PÚBLICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS

PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTROLE E INTERVENÇÃO URBANA NAS CIDADES

A experiência de Pereira Passos no Rio de Janeiro

PARTE 2

AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO DE

NATAL E A CONJUNTURA POLÍTICA

Capítulo 2 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA EM NATAL

AS INTERVENÇÕES ESTATAIS NO ESPAÇO URBANO DE NATAL

As ações da administração pública na Cidade do Natal anteriores a 1889

AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS PARA A TRANSIÇÃO REPUBLICANA

Capítulo 3 - PRIMEIRO MOMENTO DAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS

CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE E AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO: 1889-1892

OS GOVERNOS PEDRO VELHO E FERREIRA CHAVES: 1892 E 1900

DO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO AO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO: 1900 A 1908

Primeiro Governo de Alberto Maranhão

As intervenções entre 1904 e 1908

Capítulo 4 - SEGUNDO MOMENTO DAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS E O PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DE NATAL

GOVERNO ALBERTO MARANHÃO: 1908 A 1913.

1908 - Obras de Melhoramentos do Porto do Natal

De Janeiro a Outubro de 1908 - Companhia Ferro Carril do Natal

De Outubro de 1908 a 1913 - Empresa de Melhoramentos de Natal

RESULTADOS DO SEGUNDO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO

CONCLUSÃO

A CIDADE COMO IDEÁRIO DA ELITE

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

APÊNDICE BIOGRÁFICO

FORMAÇÃO INTELECTUAL DA ELITE NO RIO GRANDE DO NORTE

Pedro Velho

Amaro Cavalcanti

José Bernardo

Alberto Maranhão

Manoel Dantas

Elias Souto

Augusto Severo

Dr. Luís Carlos Lins Wanderley

Manuel Segundo Wanderley

Henrique Castriciano

# INTRODUÇÃO

No final do século XIX e começo do XX, várias cidades no mundo inteiro foram objeto de intervenções públicas que mudaram seus perfis e suas configurações físicas. Este movimento atingiu também a cidade do Natal. Capital política e administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, foi localizada no Nordeste brasileiro, numa posição privilegiada e estratégica entre o Rio Potengi e o Mar.

O núcleo originário da cidade foi construído em 1599, no ponto mais alto da região próxima ao estuário deste Rio. Ao longo de quatro séculos foram edificadas três Igrejas, em torno das quais se dispuseram espontaneamente as ruas. Essas Igrejas se localizavam em largos com casas simples dispostas ao seu redor, e o restante da cidade mantinha a mesma estrutura característica das cidades coloniais, com becos e ruas estreitas, sem calçamento ou limpeza, com casas térreas e calçadas irregulares.

Não existia qualquer separação espacial da população no pequeno vilarejo. Misturavam-se nobres, religiosos, funcionários públicos, comerciantes, pobres e escravos, todos vivendo e circulando no mesmo espaço. Não havia também qualquer tipo de divisão na cidade. A administração pública, o comércio, as feiras, as residências, ocupavam as mesmas áreas. Algumas epidemias, em meados do século XIX, tinham encontrado nas ruas e habitações insalubres as condições ideais para se desenvolverem.

Resumidamente, estas eram as características da cidade do Natal, objeto deste estudo, no ano de 1889. Em 1913, o espaço urbano de Natal havia se transformado. Durante este período, o poder público realizou diversas intervenções no seu espaço que abrangeram a questão da limpeza e asseio das ruas, becos, praças e residências; a reforma estética das ruas, calçadas, fachadas e muros; alinhamentos e calçamentos de ruas; encanamento de água e esgoto; iluminação à gás acetileno, depois elétrica; bondes, sistema de telefonia, escolas, hospitais, cadeia pública, bancos, teatro, cinema, reconstruções e construções de novos edifícios, com a adesão à estética do ecletismo.

Este trabalho percorre 25 anos da história da cidade do Natal. Ele analisa a realidade do espaço urbano durante o período que vai de 1889 a 1913, quando se deu, de forma visível, uma significativa transformação do espaço através das intervenções públicas (FOTO 1, 2 e 3). Este foi também, o período em que o Estado do Rio Grande do Norte e sua capital ficaram sob o controle político de um único grupo, liderado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. As ações realizadas manifestavam a vontade política de investir em melhoramentos das condições materiais, transformando a cidade colonial em outra mais moderna, condizente com a imagem desejada por esta elite. Um outro determinante era a necessidade de desenvolver atividades econômicas, para as quais a cidade não apresentava infra-estrutura adequada.

Existem vários estudos historiográficos e urbanísticos que acompanham a existência e a transformação das cidades ao longo dos tempos. Estes focalizam a vida política, as instituições públicas, os edifícios, os elementos infra-estruturais, a economia.

“*Podem, numa vertente adotada sobretudo por urbanistas, recortar as formas urbanas desde as aglomerações mais primitivas, orientando-se pelas coordenadas do espaço e da técnica*” (BRESCIANI, 1992, P.11),

Considerando a cidade como um fato histórico, e tendo como pressuposto teórico a noção de crescimento evolutivo e de desenvolvimento. Por outro lado, existe a vertente que rompe com esta idéia de continuidade no tempo como pressuposto de conhecimento. Esta

“*volta-se para as cidades associadas à idéia de modernidade, para o momento em que, na primeira metade do século XIX, são problematizadas em questão urbana, concebidas como um espaço de tensões empíricas e conceituais, concepção que perdura na formulação do paradigma que orienta o conhecimento e a vivência nas cidades contemporâneas.*” (BRESCIANI, 1992, P.11)

Com isso, deseja-se afirmar o esforço em conjugar essas duas vertentes, apresentando neste estudo, conjuntamente, um olhar sobre a questão técnica e outro sobre a questão social e política. O primeiro olhar, se empenhará em explicitar o conhecimento técnico, as soluções adotadas, a salubridade, a intervenção sobre a cidade, ou seja, continuamente será demonstrada uma preocupação com o urbanismo e a questão da cidade; o segundo olhar, demonstrará uma preocupação com a dimensão política e econômica, a divisão da sociedade em classes sociais e o controle da elite dominante.

Este trabalho pretende mostrar que o processo de modernização por que passou a cidade do Natal, no decorrer do final do século XIX e início do século XX, não se configurou em um caso isolado, mas foi resultado de um processo mais amplo que atingiu outras cidades no mundo, a partir de Paris, tendo no Brasil, o Rio de Janeiro como exemplo mais reconhecido. Era necessário, assim, reconhecer as razões pelas quais esse movimento teve origem e as forças propulsoras de sua realização.

Com este objetivo, esta dissertação de mestrado está composta de duas partes. Na Primeira Parte, serão tratados os temas teóricos sobre o espaço urbano, destacando aí a ação do Estado e a natureza das intervenções públicas realizadas em diferentes cidades do mundo. A Segunda Parte, é dedicada exclusivamente a Cidade do Natal e as transformações nela realizadas, destacando-se a conjuntura política que marcou a implantação do projeto republicano no País, a consolidação do poder de uma elite política, liderada por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e as intervenções realizadas no espaço urbano de Natal.

No Capítulo referente às CONCLUSÕES: A Cidade como Ideário da Elite Urbana, serão abordados aspectos da formação dessa elite política e as imagens que construíram sobre a cidade moderna, especificamente visualizadas nas modificações que propuseram e executaram na cidade do Natal.

Por se tratar de um pesquisa cujo objeto enfocado não havia sido profundamente trabalhado até então, as conclusões extraídas serão apresentadas dentro uma perspectiva segundo a qual outros estudos deverão sucedê-la. Para tanto, serão levantados questionamentos que poderão estimular novos trabalhos acadêmicos.

É claro que um estudo que procura estar fundamentado nas premissas da cientificidade, não pode se furtar em construir um objeto de estudo e apresentar elementos que procurem elucidar a problemática desse objeto. E convém que, desde já, fique registrado que, nossa preocupação, é apresentar um estudo que procura entender e, na medida do possível, elucidar o caso de Natal, dentro da perspectiva do processo de intervenção pública e da problemática da modernidade das cidades.

### OS CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

O interesse por esse tema foi suscitado, inicialmente, pelo projeto de pesquisa **Estado e Movimentos Sociais Urbanos - O Caso de Natal**, financiada pela FINEP entre os anos de 1987 e 1989, cuja equipe era formada pelo Mestrado em Ciências Sociais e Departamento de Arquitetura da UFRN. Este estudo, em que pese os importantes resultados, apresentou lacunas no processo histórico de estruturação do espaço urbano de Natal, que sugeriram a necessidade deste estudo.

A idéia deste projeto de dissertação de Mestrado também surgiu da constatação da inexistência de outros estudos relacionando as mudanças das bases técnicas no espaço e sua relação com a transformação política do regime imperial para o republicano, assim como, estudos que analisassem as implicações político-espaciais ocorridas neste período para a Cidade do Natal.

Foram visitados e pesquisados os acervos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da Biblioteca Pública do Rio Grande do Norte Luís da Câmara Cascudo, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, da Imprensa Oficial do Estado Rio Grande do Norte - Jornal A República, do Arquivo Público do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, do Teatro Alberto Maranhão, da Biblioteca Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, do Banco de Dados do Departamento de Geografia, do Departamento de Arquitetura e do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Nestes arquivos, encontramos algumas dificuldades no processo de localização das fontes e no levantamento de dados durante todo o processo de investigação. Segundo o historiador Olavo de Medeiros Júnior, são poucas as informações disponíveis sobre a Primeira República no Rio Grande do Norte. Além dos jornais, estas se restringem a algumas publicações, assim como relatos historiográficos sobre a cidade do Natal e o Estado do Rio Grande do Norte, e sobre elite dominante.

Desta forma, os dados trabalhados por esta pesquisa foram obtidos através de fontes secundárias. A principal fonte pesquisada foi o orgão de propaganda republicana, Jornal A República, periódico de circulação estadual e o Diário Oficial do Governo. Esta foi a que mais tratou das ações, intervenções, ideais e pensamentos do grupo dominante, uma vez que, na ausência de outras, dificilmente encontraríamos uma que tratasse deste objeto de estudo com a necessária abrangência.

Outros jornais que circularam no Estado, àquela época, também foram pesquisados, mas apenas como complemento aos dados da fonte principal, entre eles, o jornal Diário de Natal[[1]](#footnote-1), jornal oposicionista, além de números avulsos de pequenos jornais encontrados (ver lista em anexo).

A coleção completa do Jornal A República, foi encontrada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, microfilmada; e no arquivo da Imprensa Oficial do Estado do Rio Grande do Norte[[2]](#footnote-2), originais encadernados. Existem ainda exemplares disponíveis, e com boas condições para ser pesquisados na Biblioteca Zila Mamede da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, microfilmado, referente ao período de julho de 1889 (primeiro exemplar) até dezembro de 1910. E nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico e Arquivo Público do Governo do Estado, onde estes estão encadernados, com exemplares originais bastante danificados, conseqüência do manuseio e da inadequação das condições do próprio arquivo.

O período pesquisado, entre 1889 e 1913, abrangeu 25 anos da história do Estado do Rio Grande do Norte, da cidade do Natal e do Jornal A República. Constatou-se que para pesquisar todos os exemplares publicados seria necessário a formação de uma equipe ou a disponibilidade de prazos mais extensos, o que não foi possível. Neste sentido, a coleta dos dados foi sistematizada da seguinte maneira: foram selecionados, inicialmente, alguns meses nos quais haviam ocorrido alguns acontecimentos importantes. Com isso, foram listados os processos eleitorais, as posses dos governadores e dos Conselhos da Intendência, inaugurações de edifícios, obras e serviços dos quais já se tinha conhecimento. Entre eles, destacam-se as inaugurações do Teatro Carlos Gomes, do Grupo Escolar Augusto Severo, da Praça Augusto Severo, da iluminação e dos bondes elétricos, etc.

Foram acrescidos a estes, um mês anterior e outro posterior em torno de cada mês escolhido, com o objetivo de que tal acontecimento fosse melhor apreendido. Em algumas situações esta pesquisa estendia-se até o desfecho da situação tratada. A partir daí, observou-se que, durante os meses de janeiro, geralmente, eram publicados relatórios de prestação de contas do exercício anterior e as mensagens dos governos avaliando o período que se findava ou o próprio período administrativo. Então, a pesquisa dos meses de Janeiro dos 25 anos do estudo, tornou-se outro critério utilizado na coleta destes dados.

O restante ateve-se a referências encontradas sobre publicações de legislações, meses ou períodos de seca no sertão ou visita de parlamentares federais ao Estado e à cidade.

Enfim, dentro do período estudado, existiram 296 meses, dos quais foram levantados 40%, perfazendo um total de 118 meses ao longo dos anos entre julho de 1889 a março de 1914.

Os dados coletados foram agrupados de acordo com as intervenções públicas (no que diz respeito a instalação da infra-estrutura urbana, obras, serviços e os atos administrativos materializados nas legislações normatizadoras); com a conjuntura política (campanhas eleitorais, candidaturas, eleições, Partido Republicano), e as lideranças que compunham à elite dominante (políticos, empresários e comerciantes).

Estes foram cruzados em dois sentidos: o primeiro, confrontando as intervenções no espaço público com as conjunturas políticas; e o segundo, confrontando estas conjunturas, as política de intervenção e as lideranças que se destacaram dentro do esquema dominante.

Nos capítulos 2 e 3 foram tratados os dados referentes às intervenções públicas na cidade do Natal que, para efeito de análise, foram divididos em três níveis com o objetivo de facilitar a sua compreensão. O nível das ações higienistas, onde foram apresentados, dentro do contexto epidêmico e da normatização da cidade, a limpeza pública e o plano urbanístico; o do embelezamento, ou melhor, do “aformoseamento”[[3]](#footnote-3), através das construções de prédios públicos, das intervenções nos jardins, praças e da preocupação com as reformas dos prédios e residências existentes; e o das mudanças infra-estruturais da cidade, através da introdução da energia elétrica, água, o sistema de transporte intra-urbano e de ligação de Natal com outros centros urbanos, telefonia, obras de melhoramento do porto, etc, que indicaram as preocupações com a desestagnação econômica e, ao mesmo tempo, prepararam a cidade para receber novas funções urbanas.

Com relação à mudanças infra-estruturais, estas foram tratadas a partir das intervenções patrocinadas pela associação da administração pública com as empresas privadas de prestação de serviço público.

Neste trabalho foram apresentados os dados sobre a elite política, destacando-se algumas lideranças importantes. Reconhecemos que alguns atores mereciam uma análise mais aprofundada sobre sua formação intelectual e inserção no esquema dominante, no entanto, os dados encontrados não deram suporte suficiente para melhor qualificá-los. Apesar disso, considerou-se que poderia ser importante colocá-los em anexo.

Finalmente, convém ressaltar que a natureza eminentemente histórica deste trabalho permitiu, trabalhando os poucos dados encontrados, reconstruir a complexa realidade do processo de produção do espaço da cidade do Natal, em um período exaltado pela grandiosidade das ações implantadas e pela sua “*inserção no mundo moderno*”. Serviu, também, para mostrar que estão abertas muitas possibilidades de desenvolvimento de trabalhos dentro desta temática.

# PARTE 1

# QUESTÕES TEÓRICAS

# Capítulo 1 - POLÍTICA DE INTERVENÇÃO PÚBLICA E AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE MODERNA

*“Se a população se comprime nas cidades em lugar de se dispersar pelos campos, é porque existe uma corrente de opinião, uma pressão coletiva que impõe aos indivíduos esta concentração.”*

**DURKHEIM, EMILE (1990, p. 11)**

O movimento moderno surgiu como uma onda de transformações desde o início do século XVI. A mudança na mentalidade da sociedade, em decorrência das grandes descobertas no campo científico e tecnológico, das novas certezas a respeito do lugar do homem no universo, a industrialização, a sensação do tempo, criaram a ilusão de um novo ritmo e velocidade em todas as coisas que giravam em torno do homem.

A modernidade trouxe consigo um ambiente onde todas as coisas e o homem estavam constantemente passíveis de se transformar, “*mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos*” (BERMAN, 1986, P. 15).

Seus primeiros movimentos deram origem, na Europa, a um período de incertezas no qual se percebia uma atmosfera nova e diferente. A modernidade, enquanto processo de transformação, se revelou nos movimentos revolucionários do século XVIII, principalmente na Revolução Francesa e Americana, responsáveis pelas modificações na esfera pública e em todos os níveis da vida pessoal, social e política da sociedade. Nesse período a humanidade teve a sensação de estar vivendo, simultaneamente, dois mundos completamente diferentes, o mundo da máquina, da manufatura e do artesanato, das dizimações de grandes contingentes populacionais (ocasionadas pelas pestes e doenças), e o da Revolução Industrial. Foi uma etapa de construção e destruição, de redefinição de conceitos e regras, de desobediência e questionamentos, e de caos urbano.

O “boom” do pensamento moderno coincidiu com a expansão mercantil do capital inglês, em meados do século XIX, quando a Inglaterra tornou-se um dos principais responsáveis pela nova ordem econômica e cultural. Foi através desse enfoque que o estudo da relação entre a cultura modernista e a economia e a sociedade burguesa tornou-se fundamental para compreender esse período.

A modernidade também esteve ligada à idéia da utilização racional da ciência e da técnica, compreendendo a existência da humanidade conduzida pela razão. Foi ela, conjuntamente com o modo capitalista de produção, que operou a revolução no mundo através da produção, com o surgimento da máquina a vapor, as modificações nas relações de trabalho, a aglomeração de trabalhadores nas proximidades das fábricas, os meios de comunicação (ferrovias, telégrafo) e a experiência de um novo espaço e de um novo tempo. Todos esses aspectos deram uma nova complexidade à construção do mundo moderno.

É importante não confundir modernidade com modernização capitalista. No entanto, vale salientar que foi principalmente o capitalismo, e não a arte ou a cultura, que alimentou as transformações modernistas. Com isso, a cidade, habitat da moderna indústria, assumiu o papel de palco para a encenação deste projeto, pois colocou à disposição as condições necessárias a esse desenvolvimento.

Desde o século XVIII até o século XX, o termo moderno assumiu alguns significados ambíguos. Alguns autores o vêem com desconfiança, como Habermas e Foucault, ao discutirem a razão, a transformação da razão iluminista e a razão instrumental, assim como a questão do poder fragmentado, multifacetado, rede panóptica que levou os homens à passividade. Outros a viram como uma crise, abrindo possibilidades para uma superação daquela realidade. Se insere neste grupo Karl Marx, que a enxergou como destruidora e negativa, e por isso acreditou no aprofundamento desta crise como etapa de construção de um futuro a ser transformado, e que desembocaria na sociedade comunista.

### A MODERNIDADE E A QUESTÃO URBANA

A própria modernidade provocou a vulgarização e deterioração de pequenos mundos, a destruição do mundo antigo e de sua subjetividade. O desenvolvimento provocado pela modernidade construiu uma outra subjetividade, que por sua vez se articulou à economia, à política e às transformações na sociedade.

A modernidade criou contradições na cidade ao fazer surgir uma racionalidade individual e anárquica. Não foi à toa que o homem da cidade procurou se defender instintivamente das transformações ocorridas e tentou amenizar suas conseqüências através das intervenções públicas.

A modernidade expressou-se, também, através da maneira como foi assimilada pelos países subdesenvolvidos. Neles, a experiência de modernização apresentou como característica encarar a própria obra como a solução para sair da crise econômica ou da estagnação cultural.

“*A força libertadora da modernidade enfraquece à medida em que ela mesma triunfa. O apelo à luz é perturbador quando o mundo está mergulhado nas trevas e na ignorância, no isolamento e na servidão. Ele ainda é libertador na grande cidade iluminada noite e dia, onde as luzes que piscam atraem o comprador ou impõem a ele a propaganda do Estado. (...) A modernidade nos arrancou dos limites estreitos da cultura local onde vivíamos; ela nos jogou igualmente na liberdade individual como na sociedade e na cultura de massa.* “ (TOURAINE, 1994, P. 99)

A cidade de Petersburgo, é um dos exemplos para mostrar os paradoxos da modernidade em uma região fora do Ocidente e das grandes cidades, como Londres, Paris, Berlim, Viena ou Nova York. Sua construção foi iniciada em 1703, em um país que apresentava uma economia estagnada e que, ainda, não havia experimentado qualquer movimento no sentido de modernizar-se. Segundo BERMAN (1992), apesar de ver a modernidade de forma distante, o país tem consciência de sua importância e da situação de atraso em que vive, em relação aos grandes centros econômicos e desenvolvidos.

Quando a cidade de Petersburgo foi construída existia uma grande disposição do governo de ligar a Rússia, o mais rápido possível, à Europa. Para isso, pesquisam métodos construtivos, contratam arquitetos e engenheiros estrangeiros, e criam mecanismos que obrigam a nobreza a construir palácios para morar na nova Capital, sob pena de perderem o seus títulos. Além de tomar o lugar de Moscou como Capital, e apresentar um aspecto estético muito diferente, apresentava, ainda no século XVIII, um desenho geométrico e retilíneo, formas monumentais, padrão de planejamento urbano ocidental desde a renascença, e foi continuamente modificada e modernizada, em contraposição às demais cidades russas. Estas, neste mesmo período, ainda possuem características medievais, inclusive Moscou que era a cidade mais importante do País. Petersburgo transformou-se numa cidade moderna, convivendo com um governo autoritário e repressor. Com o advento dos movimentos revolucionários na Europa, o governo russo sentiu-se ameaçado pela possível repercussão no País, e começou a intervir tentando retardar o desenvolvimento em curso, como forma de garantir a manutenção de seu poder.

A modernidade pode ser compreendida como determinação cultural e estética, ao explicitar os impactos causados nas relações entre os homens. A estética da modernidade foi considerada como tudo aquilo que teve capacidade de provocar uma reação e uma transformação na sensibilidade da sociedade.

Neste sentido, a Revolução industrial fez emergir uma ordem urbana, com um rítmo frenético, caracterizada pela perda de identidade; mas também, por outro lado, formou uma nova identidade, a identidade moderna, voltada para a rua, onde tudo está e acontece, onde estão os grandes espaços e as multidões.

A compreensão deste caos urbano estava na convicção e na necessidade de se construir todo um saber capaz de desvendar o mistério colocado, que era ocultado pela aparente desordem que se estabelecia no novo sistema.

“*A desordem é a imagem invertida de uma ordem escondida, ainda potencial, e que a ciência urbana e uma política experimental devem tornar real (...). Em outras palavras, trata-se de instaurar uma ordem espacial nova, meio e resultado de uma nova ordem social*” (TOPALOV, 1991, p. 30).

O ciclo da modernidade atingiu o seu auge no século XX quando, segundo Berman,

“*se expande a ponto de abarcar virtualmente o mundo todo, (...)* [e] *à medida que se expande, o público moderno se multiplica em uma multidão de fragmentos, que falam linguagem incomensuravelmente confidenciais; (...)*”. (BERMAN, 1986, p. 16-17).

#### Aspectos Históricos

Segundo LEFEBVRE (1991), o estudo da categoria “urbano” tem como ponto de partida a Revolução Industrial. O urbano passou a ser reconhecido através dos conflitos e contradições advindos do processo de transformações ocorrido na sociedade.

No entanto, a cidade preexiste à industrialização. A aglomeração da população em torno de um lugar fixo, surgiu com a descoberta da técnica (meios de trabalho) e do ato de interferir sobre a natureza para transformá-la (trabalho), para, enfim, garantir a sobrevivência do próprio homem. A atitude de constituir cidades tem suas razões associadas ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, além de variar nos aspectos tempo e espaço. E é por isso que, na história das cidades, nos processos de constituição e transformação, em suas diferentes conjunturas, pode-se identificar diferentes modelos de cidades que se referem a épocas específicas, como a cidade oriental (referente ao modo de produção asiático), a cidade arcaica (grega ou romana), a cidade medieval (relações feudais) e, por fim, a cidade industrial.

A bibliografia que, tradicionalmente, estuda a cidade faz referência a sua existência desde o segundo milênio (a.C.), na Mesopotâmea, nas terras férteis às margens do rio Nilo. As sociedades existentes, àquela época, que viviam se deslocando, vieram a se fixar a partir do aumento da produção agrícola, produção de excedentes e do aperfeiçoamento das atividades de subsistência. Ou seja, a cidade passou a existir determinada pelo trabalho e como necessidade de se constituir como lugar de moradia.

Segundo ROLNIK (1988), a cidade precisa ser entendida como “*a escrita de uma dada realidade histórica*”, fixação da memória e da experiência dos homens; e esta escrita deve ser lida na materialização espacial, na conformação e desenho das ruas, casas, praças e templos.

O “ce*nário físico das cidades é (...) não só um canal insubstituível de comunicação entre presente e passado, mas também de condicionamento do presente sobre o futuro. (...) Ao mesmo tempo, a fixação estabiliza a paisagem construída numa época histórica, transmite-a às épocas seguintes e vincula em parte o modo de viver de cada geração às opções feitas pelas gerações que a precederam. (...)*” (BENÉVOLO, 1995, p. 13).

Comumente, a descrição histórica das cidades se refere às cidades da Europa e da civilização ocidental, ainda que considerando a existência de aldeias em outras regiões. Foi no ocidente, especificamente na Europa, que se formaram os primeiros aglomerados, que se constituíram em cidades, onde originou-se os processos de dinamização econômica, de deterioração das condições citadinas, de constituição do Estado e, posteriormente, de intervenção governamental no espaço. Por estas razões, as experiências européias tornaram-se referências teóricas e analíticas mundiais.

Os assentamentos populacionais originários conviviam freqüentemente com ataques bárbaros. Estes mostraram-se vulneráveis à violência dos ataques, que depredavam e arrasavam a estrutura em formação, confirmando sua incapacidade de proteger a si e a seus habitantes. Para resguardar-se dos constrangimentos naturais daquela circunstância, surgiram as vilas fortificadas e rodeadas de muralhas. Nesse período, instituiu-se o Estado, com o objetivo de organizar o território e as relações políticas; e o mercado, inicialmente restrito à própria vila, com o objetivo de promover o consumo da produção excedente. Nestas vilas verificava-se um espírito corporativo e comunitário, uma vez que habitá-las significava também participar da vida pública.

Com o passar dos tempos, o contínuo incremento econômico e produtivo provocou a expansão deste mercado para outras regiões e vilas, uma vez que dispunham de excedentes cada vez mais significativos. Essa expansão só veio adquirir caráter mercantil quando se estabeleceu a divisão de trabalho entre as cidades e o campo; em todos os casos, era imprescindível a produção de excedentes, pois esta garantia a participação daquela cidade no processo geral de troca. Como decorrência desse intercâmbio, surgiu a economia urbana para administrar esta relação, entendendo por economia urbana, “*uma organização da produção baseada na divisão do trabalho entre campo e cidade e entre diferentes cidades.*” (ROLNIK, 1988, p. 27).

As cidades medievais, no apogeu de seu desenvolvimento, centralizavam as riquezas acumuladas. Ao mesmo tempo, a estrutura comercial e bancária se formava e criava condições para tornar móvel a riqueza, constituindo redes de trocas que permitissem as transferências de dinheiro. Concomitantemente, as terras fugiam do controle dos senhores feudais e passavam para as mãos de parcela da população que havia enriquecido com o comércio e com a atividade bancária.

Surgiu o Estado, como poder centralizado, vinculado à Igreja; e a cidade feudal. As terras circunvizinhas às cidades passaram a ser ocupadas desordenadamente e sem regra preestabelecida, e à medida que se fazia necessária a expansão urbana.

O sistema econômico feudal evoluiu e intensificou as atividades mercantis, ultrapassando regiões próximas e constituindo novos mercados em outras mais distantes, interligando-as através de estradas e vias fluviais. Nesse momento histórico, verificou-se a origem da comunicação como elemento fundamental para o desenvolvimento da sociedade, pois além de influenciar nas definições econômicas, desempenhou papel de irradiador da ideologia dominante e do poder político das cidades-Estado.

Nas cidades feudais estavam as manufaturas e o mercado consumidor mais relevante, proporcionando maior dinâmica à vida na cidade e melhores condições para a sobrevivência da população, o que contribuiu para a deterioração da estrutura feudal que tinha por “locus” produtivo o campo.

O sistema feudal entrou definitivamente em crise, quando o poder do Estado imperial entrou em crise. O desencadeamento da ruptura deste processo se deu como conseqüência das mudanças ocorridas na esfera do poder. Os mercadores, que haviam enriquecido no mercado, passaram a influir no poder decisório do Estado, requerendo decisões administrativas que os beneficiassem. A cidade, lugar de moradia dos mercadores, passou a acumular riquezas e refleti-la na estrutura citadina, uma vez que estes mercadores demonstravam sua importância e impunham seu domínio diante da comunidade através de gastos suntuosos, que se materializavam nas construções de edifícios, embelezamentos, festas.

A cidade passou a atrair a população campesina, intensificando a migração campo-cidade, porque esta última oferecia maiores possibilidades de absorção da mão-de-obra disponível no mercado de trabalho que se originava.

A dinâmica econômica nas cidades garantiu a hegemonia do emergente patriciado urbano que, posteriormente, veio a se constituir como burguesia industrial.

No momento anterior à industrialização, período de intensa transformação da cidade medieval, verificou-se o surgimento transformador na relação da sociedade com a terra, que se revelou no processo de mercantilização do espaço. A terra urbana se torna mercadoria, ao mesmo tempo em que a organização da cidade passou a ser marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários, de outro, os vendedores de sua força de trabalho.

Neste sentido, a indústria, inicialmente, tendeu a se implantar fora das cidades, próximo às fontes de energia, meios de transportes e de matérias-primas. No campo, aliado a todas essas condições, se encontrava a reserva de mão de obra qualificada, formada pelos camponeses, tecelões e ferreiros. Nas cidades estavam os mercados e os locais onde o capital era gestionado; além das residências dos dirigentes econômicos e políticos.

Não sendo satisfatória sua implantação fora das cidades, a indústria se aproximou dos centros urbanos. E com essa mudança, ocorreu o processo de desenvolvimento da indústria, pois, assim como a fábrica, a cidade revelou uma enorme capacidade de aproximar e facilitar a concentração de matérias-primas e mão de obra.

#### Os projetos de intervenção no espaço das cidades e a Revolução Industrial

A partir do século XVII, o espaço das cidades tornou-se, definitivamente, sede do poder. Essa escolha materializou-se através da criação de espaços necessários para esse funcionamento e da construção de grandes edifícios públicos, projetados para abrigar o aparelho de Estado.

A nova estratégia também trouxe reflexos na organização do espaço interno e externo das moradias. Ocorreu a separação entre as áreas destinadas ao trabalho e a moradia, e o espaço do lar se organizou tendo por fundamento a intimidade: a casa afastou-se da rua e dos vizinhos, murando o lote ao redor; enquanto internamente, ocorreu um zoneamento diferente dos cômodos. Dentro da casa, uma nova região foi criada: a sala de visitas, lugar destinado a um público previamente selecionado e convidado, como espaço público destinado à vida burguesa. Desta maneira, as ruas ficaram destinadas à passagem e circulação de pedestres e veículos.

As transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram com a emergência do capitalismo também fizeram surgir uma nova forma de pensar. O conhecimento racional, baseado no princípio da ordem e da medida, emergiu a partir das práticas econômicas do grande comércio e da manufatura e, principalmente, da indústria, penetrando também na produção do espaço.

No capitalismo, o espaço ganhou dimensão produtiva de valor e passou a auferir renda. Com isso, a produção do espaço tornou-se também uma possibilidade de alimentação do sistema produtivo. A Revolução Industrial originária, ocorrida na Inglaterra, proporcionou a propagação do Modo de Produção Capitalista para todo o mundo. O novo estágio das forças produtivas passou a ser controlado pelo Capital. Como conseqüência, a terra urbana é apropriada pela iniciativa privada, que passou a definir o zoneamento e a espacialização do uso do solo.

A parcela operária da população foi excluída do processo revolucionário, apesar de representar um papel imprescindível na obtenção de seu êxito, ao mesmo tempo em que as contradições da sociedade capitalista se revelou nas desigualdades sociais e urbanas, nas péssimas condições higiênicas das habitações operárias, devido à concentração populacional e ao grande número de habitações. No início, os bairros populares eram construídos próximos aos locais de trabalho, através do investimento dos próprios capitalistas. Posteriormente, o quadro caótico se altera em decorrência do próprio dinamismo da sociedade, provocando a expansão dos limites da cidade e o completo descontrole sobre seu crescimento. Esta população iniciou seu próprio processo de ocupação da cidade, uma vez que precisava conquistar as condições para sua sobrevivência.

O desenvolvimento do processo industrial concretizou uma situação incômoda e de miséria tamanha, que a população nela incluída, passou a se rebelar e protestar. Neste sentido, o Urbanismo Moderno foi criado para ampliar os benefícios potenciais da revolução industrial para todas as classes sociais, antes que a situação real das cidades se tornasse explosiva (BENÉVOLO, 1979, P.7-8).

Os primeiros incidentes que inauguraram os conflitos urbanos surgiram no século XIX, e tiveram origens nas contradições da sociedade capitalista. A partir de então, o Urbanismo Moderno vinculou-se a várias posições teóricas, às vezes contraditórias, vinculando argumentos técnicos e ideológicos para, enfim, assumir um duplo caráter: científico e moralista. Nas experiências concretizadas de construção de cidades, destacaram-se elementos como a circulação, ruas retas, alinhamento das casas e a visibilidade do poder através da construção de grandes eixos. Com esta concepção de espaço urbano para as cidades, definiram-se as linhas gerais, características e elementos, que distinguiram as diversas tentativas modernas de intervenção no espaço urbano.

Do ponto de vista político, o desenho de cidade proposto baseou-se na idéia de um poder urbano que podia ser visto e, ao mesmo tempo, ver e controlar a cidade e os cidadãos. Sua inspiração é percebida nas experiências da engenharia militar da cidade medieval, nas construções de fortalezas, muralhas e quartéis.

As primeiras tentativas de intervenção[[4]](#footnote-4), entre 1820 e 1850, apresentaram-se apenas como propostas, manifestações teóricas de urbanistas preocupados com os evidentes problemas que emergiam nos espaços urbanos advindos do crescimento da indústria e da infra-estrutura necessária por ela demandada. Em 1842 e 1848, houve demonstrações populares que puseram em evidência a magnitude da pressão popular sobre as instituições, devido à persistência de suas inaceitáveis condições de vida. A partir de interpretações políticas, percebeu-se que a necessidade de reformas surgiu como única alternativa possível para controlar os conflitos sociais que emergiam.

Estas propostas se materializaram em projetos, conhecidos como cidades imaginárias, que previam as mais diversas possibilidades de convivência humana com a indústria, resguardando a qualidade de vida e adequando as necessidades do homem às do sistema produtivo.

Neste esforço, fundamentado no modelo ideológico e nas exigências técnicas, a urbanística moderna apresentou alternativas à cidade existente, tendo em vista a continuidade do desenvolvimento da cidade industrial e corrigindo os seus defeitos. Estes modelos de cidades são exemplificados pelas propostas de cidades industriais planificadas, conhecidas como utopias do século XIX, as de Owen, Saint-Simon, Fourier e Cabet, e seus experimentos postos em prática.

A estes urbanistas utópicos deposita-se o mérito de terem construído modelos teóricos de cidades ideais. Apresentavam a tendência de intervir no espaço, sem esperar por uma reforma geral da sociedade, no entanto, as cidades por eles imaginadas tornaram-se referências para a cultura urbanística moderna.

As intervenções ocorridas nas cidades industriais também obedeceram à lógica do Plano Barroco e deram-se, inicialmente, pela necessidade de controle da desorganização urbana, já configurada, e das epidemias que começavam a ameaçar a classe dominante, assim como, pelo medo das constantes ameaças de revoltas populares.

A partir do final do século XVIII, uma nova conjuntura política começou a ser delineada, principalmente na França e na Inglaterra. De um lado, trabalhadores organizados em associações e sindicatos, com reivindicações salariais e outros direitos trabalhistas e sociais, de outro, capitalistas, empresários e empreiteiros, adotando princípios e concepção de mundo e relações vinculadas ao liberalismo, contrários às corporações e associações.

Na França, e posteriormente na Inglaterra, foram aprovadas leis que definiram legalmente a conduta do poder político no campo das relações de trabalho. Foi um período crucial para a Revolução Industrial quando se constatou a inadequação teórica e sua incapacidade para regular a economia em expansão e sob direção liberal.

Segundo BENÉVOLO (1989), este dilema entre alguns modelos teóricos e a realidade concreta foi responsável pela abertura de um processo de revisão de toda a cultura contemporânea, do qual as convicções correntes sobre economia política e arquitetura saíram profundamente modificadas.

Além desses aspectos, a Revolução Industrial estruturou-se na Inglaterra e, posteriormente, em outros Estados europeus, através do aumento da produção industrial e do aumento demográfico. A industrialização, por si só, foi uma das possíveis respostas ao aumento da população. Vale salientar que, estabelece-se entre o Capitalismo e a urbanização, desde este início, uma relação dialética: um não pode desenvolver-se sem o outro.

A Revolução requereu mudanças das técnicas, inclusive a das construções, a partir de novas necessidades. Ainda no século XVIII, surgiram as necessidades do redimensionamento dos edifícios públicos e particulares, estradas, pontes, canais, movimentos de terra e obras urbanas: aquedutos e esgotos. Em decorrência dessa evolução, juntaram-se aos materiais tradicionais (pedra, tijolo, telhas e madeiras), o ferro, o vidro e o concreto; além de ser introduzido o uso de máquinas nos canteiros de obras e nas construções.

No início do século XIX, na Inglaterra, a população urbana era quase igual à rural. Posteriormente a proporção, que antes era de uma maior concentração na área rural, foi invertida e a maioria dos ingleses passou a viver na cidade. Contudo, o sistema eleitoral continuou baseado na organização rural, o que garantia o domínio político dos antigos senhores feudais.

No momento em que se observou essa inversão populacional,

“*e particularmente nas duas décadas entre 1830 e 1850 - nasce a urbanística moderna. A convivência dos homens na cidade industrial coloca novos problemas de organização: os antigos instrumentos de intervenção, revelam-se inadequados e são elaborados novos, adaptados às condições modificadas*.” (BENÉVOLO, 1989, p. 71).

As cidades haviam crescido e estavam habitadas por operários da indústria oriundos do campo, que haviam sobrevivido a toda uma condição sub-humana. A habitação destes novos habitantes das cidades dependia da iniciativa de outros Estados e empresários e, estes últimos, não haviam despertado para a necessidade de investir recursos em moradia e garantir a sobrevivência de sua mão-de-obra. Nesse ínterim, a função de suprir à classe operária de habitação foi assumida por grupos de especuladores que se encarregaram de construir filas de casa de um andar, que mal serviam para morar.

Devido a essa ausência de controle e sensibilidade por parte das autoridades públicas, as conseqüências desse descaso foram catastróficas, e manifestaram-se através de problemas de insalubridade e de congestionamento urbano. Nada era garantido racionalmente à população: não existiam instalações para transformação dos resíduos líquidos e sólidos, ou fornecimento de água, ou legislação que definisse a forma de ocupação dos terrenos pelas residências construídas[[5]](#footnote-5). A propagação da cólera, em 1831, que se expandiu da França para a Inglaterra, foi a responsável pela tomada de decisão de intervir e controlar o estado geral das cidades.

Na França, a partir da verificação das dificuldades nos aglomerados urbanos e da impossibilidade de seu controle higiênico, o governo e seus aliados perceberam sob que ameaça estavam vivendo. Os problemas urbanos começaram a tomar grandes proporções e a invadir outros “mundos”, através da contaminação dos rios, propagação de doenças, depósitos de lixos em áreas muito freqüentadas, etc.

Como conseqüência, em 1850, foi aprovada a primeira lei urbanística francesa, período em que ficaram autorizadas as nomeações de comissões institucionais[[6]](#footnote-6), que deveriam apontar as medidas necessárias e indispensáveis.

“*A urbanística moderna surge da experiência dos defeitos da cidade, por mérito dos técnicos e dos higienistas, através das primeiras leis sanitárias.*” (BENÉVOLO, 1989, p. 91).

Nesta legislação, além de vários outros aspectos intervencionistas, estava contida a expropriação das propriedades para execução do saneamento nos bairros residenciais, no entanto, essas mesmas propriedades deveriam retornar às mãos dos antigos proprietários, o que lhes permitia receber de volta suas casas reformadas, saneadas e as ruas pavimentadas. Esta lei transformou-se em um instrumento urbanístico geral, com o qual a autoridade intervinha no processo de transformação das cidades.

### AS POLÍTICAS DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO URBANO

A análise da intervenção do Estado no espaço urbano supõe a necessidade de considerar um conjunto de elementos que, de uma forma ou de outra, explicam a existência das políticas. Para alguns analistas, as políticas podem ser explicadas pela existência de problemas concretos que demandam uma resposta do poder público.

A pressão imposta pela realidade social, no final do século XIX e início do XX, exigiu o redimensionamento da ação estatal, trazendo como resultado, entre as várias transformações que houve, a resolução dos problemas dos cidadãos como atribuição do Estado.

Entender a relação do Estado com a sociedade significa evitar-se concepções interpretativas que anteriormente prevaleciam nas análises teóricas sobre o Estado: o Estado concebido como Coisa (instrumento) e o Estado concebido como Sujeito (autônomo), para compreendê-lo como condensação de relações sociais e políticas que traduz os interesses da classe dominante, não de modo mecânico, “*mas através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classes em desenvolvimento*” (POULANTZAS, 1985, p. 149).

O Estado apresenta contradições internas porque as contradições de classe estão inseridas na sua própria estrutura. Uma mudança na relação de forças entre classes ou fração de classes, certamente causa efeitos sobre o Estado. No entanto, este não se reduz a uma relação de forças, pois possui uma resistência às mudanças, própria de sua estrutura organizacional, o que faz com que uma mudança de poder do Estado não se expresse imediatamente materialmente de imediato e como um todo. No entanto, pode ocorrer de mudar diferenciadamente e individualmente em suas diversas organizações que, por sua vez, são distribuídas entre as frações da classe dominante que compõem o bloco no poder.

 O Estado é composto, portanto, por interesses divergentes de cada uma dessas frações que exercem individualmente seu poder em cada organização do Estado.

No mundo moderno, a ascensão da burguesia à condição de classe hegemônica significou uma redefinição do exercício da dominação social. Não mais se apostou no uso coercitivo da força - ou não exclusivamente - enquanto garantia para o exercício do poder. O ideal de democracia representativa que emergiu e a constituição do Estado enquanto espaço público, para onde os conflitos convergem e são consensualizados, tornaram viável a transformação de sua estrutura.

O Estado tornou-se mais permeável à sociedade porque a democracia representativa, como forma de organização política de poder, está baseada no princípio da legitimidade, do apoio da população às diversas formas de representação e governo. Para tanto, utiliza-se de dispositivos administrativos e políticas públicas, capazes de garantir a legitimidade dos grupos no poder, ao mesmo tempo em que compatibiliza os diversos interesses do capital.

Desta forma, as políticas públicas são formuladas, transformadas em regras jurídicas e executadas com base na intervenção política dos diferentes grupos organizados na sociedade, e também na sua própria racionalidade técnica. As políticas expressam as relações e comportamentos políticos dos grupo envolvidos na sua formulação, pois afetam a distribuição de recursos, as vidas e o futuro de pessoas com valores culturais distintos e com interesses diferentes. Enfim, a existência de políticas está relacionada à distribuição de poder na sociedade, enquanto que sua execução política está permanentemente dependente do jogo de interesses dos diversos atores envolvidos.

Na verdade, as políticas estatais são uma forma de regulamentação governamental das relações sociais. Elas se apresentam como mecanismo estatal maximizador da justiça social, modificando-se “*quando se processam mudanças na composição da elite política*” (SANTOS, 1987, p. 53), uma vez que esta elite “*impõe seus planos à coletividade pela legitimidade das instituições que controla*” (IDEM).

O conceito de elites é bastante polêmico, e tem sido discutido por diversos teóricos nas Ciências Políticas. Para efeito de análise, quando nos referimos à elite, estamos considerando somente as lideranças políticas, localizadas nos partidos políticos, nas empresas ou nos orgãos governamentais, que tradicionalmente são economicamente privilegiados. Ou seja, Elite como

“*um conjunto de pessoas que, ocupando uma posição de mando, são reconhecidas pela comunidade, devido a algum atributo específico que possua e que, por isso, estão mais habilitadas a, de certo modo, monopolizarem as instituições de poder*” (SANTOS, 1987, p. 53).

São pessoas que formam opinião, que propõem, que coordenam,

“*portadoras de uma reconhecida capacidade de influência e poder, podendo porisso vir a exercer papel importante nas decisões políticas e nos destinos da sociedade*” (ANDRADE, 1993, p. 2).

Em determinados momentos históricos, as elites no poder, podem deter o monopólio da ação governamental e da tomada de decisão, e por essa razão, as políticas acabam refletindo exclusivamente sua visão de mundo e seus interesses.

#### Intervenções no espaço das cidades

Os problemas urbanos advindos do desenvolvimento industrial nas principais cidades européias, no século XVIII, tornaram visíveis as contradições inerentes ao sistema capitalista em expansão. Estes problemas exigiram uma intervenção do Estado, na medida em que este era o responsável pelos mecanismos de controle dos conflitos sociais existentes. Num primeiro momento, as repostas encontradas tentaram adequar a solução dos problemas às necessidades da indústria nascente, através das diversas propostas urbanísticas e projetos de cidades planificadas.

A expansão industrial provocou mudanças na densidade populacional das cidades, ao mesmo tempo em que a falência do sistema feudal reduziu as possibilidades de emprego no campo. Esse processo acarretou um intenso fluxo migratório do campo para as cidades, fazendo com que estas se tornassem densas. As primeiras intervenções ocorridas nas cidades industriais deram-se no sentido de ordenar e controlar a desorganização da ocupação urbana inicial, com propostas que apresentavam características herdadas das experiências da engenharia militar, da cidade medieval. Estas, revelavam preocupações com as questões relacionadas à defesa do poder, o enfrentamento às ameaças constantes de revoltas populares, e, mostravam-se atentas para a criação de condições que produzissem e facilitassem a acumulação do Capital industrial. A partir da expansão industrial, esta situação de aparente descontrole sobre o crescimento das cidades foi agravada, pois tiveram início os períodos de surtos epidêmicos, como decorrência da crescente aglomeração urbana e da conseqüente deterioração das condições higiênicas das cidade, que passaram a ameaçar a classe dominante.

Desta forma, as políticas públicas balizadas nas ações de intervenção no espaço das cidades, distinguem-se, não apenas como adequação de políticas de renovação e funcionamento da cidade, mas também pela necessidade de maximização de investimentos e viabilização da reprodução/acumulação do capital. É necessário compreender essas intervenções considerando as especificidades de cada espaço e cada período histórico, assim como entendê-las dentro de uma perspectiva em que as relações do processo geral de transformações levem em conta também as determinações econômicas, políticas e culturais da sociedade.

Nos países ocidentais, o reconhecimento da necessidade da intervenção pública no espaço das cidades, teve sua gênese na concepção predominante do pensamento liberal. Esta, apesar de almejar, inicialmente, o controle da situação caótica em que se encontravam as cidades através dessa intervenção, não admitia a idéia de programação pública e de planejamento.

No período em que iniciaram as intervenções públicas no espaço urbano, predominou a execução de projetos sem planejamento. Não existia uma visão geral da cidade, de seu funcionamento global e de seus vários determinantes. Os problemas emergiam, atingiam grandes dimensões, revelando os conflitos iminentes, e no entanto, eram tratados localmente. Devido ao pensamento higienista e sanitarista que predominava nestas concepções intervencionistas, a cidade passou a ser tratada como um “*corpo doente*” que necessitava de “*remédios para curar*” os efeitos que se manifestavam, que eram os problemas urbanos.

Neste sentido, foram aprovadas leis que definiram a conduta do poder político no tratamento destes problemas. A decisão de intervir veio a tona, principalmente, como resposta a uma série de acontecimentos políticos importantes, tais como, a independência da Bélgica em 1830, os movimentos poloneses e italianos em 1831, a reforma da Constituição inglesa de 1832, a Revolução de Junho de 1848 na França; uma vez que a progressiva organização da população podia trazer conseqüências indesejáveis para os grupos que detinham o poder. Ao mesmo tempo, verificou-se uma nova distribuição de poder na esfera política, com o fortalecimento da relações entre o Estado e as classes dominantes, sendo o sistema administrativo adaptado a essa nova correlação de forças.

É necessário deixar claro que esses movimentos caracterizaram-se por conduzir ao poder uma elite conservadora autoritária, mas que contava com respaldo popular (Napoleão III na França, Bismarck na Alemanha). Estas elites consideravam necessário o controle direto do Estado sobre os muitos setores da vida econômica e social, o que as levava a investir em políticas públicas de natureza social. Estas tinham o caráter de reforma com o objetivo de barrar qualquer ação contra-revolucionária. Foi nesse contexto, que a urbanística se transformou em um eficiente instrumento de poder e controle social.

As primeiras leis urbanísticas previam aspectos intervencionistas e transformaram-se em instrumentos de poder, com os quais as autoridades intervinham nos processos de transformação das cidades.

Estas transformações eram materializadas através de projetos destinados à resolução parcial e imediata dos problemas, e tinham por ideologia o tratamento perpassado pela visão higienista e sanitarista da cidade. Eles respondiam à necessidade de manutenção do *status quo*, e garantiam a legitimidade dos governantes, na medida em que respondiam a necessidades e interesses de diversos grupos da sociedade.

#### As Obras de Paris: primeiro exemplo de intervenção

Durante o reinado de Napoleão III, este, almejando fortalecer seu poder apoiado na força do exército e no prestígio popular, procurou reforçar sua popularidade e dificultar qualquer ação contrária aos seus planos. Nestes, estava incluída a cidade de Paris (centro político e econômico), eleita para a execução de grandes obras públicas, que permitissem a explicitação e demonstração de seu poder e, ao mesmo tempo, garantissem sua segurança. Com esses objetivos, as obras na cidade foram executadas e transformaram a cidade de Paris no exemplo mais acabado de cidade moderna, apropriada para a indústria e para a reprodução eficiente do Capital.

O Barão Haussman, considerado um administrador excepcional, na época, foi destacado para coordenar o grande empreendimento, que viria a se tornar uma referência e modelo de intervenção pública do Estado no espaço urbano de uma cidade moderna. Paris foi o primeiro exemplar de uma ação suficientemente ampla e enérgica para acompanhar o passo das transformações que vinham ocorrendo no mundo. As obras foram executadas durante 17 (dezessete) anos e abrangeram o setor viário (novas artérias com novo traçado), edificações diversas (escolas, hospitais, mercados, bibliotecas, moradias, etc), parques públicos, serviços de transportes e remoção das instalações antigas (hidráulicas, esgotos, etc).

No entanto, o plano executado por Haussman, quefez de Paris a cidade mais moderna do século XIX, tornou-a a mais congestionada e difícil de planificar do século XX. Esta intervenção, devido à dimensão dos impactos causados e suas conseqüências, foi alvo de muitas críticas de liberais, intelectuais e artistas quanto aos métodos financeiros, à legalidade de algumas ações, à destruição dos ambientes da cidade e à vulgaridade das novas construções. Baseado numa concepção que valorizava a simetria e a regularidade, com um ponto de fuga monumental, o plano de Haussman impôs uma arquitetura uniforme às ruas e às praças. Além do destaque à abertura de vias largas e desimpedidas, cuja determinação obedecia à necessidade do fluxo de gentes, mercadorias, veículos e tropas, pois era destes elementos que o fluxo das cidades do século XIX se compunha.

Esse modelo tornou-se referência para as intervenções posteriores que ocorreram em cidades européias e em outros continentes, sobretudo após 1870. Em todas as outras experiências, foram introduzidas inovações que reproduziam em pequena escala a parisiense. Neste sentido, destacaram-se as intervenções ocorridas na França: Marselha e Toulouse (1868); Bruxelas (1867 a 1871); Cidade do México (1860); na Itália: Roma, Nápolis, Turim e Florença (1864 e 1890); Barcelona (1859); Estocolmo (1866); Nova York[[7]](#footnote-7) e Rio de Janeiro (1902).

Em geral, as ações urbanísticas feitas como imitação à de Paris foram muito inferiores ao modelo. Nenhum dos planificadores que assumiu a condução dessas intervenções teve a energia e perseverança de Haussman, por essa razão, quase todos os planos não foram integralmente executados, o que causou a ruína de várias cidades antigas.

A cidade de Paris foi a primeira experiência de intervenção, cujas obras causaram bastante impacto por ter sido bem sucedida, tendo transformado radicalmente os aspectos físicos da cidade, assim como tornando mais adequada às necessidades da indústria e às da reprodução do Capital.

### AS INTERVENÇÕES PÚBLICAS NAS CIDADES BRASILEIRAS

Até o século XVIII, as atividades industriais desenvolvidas no Brasil limitaram-se aos engenhos produtores de açúcar e à extração mineral, e sustentavam-se em técnicas bastante rudimentares e sem nenhum avanço tecnológico. Algumas atividades ocupavam papel secundário na economia, como a fundição de ferro para fabricação de ferramentas, a fabricação de tecidos (produção doméstica) e a construção naval (serviços de assistências e reparos aos navios em trânsito e construção de pequenas embarcações), além da produção de gêneros alimentícios, como charques, fumo, sal, azeite de baleia, anil, móveis, construção civil, entre outras atividades artesanais.

A formação da economia colonial brasileira fundamentava-se sobretudo no campo nas atividades agrícolas. No entanto, esta produção não proporcionava nenhuma urbanização, pois quase toda ela era destinada à exportação, e não havia comercialização ou mercado interno nacional. Devido à natureza agro-exportadora da produção brasileira, as cidades litorâneas destacaram-se, primeiro, por concentrarem os aparelhos do Estado colonial, em seguida por transformarem-se em centros administrativos e políticos dos estados Brasileiros. Neste sentido, cabia a estas cidades criar uma infra-estrutura para dar suporte e fazer a ligação entre a produção, no interior dos estados, com os portos, que escoavam-na para a circulação internacional de mercadorias.

Após o rompimento com a estrutura colonial, o Brasil passou a investir definitivamente em projetos industrializantes, e as cidades foram se transformando em espaço do capital. Foram adotadas algumas medidas de incentivo ao capital nacional, mantendo-se o poder de fiscalização do Estado, o que muito pouco contribuiu para criação de indústrias. Apesar disso, verifica-se um processo de urbanização acelerada em algumas regiões do país. De fato,

“*essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefine a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita.*” (OLIVEIRA, s/d, p. 47).

Durante todo o período colonial, as cidades localizavam-se a grandes distâncias umas das outras. O caráter monocultor da agricultura de exportação provocou uma extrema polarização entre as áreas urbanas, não possibilitando a formação de uma rede de cidades em torno das regiões produtivas, ao contrário, favorecendo a concentração da população em alguns centros regionais, que formam hoje as grandes metrópoles.

No final do século XIX, ocorre uma nova reestruturação do mercado mundial capitalista, ocasionada pela nova divisão internacional do trabalho. Neste sentido, abriram-se grandes possibilidades de obtenção de crédito que propiciaram a efetivação dos primeiros investimentos em obras de infra-estrutura e compra de equipamentos no Brasil. Foram construídas estradas de ferro e houve incremento financeiro no setor industrial. Inicia-se um período de significativa produção e exportação de café na região Centro-Sul, promovendo lucros expressivos para os cafeicultores. O capital acumulado pelos produtores brasileiros era suficiente para outros investimentos e, pela primeira vez, estes investimentos foram realizados em bens de capital no espaço urbano. Neste sentido, foram criados bancos com capital nacional, construídas obras de infra-estrutura para apoiar a produção no interior e facilitar o escoamento da produção para os portos localizados nas cidades, como estradas, usinas, eletrificação e modernização das instalações portuárias. Com estes investimentos, as cidades foram as principais beneficiadas, pois a “*concentração de capitais e de indústrias fez com que certas cidades e regiões brasileiras fossem se tornando cada vez mais industrializadas.*” (FOOT, 1982, p. 66).

Os estados que mais concentraram indústrias foram os que mais se desenvolveram. São expressivos os dados apresentados por FOOT (1982), referente ao Censo de 1919, pois estes já deixavam claro que o progresso em curso apontava para um crescimento desigual entre os estados brasileiros: São Paulo (31,5%), Rio de Janeiro (28,2%), Rio Grande do Sul (11,1%), Pernambuco (6,8%), Minas Gerais (5,6%), entre outros. (porcentagens relativas ao valor bruto da produção industrial)

Além do aparecimento das grandes cidades e seus processos de urbanização, surgiu também a necessidade de realização de uma série de obras de infra-estrutura cuja execução necessitava de grande volume de investimentos. No Brasil, o capital destinado a investimentos dessa natureza, inicialmente, era totalmente captado no exterior, através de empréstimos junto aos bancos ingleses e franceses. A partir da explosão do surto cafeeiro na região Centro-Sul, foi acumulado capital suficiente para realizar investimentos em infra-estrutura com Capital nacional.

### PLANEJAMENTO URBANO NO BRASIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTROLE E INTERVENÇÃO URBANA NAS CIDADES

No Brasil, poucas cidades se destacaram no período colonial. Estas tornaram-se centros atrativos para a população imigrante nacional ou estrangeira, graças à importância política que adquiriram ou à intensidade comercial existente em decorrência da produção agrícola exportadora.

Existem muitas semelhanças nas maneiras e métodos utilizados para alavancar o processo de modernização nos países menos desenvolvidos e as experiências vividas nos países industrializados. As primeiras propostas de intervenção surgiram, ainda durante o século XIX, em cidades européias e se assemelhavam a uma operação limpeza, tendo por objetivo resolver os “*perigos*” que surgiam na cidade, mesmo que, para isso, fosse necessária a destruição da estrutura física da cidade antiga.

A idéia de planejar significava, simplesmente, ordenar a cidade e resolver seus problemas urbanos, que freqüentemente tornavam-se objetos de conflitos. O processo de planejamento, portanto, baseava-se nas etapas de identificação destes problemas, definição das soluções e ação/intervenção para resolvê-los.

Os estudos que se dedicaram à questão urbana no Brasil[[8]](#footnote-8), a partir do final do século XIX até a década de 20 do século XX, apresentavam um consenso quanto à conjuntura na qual as cidades estavam se constituindo: alto índice populacional, um incipiente processo de industrialização incapaz de absorver a mão-de-obra que se localizava na cidade, e falta de condições para oferecer serviços públicos de qualidade a uma população que se deslocava do campo para a cidade, em busca de emprego. A rapidez com que as cidades foram povoadas provocou uma intensa crise habitacional, que atingiu, principalmente, as populações de baixa renda, que, além disso, necessitavam de uma estrutura mínima de bens e serviços urbanos, pois a ausência destes agravava ainda mais as condições de vida dessas populações migrantes. As cidades tornaram-se aglomeradas e propícias para a proliferação de ambientes insalubres, epidêmicos e inseguros.

Nesse período, diversos projetos ideológicos difundiram-se no Brasil, destacando-se entre eles, as idéias positivistas e o liberalismo, que, no campo da problemática urbana, assumiram caráter modernizador e passaram a determinar os rumos das discussões teóricas de então, exaltando valores éticos e morais, o progresso e a ciência. A primeira fase do planejamento no Brasil caracterizou-se, fundamentalmente, pelas intervenções públicas urbanísticas de cunho higienista, que, além de tudo, assumiram características redentoras, compreendendo a idéia de modernidade urbana como solução para superação dos resquícios da estrutura colonial a nível de espaço urbano (TOURAINE, 1994).

Esse entendimento predominou nos países de industrialização atrasada, nos quais as intervenções no espaço das cidades ocorreram, muitas vezes, antes que se fizesse necessário.

Neste período, evidencia-se uma certa imperiosidade das reformas modernizadoras das cidades e, neste sentido, obras saneadoras estiveram sempre presentes. A partir de 1896, surgiu no cenário destas reformas, o engenheiro Saturnino de Brito, um profissional especializado na elaboração de uma grande quantidade de projetos, obras de saneamento e “planos gerais”. Estes chegaram a ser executados em 40 (quarenta) cidades em todo o Brasil. Iniciou suas atividades na cidade de Vitória (ES), passando por Santos, Recife, entre outras, encerrando em Pelotas (RS), quando faleceu em 1929.[[9]](#footnote-9) O que demonstra o fato de que o ideal modernizador atingia um largo espectro das elites brasileiras. Estas obras de engenharia sanitária vinham atender à ausência de uma mínima infra-estrutura de saneamento.

A experiência de intervenção no espaço das cidades, no Brasil, que mais se destacou, no período entre o final do século XIX e início deste, foi a reforma na cidade do Rio de Janeiro (1904), onde foi ressaltado o aspecto estético da cidade, o qual serviu de modelo para as reformas de outras cidades, obedecendo a idéia de superação do atraso econômico, social, cultural e político. Foram os casos de São Paulo (1889-1911), Fortaleza (1896-1912), Salvador, e Belém (1897-1905), entre outras. À exceção da cidade de São Paulo, que era uma cidade pólo, centro da maior região produtora de café, as demais, caracterizam-se por ser cidades litorâneas, cujas intervenções se fundamentaram, principalmente, na modernização das instalações portuárias e na criação de uma estrutura física para o armazenamento da produção vinda do interior. Algumas dessas experiências tiveram a participação de Saturnino de Brito, nas quais foi acrescido o caráter técnico nas intervenções.

Embora perceba-se a força política do capital agro-exportador hegemônico, impondo suas necessidades às principais cidades portuárias do Brasil, o que mais se destacou nas primeiras intervenções foi a dimensão estética.

“*Tais intervenções se pautavam pelo alargamento e criação de grandes avenidas, constantemente implicando brutais demolições; pela criação de parques e jardins; pela construção e reforma de edifícios públicos, com fachadas uniformemente neoclássicas e ecléticas; além de uma série de posturas que regulamentavam a construção, disposição hidro-sanitária e o aspecto externo dos edifícios. Ademais, as intervenções nas áreas centrais possuíam um significado social mais profundo: exterminar os cortiços e a prostituição; afastar os mendigos, vagabundos e perambulantes (...); pôr fim ao mercado miúdo e às vielas sujas e estreitas.*” (DINIZ MOREIRA, 1994, p. 55)

A transição política para o Regime Republicano criou muitas expectativas de transformações para a sociedade brasileira. Contudo, estas expectativas foram sendo frustradas à medida em que iniciaram as perseguições aos ideais divergentes, eliminando-se a possibilidade de se fazer oposição.

Após a proclamação da República, no entanto, a participação política da sociedade reduziu-se aos sistemas oligárquicos. A política limitou o espaço da participação e impossibilitou o surgimento de “*desordens*” que pudessem ameaçar esse controle. Com isso, às cidades “*pôde ser dado o papel de cartão postal da República. Entrou-se de cheio no espírito francês da belle époque, (...). O brilho republicano expressou-se em fórmulas européias, especialmente parisiense* “ (CARVALHO, 1996, p. 39).

As reformas tiveram como resultados, a redução da promiscuidade social em que vivia a população, a europeização das cidades e renovação da infra-estrutura e do aspecto estético de diversos centros urbanos.

Ou seja, a modernidade impunha desde a necessidade de se ter um porto modernamente aparelhado e ampliado nas suas dimensões, de se dispor de uma ampla rede de esgotos sanitários e o fornecimento de água encanada, de se poder trafegar por ruas largas, calçadas e iluminadas, até o desejo de se mostrar elegante, consequentemente era preciso estar a par da última moda de vestuários, adereços e complementos que definiam o ser ou não ser elegante.

#### A experiência de Pereira Passos no Rio de Janeiro

No Brasil, a intervenção pública no espaço da cidade, que se destacou no início do século XX, foi a reforma promovida pelo Engenheiro e Prefeito Pereira Passos no Rio de Janeiro (1902-1906) que, juntamente com a campanha de saúde pública, desencadeou uma série de melhoramentos urbanos que proporcionaram o início do processo de modernização do espaço urbano, tendo como desfecho principal, a reforma e modernização do Porto, pois se tratava de uma necessidade para a expansão da economia agro-exportadora da época.

A cidade do Rio de Janeiro tornou-se referência de intervenção. Notadamente quando se pensava em termos de aformoseamento e de embelezamento estético.

No final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro era a maior cidade do País, com mais de 500 mil habitantes. Capital política e administrativa, e, ao mesmo tempo, principal centro comercial, financeiro e econômico, era o lugar das grandes definições e encaminhamentos nacionais e a capital cultural da nova República que se consolidava.

No início deste século, a cidade apresentava uma considerável área urbana e população assentada. Como conseqüência desse adensamento e da dinâmica econômica que se desenvolvia ao seu redor, tornou-se centro de operações comerciais e financeiras. Convém, no entanto, ressaltar que, diferentemente das cidades européias e americanas, o Rio de Janeiro não vive o seu caos urbano como decorrência de um processo de industrialização intensiva, muito embora fosse a cidade brasileira de maior concentração industrial. O processo acelerado de metropolização que vivia a cidade, já vinha sendo observado desde a década de 70 do século XIX, e deveu-se, principalmente, ao forte apelo atrativo que a capital exercia sobre as demais regiões do país.

O impacto do crescimento populacional acelerado sobre as condições de vida foi tamanho que, no final do século XIX, havia absoluta falta de casas para abrigar a população, especialmente os pobres. Esta população concentrou-se em cortiços e nos mocambos de favelas, enfrentando dificuldades, agravadas pelos problemas de abastecimento de água, de saneamento e de higiene.

Para as elites brasileiras, o cortiço e o mocambo era um local de desordem, foco irradiador das pestes e, portanto, passível de sofrer intervenções reguladoras e corretivas. Para a classe dominante, os operários eram os responsáveis pela insalubridade e pela propagação das doenças. Por isso a prática da intervenção higienista se consolida, uma vez que era necessário abolir a ameaça em que a cidade estava se transformando.

A cidade do Rio de Janeiro foi palco, em 1891, do mais violento surto de epidemias da história da cidade. Este surto “*foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose.*” (CARVALHO, 1996, p. 19).

Esta problemática tornou-se preocupação do poder público, que resolveu enfrentá-la a partir da criação de uma primeira Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro para estudar e propor todo tipo de melhoria nas condições higiênicas da Cidade, assim como contribuir para o seu embelezamento. As doenças que se manifestavam e tomavam conta da cidade, não preocupavam pelo fato de dizimarem a população mas, principalmente, porque interferiam nos negócios com o comércio interior e exterior.

A administração Pereira Passos foi importante pois concretizou os anseios de uma elite que há muito desejava tais transformações. A reforma do espaço urbano da cidade deu-se como desdobramento das obras do porto, e compreendeu uma extensa demolição do antigo traçado urbano e dos casarios, promovendo alargamentos e construções de avenidas com imponentes edifícios, que passaram a facilitar o acesso direto ao porto. É um momento de reforma geral da cidade que, além dos ajardinamentos de logradouros públicos e construção de bulevares, promoveu uma ampla campanha de vacinação pública e a substituição de moradias insalubres como solução ao combate epidêmico.

No entanto, não se percebia globalmente o processo urbano que se desenvolvia, não houve projeto para a cidade como um todo, mas apenas intervenções localizadas na malha urbana.

Este início de século é o período inicial da primeira fase do planejamento no Brasil, que se caracterizou, basicamente, pelas intervenções públicas influenciadas pelas idéias higienista, pela busca da perfeição estética e do embelezamento, e da adequação da infra-estrutura urbana às necessidades do capital agro-exportador hegemônico, política e economicamente.

# PARTE 2

# AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO DE

#  NATAL E A CONJUNTURA POLÍTICA

# Capítulo 2 - ASPECTOS HISTÓRICOS DA OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

A cidade do Natal foi criada, em 1599, por determinação direta do governo imperial português, para garantir a posse do território conquistado, uma vez que sua localização geográfica era estratégica, o que facilitava a defesa do litoral (FIGURA 2).

Natal apresentou um crescimento muito lento ao longo de quase quatro séculos, compreendendo o período entre sua criação e o final do século XIX.

Nos primórdios da sua ocupação, foram construídos o Forte dos Reis Magos, localizado na extremidade mais avançada de terra, resguardando o encontro entre o rio Potengi e o Oceano Atlântico, e, um pequeno povoado, localizado em um terreno elevado, à margem direita deste rio. Durante muito tempo foi “*cidade apenas no nome*” (CASCUDO, 1980, p. 37), sem exercer a real função destinada a uma capital e sede do poder.

“*Com quinze anos de vida, a Cidade do Natal do Rio Grande tinha maior nome que número de moradas. Em fevereiro de 1614 Natal possuía... doze casas. (...)*” (CASCUDO, 1980, p. 31).

Sua economia baseava-se na produção agrícola, que apenas garantia a subsistência de seus moradores, cultivada em sítios próximos da cidade, além da caça, da pesca e do sal, que era colhido do outro lado do rio, numa região chamada *Igapó*. No entanto, desempenhava a função de capital administrativa e política, como também destacava-se pela responsabilidade de garantir a segurança e proteção do litoral do território do *El Rei*. Para tanto, o governo real português enviava pagamentos e soldos para seus representantes sitiados na cidade, dinheiro que permitia a existência de um pequeno mercado de trocas.

O processo de ocupação do território de Natal foi bastante dificultado pela própria região escolhida para construção da cidade. Esta era isolada por obstáculos físicos e naturais como dunas, rio e mar. Esta localização a deixou excluída do processo de povoamento e ocupação do interior da região da qual era a capital.

Na história da formação do Estado do Rio Grande do Norte, o final do século XVII caracterizou-se pela reconstrução do domínio português, após a invasão holandesa: “*um século de trabalho quase tranqüilo*” (CASCUDO, 1980, P. 65).

O processo de ocupação deste Estado apresentou algumas peculiaridades. Diferentemente das demais Províncias do Nordeste, que tiveram suas bases econômicas produtivas fundamentadas no cultivo da cana-de-açúcar, a província do Rio Grande do Norte baseou-se na criação extensiva de gado. Para CLEMENTINO (1995), esta atividade foi responsável pela ocupação e urbanização das principais cidades do interior.

Este modelo de ocupação foi mudado somente em 1845, quando houve sucessivas secas que dizimaram grande parte do rebanho, redirecionando a produção econômica para outras atividades, principalmente para a cana-de-açúcar, no litoral, e o algodão, no interior.

A maioria das capitais brasileiras, por serem litorâneas e possuírem portos, responsabilizou-se, naqueles momentos, da comercialização e escoamento da produção de seu Estado. A cidade do Natal pode ser considerada uma exceção, já que, além das barreiras físicas que a circundavam, o seu porto, localizado na entrada da barra do rio Potengi, apresentava obstáculos que dificultavam o acesso de navios de grande porte (FIGURA 3).

A partir de meados do século XIX, a indústria açucareira tornou-se a atividade mais importante e, com isso, a cidade do Natal foi beneficiada, uma vez que a região do Estado mais propícia para o cultivo desta cultura era o litoral, entre a região de Natal e o Estado da Paraíba. Esta produção ficou sob a condução de uma elite que em parte já residia ou passou a residir na cidade do Natal, que começou a influenciar e ocupar os espaços políticos no Estado. Com a mudança para o regime republicano, essa elite açucareira hegemonizou todas as instituições governamentais do Estado e interviu no sentido de dotar a cidade de uma infra-estrutura que propiciasse sua desestagnação econômica. Políticas de higienização e embelezamento físico, introdução de melhoramentos urbanos modernizadores, e o aparelhamento e reforma do porto, foram medidas importantes tomadas pelo poder público, em Natal, na virada do século.

### A OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA EM NATAL

A ocupação da terra no Brasil sempre se deu através de concessões de *datas*[[10]](#footnote-10) pelo Governo Imperial Português. Em todos os municípios brasileiros, até 1889, o direito ao uso da terra era concedido pelo Senado da Câmara, que representava o governo das cidades. Esta, em geral, era concedida para plantar ou construir casas para morar.

Em Natal, nos séculos XVII e XVIII, o Conselho da Câmara concedia terras, “*desde que fosse no círculo de légua, a légua do Conselho, 6.666 metros. Findava em Guarapes, limites no município da Capital com Macaíba pela ponte sobre o Potengi*” (CASCUDO, 1980, p. 58).

A *légua do Conselho* definia a área sob a jurisdição do Senado da Câmara do Natal[[11]](#footnote-11). No período posterior a 1889, estas terras passaram para o controle do Conselho da Intendência do Município.

Com relação aos limites urbanos, a Lei Provincial No 118 de 1844, dizia que a cidade abrangia uma área “*do Baldo até a Gamboa da Costinha*”. A partir desta informação, deduzimos que a cidade começava no rio Baldo, onde em 1599, havia sido posta uma cruz para demarcação do povoado originário. E acabava no alagado da Ribeira, uma vez que faz referência a uma gamboa[[12]](#footnote-12), e este era o único lugar, próximo ao alto da cidade, em que águas avançavam sobre a terra. Próximo a esta região havia sido fincada uma segunda cruz da referida demarcação, na rua da Cruz (atual Avenida Junqueira Aires).

Os dois outros limites seriam demarcados pelo rio Potengi, de um lado, e as dunas, do outro.

O citado Conselho da Intendência de Natal, em 1900, resolveu definir com mais precisão estes limites urbanos, visto que estava enfrentando algumas dificuldades no ato da cobrança dos impostos dos terrenos aforados nos anos anteriores. Este, então, ficou sendo “*na linha sul, lagoa Manoel Felippe, estendendo-se pelo curso da corrente do Baldo, até chegar ao rio Potengi.*” (Jornal A REPÚBLICA, 29/09/1900, p. 1).

Desta feita, a partir desta definição, ficou esclarecido que toda terra ao norte do rio do Baldo, em direção ao mar; e à oeste das dunas, em direção ao rio, compreendia a área urbana da cidade, incluindo os bairros da Cidade Alta e a Ribeira, e as zonas de povoação menos intensa, Rocas e Passo da Pátria.

A Cidade Alta, núcleo originário da cidade, ficava em uma região alta, onde foram construídas três Igrejas, a Matriz, com sua torre alta; a do Rosário, dos escravos; e a de Santo Antônio. A primeira rua foi a de Santo Antônio. Era a rua principal da cidade e a mais ampla, que abria caminho para a fonte de beber, conhecida como Bica do Baldo; seguida pela rua da Conceição, que dava para a Ribeira. Nesta rua, em 1820, ergueu-se o primeiro “*sobradão que serviu de casa do Governo, de 1862 a* 1869” (CASCUDO, 1980, p. 127).

As ruas seguintes foram sendo traçadas espontaneamente, e de forma irregular conformando paulatinamente o espaço. A escolha da localização do núcleo urbano foi determinada pela altura do lugar, que possibilitava maior segurança em caso de ataques e pela proximidade com o rio da Bica (hoje Baldo), onde a população se abastecia de água. O crescimento da cidade deu-se na direção contrária. Inicialmente, expandiu-se em direção à Ribeira, nome dado ao segundo bairro, que se referia a uma campina alagada pelas marés do rio Potengi, e que o separava da Cidade Alta. A única comunicação que existia entre os dois bairros era através da rua da Cruz (Av. Junqueira Aires), onde, ao final, existia uma ponte sobre a citada campina. Posteriormente, foi aterrada e transformada na atual Praça Augusto Severo.

“*A única via de ligação entre a Cidade Alta e a Ribeira era a ladeira íngreme, escorregando como sabão depois das chuvas. (...)*” (CASCUDO, 1980, 129).

A Ribeira tornou-se um bairro mais ativo e dinâmico justamente pela sua proximidade com o cais. Este era a via de comunicação mais eficiente que a cidade tinha com o interior do estado e com outras localidades. Nele, instalou-se a rua do Comércio (hoje rua Chile), o mercado de compra e venda de mercadorias. Esse movimento que caracterizava este bairro, acabou provocando a transferência da sede do governo para aquele bairro em 1869.

Até o final do século XIX, Natal possuía somente estes dois bairros, a Cidade Alta, núcleo inicial, que adquirira caráter residencial e, posteriormente, um pequeno comércio elitizado; e a Ribeira, área comercial, onde residiam os comerciantes e os trabalhadores do comércio e da pesca, lugar dos armazéns, dos hotéis, do lazer e das atividades administrativas. As ruas de Natal foram se consolidando de forma a constituir uma trama viária típica de cidade colonial, resultando em ruas estreitas, casas pequenas, construídas sobre os alinhamentos frontal e laterais dos lotes, não existindo nenhuma separação entre o espaço privado e o público. As calçadas ficavam reservadas às atividades de convivência e confraternização de vizinhança.

Até o final do século XIX, os dois bairros tinham vidas quase independentes pela distância e dificuldade de acesso (FIGURA 4 e 5).

 No entanto, apesar da tranqüilidade e aparente ociosidade que a cidade vivia, pode-se observar, através de anúncios e notícias publicados nos periódicos da época, algumas curiosidades e atividades culturais e esportivas que ilustram o que existia dentro da sociedade natalense àquela época: serviços fotográficos, em 1891[[13]](#footnote-13); uma companhia dramática se apresentando no Teatro “Santa Cruz”, em 1894; inauguração do *Derby Club Natalense*, em 1900, que realizaria corridas de cavalos na rua Silva Jardim; e o *Velo Club*, em 1900,que promovia corridas de bicicletas, para as quais, os jovens da cidade, mandavam vir da Europa os modelos mais novos que existiam.

No final do século XIX, existiam duas regiões dentro do limite urbano, porém exteriores ao núcleo central da cidade. As Rocas, povoado localizado depois da Ribeira, na extremidade em direção ao Forte dos Reis Magos; e o Passo da Pátria, localizada entre a Cidade Alta e a Ribeira, numa faixa de terra úmida próxima ao rio. Essa duas localidades parecem ter surgido a partir da normatização do uso do espaço, editada pelo poder público, que tinha um conteúdo segregador. Esta legislação exigiu, para a região central da cidade, investimentos na aparência das edificações que a população mais pobre não tinha condições de realizar[[14]](#footnote-14). CASCUDO refere-se aos pobres como uma camada social “(...) *que não resistiu ao embate nos bairros de vida social mais intensa (...)*” (CASCUDO, 1980, p. 227).

A povoação inicial das Rocas ficava localizada sobre um areal solto próximo ao rio Potengi, e consistia de algumas ruas e travessas habitadas por pescadores muito pobres. Posteriormente, no final do século XIX, com os serviços de melhoramentos do Porto, modificou-se o perfil de seus moradores, pois estes serviços atraíram uma mão-de-obra especializada (operários, mergulhadores, engenheiros, etc), que ali se instalou e fixou residência. Enquanto que o Passo da Pátria, passou a existir a partir de uma feira semanal, que veio a se tornar a mais concorrida da cidade (FOTO 4), e para onde se deslocou um pequeno comércio. Também as atividades recreativas vieram a se localizar neste lugar, que passou a ser muito freqüentado, principalmente à noite.

“*Depois da 8 horas ficava mais movimentada, mais sedutora, mais perigosa, (...), cheiro confuso, luzes vermelhas, alegria, rumor, perturbação, feira do Passo!...*” (CASCUDO, 1980, p. 234).

As insinuações de CASCUDO, levaram a supor tratar-se, também, de uma zona de meretrício.

A cidade, além da área urbana descrita, possuía outros núcleos mais periféricos com características rurais, como o *Refoles*, uma zona agrícola localizada próxima a uma região conhecida como Alecrim e que ficava às margens do rio Potengi, onde atualmente está construída a Base Naval da Marinha do Brasil, no Alecrim; *Quintas*, nome de uma propriedade muito conhecida, que se chamava Quinta Velha, e que ficava à beira da estrada que se dirigia para as regiões do Sertão e do Seridó; *Barro Vermelho*, localizado logo após o Baldo, região de sítios, casas de veraneio, por onde passava a estrada que levava à Lagoa Seca; e *Guarapes*, zona agrícola, localizada na estrada para Macaíba, local onde Fabrício Gomes Pedroza instalou o maior domínio comercial do Rio Grande do Norte.

Até 1890, além dos bairros consolidados, percebeu-se que onde ocorriam mais solicitações de aforamento, era na área do Alecrim[[15]](#footnote-15), próximo ao Refoles, e na região conhecida como Barro Vermelho. Estas solicitações foram publicadas nos jornais, e nelas, não foi possível perceber o uso a que se destinavam tais terrenos.

Estas solicitações para concessão de aforamentos de terrenos, com a existência do jornal A República em 1889, passaram a ser publicadas na forma de editais. Nestes, descreviam-se a localização do terreno solicitado e o nome do interessado, assim como era definido um prazo para contestação pública, geralmente 30 dias. Mediante a ausência de questionamentos, os terrenos eram concedido através da entrega da Carta de Aforamento.

No final do século XIX, a cidade terminava onde hoje está a Avenida Deodoro da Fonseca. Daí em diante existia um matagal com algumas residências e um “*caminho para o Morcego*”, hoje Praia do Meio (CASCUDO, 1980, p. 331).

### AS INTERVENÇÕES ESTATAIS NO ESPAÇO URBANO DE NATAL

A maioria dos processos de intervenção do poder público que afetaram o espaço urbano das cidades em geral, no período em questão, mudaram-no significativamente e caracterizaram-se por apresentar aspectos idênticos, independentemente da região em que estivesse localizada, da situação econômica ou do estágio de desenvolvimento. Fundamentalmente, eram influenciados pelos princípios do higienismo, da estética urbana e da desestagnação econômica, que determinavam os objetivos da ação governamental. Esta tomava forma concreta através de Políticas Públicas, tendo como instrumento principal, a legislação.

Em geral, estes princípios advinham da necessidade de atacar os problemas provocados pelas epidemias que, durante o século XIX, assolavam constantemente as cidades; e/ou controlar a progressiva concentração de população, decorrente da falência do campo.

As primeiras intervenções públicas nas cidades brasileiras, caracterizaram-se pela tentativa de adoção do padrão urbanístico/arquitetônico semelhante ao europeu, além de demonstrar uma preocupação com a implantação de hábitos e comportamentos cosmopolitas. Esta regra foi imposta à realidade das cidades com o intuito de que fossem, sem qualquer questionamento, introjetadas e assimiladas pela sociedade.

Tal preocupação foi incorporada à ação estatal no Brasil, provocando seu redimensionamento, que manifestou-se através da explicitação da necessidade de enfrentar questões como a higiene pública, as questões sociais emergentes e a crise da estrutura social colonial. Com relação à questão urbana, este enfrentamento refletiu-se na transformação do ambiente material, da moradia e dos valores culturais.

No caso de Natal, não foram percebidos problemas advindos da aglomeração, uma vez que a cidade era muito pequena e também era pequeno o fluxo de população em sua direção (intensificados, apenas, nos períodos de seca[[16]](#footnote-16)).

Apesar de ser uma cidade portuária, Natal, até o início do século XX, mantinha uma posição secundária na própria estrutura administrativa e econômica do Estado do Rio Grande do Norte, uma vez que as regiões produtoras do interior do Estado continuavam escoando sua produção através de outras cidades. Neste período, sua modernização foi colocada como prioridade dentro do projeto da elite, a partir de uma coincidência de fatores político-administrativos e econômicos, o que favoreceu o seu crescimento. Após esta tomada de decisão, a cidade começou a redefinir sua estrutura urbana segundo padrões modernos.

#### As ações da administração pública na Cidade do Natal anteriores a 1889

Até meados do século XIX, apesar da cidade do Natal ser a capital política e administrativa do Estado do Rio Grande do Norte, era constituída por edifícios construídos com materiais naturais extraídos da região próxima, com paredes de taipa, coberturas de palha, junco e capim; ranchos de palha e ruas de areia. Enfim, caracterizava-se por ter uma ocupação desordenada e completamente espontânea.

Em 1823, segundo CASCUDO (1980, p. 280), foi inaugurado o primeiro sistema de iluminação pública em Natal. Este era constituído por luminárias de “*(...) quenga de côco, casca de laranja, cheia de azeite de carrapato. Metia uma torcida de algodão ou pedaço de pano velho e acendia-se. Cem, duzentas quengas ardendo devia ser bonito. (...)*”; sendo, em meados do século XIX, substituído por sessenta lampiões de azeite. Posteriormente, em 1883, o Presidente da Província mandou colocar 100 lampiões com postes de ferro, vindos da Europa, inaugurando, assim, a iluminação à querosene.

A partir de 1850, o poder público tomou a iniciativa de editar uma legislação normatizadora do uso do espaço da cidade, no sentido de modificar esta sua aparência física. Inicialmente, viabilizou-se pela decisão da Câmara Municipal proibindo a construção de edifícios e habitações com os materiais que normalmente eram usados. No entanto, restringiu-se às construções das ruas centrais da cidade. Esta ação é considerada como o início da normatização do espaço da cidade, e, segundo alguns estudiosos do assunto, representou o primeiro indício do processo de segregação sócio-espacial de Natal (SANTOS, 1989; ATAÍDE, 1993).

Verificou-se, também, um outro momento da intervenção do poder público, no sentido de investir em obras e construções de edifícios para prestação de serviços, assim como de infra-estruturas urbanas. Estes foram determinantes para alavancar o processo de desenvolvimento que estava prestes a ser iniciado.

Em meados do século XIX, Natal passou a ser constantemente atingida por epidemias, provocando a morte de muitos habitantes da Cidade. Em 1849, houve um surto de varíola; em 1850, outro de Febre Amarela; e, em 1855, uma peste de cólera-morbo, “*devastadora como um cataclisma*”, que matou aproximadamente 215 pessoas (CASCUDO, 1980, p. 183-187). Como a cidade não possuía nenhum edifício capaz de abrigar a demanda que passou a existir, o Governo determinou a construção de hospitais que permitissem enfrentar essas adversidades epidêmicas.

Neste sentido, foram construídos, em 1846, o Lazareto da Piedade, localizado “*na estrada velha de Guarapes*” (A REPÚBLICA, 12/1/1937, p. 8), destinado a isolar os doentes de Cólera; e o Cemitério público do Alecrim. Posteriormente, em 1856, foi inaugurada a Casa de Caridade da Capital, que ficou conhecida como Hospital da Misericórdia.[[17]](#footnote-17)

Posteriormente, ainda houve outros surtos epidêmicos, revelando-se em maior ou menor intensidade, dependendo da ocasião. Porém, a cidade já possuía uma estrutura hospitalar que lhe permitiu enfrentá-los com melhores condições.

Também em meados do século XIX, começaram a ser intensificados os investimentos em educação. Em 1859, foi construído o edifício do Atheneu Norte Rio Grandense, onde instalou-se a primeira Biblioteca Pública Provincial, em 1868. O investimento do poder público na educação visava, naquele período, dotar a cidade de um sistema público educacional de qualidade para formação dos natalenses. No entanto, esta estrutura foi direcionada para a formação dos filhos da elite dominante, uma vez que até a inauguração desta escola, os que tinham recursos mandavam-nos estudar em outras províncias.

Algumas medidas saneadoras foram iniciadas, também nesta época, na área central da cidade. Estas restringiram-se, principalmente, ao pântano da Ribeira, que desde os anos 1840 era motivo de preocupação por parte das autoridades envolvidas com a saúde pública. Este era alagado pelo rio Potengi diariamente, nas horas em que a maré estava alta e, nos períodos de chuva a situação tornava-se mais grave. A campina da Ribeira, como era conhecida, era responsabilizada por grande parte das enfermidades que freqüentemente acometiam a população de Natal, pois, àquela época, era comum buscar a explicação para as epidemias abruptas a partir das teorias miasmáticas[[18]](#footnote-18).

Ao mesmo tempo, foram realizadas também algumas campanhas sanitárias nas ruas da cidade do Natal, com a intenção de ajudar no controle dessas epidemias. Estas restringiram-se a ações de limpeza pública, inclusive, proibindo a circulação livre dos porcos. Após uma dessas intervenções, em 1878, o chefe da polícia relatou:

“*A cidade está completamente limpa; o ar que se respira já não é infecto; o estado sanitário já está melhorado, seja coincidência ou não, pouco importa.*”(CASCUDO, 1980, p. 190).

O abastecimento de água na cidade, até o final do século XIX, era feito através da Bica do Baldo e da cacimba de São Tomé. A Bica do Baldo, localizava-se no rio de água corrente que desaguava no Potengi, e abastecia, principalmente, à Cidade Alta. A Cacimba de São Tomé, que atendia ao bairro da Ribeira, localizava-se nas proximidades da campina, onde posteriormente foi construída a Vila dos Barretos (atual Colégio Salesiano). Em 1859 sofreu reparos, o que a levou a tomar forma de uma de casa de pedra equipada com uma bomba que impulsionava a água.

Em 1882, o Presidente da Câmara Municipal contratou com o dinamarquês Felippe Leinhardt, o fornecimento do serviço de água encanada. Nesta ocasião, foram colocados canos subterrâneos e surgiram os primeiros pontos de água distribuídos em vários locais da cidade.

Durante quatro séculos, os natalenses andaram a pé. O sistema de transporte resumia-se a burros e cavalos de uso particular, tendo, entre 1840 e 1850, aparecido as “*cadeirinhas*” carregadas por escravos, que conduziam as senhoras dos comerciantes mais ricos (CASCUDO, 1980, p. 288). Esse tipo de transporte atendia às necessidades, uma vez que as distâncias dentro do espaço urbano eram muito pequenas.

Somente em 1884, surgiu o primeiro plano para organizar um serviço de trilhos urbanos para Natal, proposto por João Avelino Pereira de Vasconcelos. A este, foi concedido pelo Presidente da Província através da Lei No. 900, o direito de organizar tal serviço com carros movidos a vapor ou a tração animal. Além disso, a mesma Lei fixava o percurso que os futuros trilhos urbanos deveriam ter. Não se encontrou, no material pesquisado, as razões pelas quais este serviço não foi realizado.

Durante o mês de janeiro de 1890, surgiu uma “*Empresa de Carros de Aluguel*”, dirigida pelo Sr. Antônio de Barros, que fazia o percurso da Ribeira à Cidade Alta. A cocheira ficava na esquina da atual Praça Augusto Severo com a Avenida Duque de Caxias. No entanto, a Empresa teve uma curta duração e se extinguiu em 1891. Neste mesmo ano, a administração pública tomou uma nova iniciativa no sentido de resolver o problema dos transportes urbanos, com a publicação de um decreto, concedendo por 30 anos ao Sr. Ângelo Roselli, o direito de estabelecer uma ou várias linhas de bondes em Natal e nos subúrbios da cidade. Tal iniciativa, também não foi realizada.

No entanto, o transporte urbano utilizado com maior freqüência, dentro de Natal e nos percursos para outras cidades, continuava a ser as carroças puxadas a cavalos ou outros animais, como transporte coletivo, assim como os próprios animais, como individual. Este uso, no entanto, era bastante adequado, uma vez que as ruas eram cobertas de areia e as estradas, que saiam de Natal, não tinham pavimentação. Estas, atravessavam as dunas que isolavam a cidade, e, qualquer outro meio de transporte encontraria dificuldades com a excessiva quantidade de areia nos percursos.

Tentando resolver este problema do isolamento da cidade, em meados do século XIX, o governo provincial tomou algumas iniciativas para interligá-la ao Recife, centro que abastecia o comércio local. Isto foi concretizado no final da década de 50 do século XIX, quando foi contratada a vinda mensal de dois navios com uma Companhia de Navegação Pernambucana.

Posteriormente, foi feita a primeira via de ligação terrestre entre Natal e o interior através de ferrovia. O primeiro trecho entre Natal e São José de Mipibú (Papari) foi inaugurado em 1881, tendo sido estendido até Nova Cruz dois anos depois. Na outra extremidade, a linha ferroviária vinha sendo construída em sentido contrário, a partir do Recife, e já havia chegado à cidade paraibana de Independência (atual Guarabira), distante 50 Km de Nova Cruz. Apesar deste avanço, as linhas não se encontraram e o Rio Grande do Norte continuou isolado das províncias vizinhas.

A cidade, na verdade, já possuía um meio de comunicação de longa distância, pois desde 1878 havia sido inaugurado o telégrafo elétrico, que era alimentado através da energia de bateria. Foi a primeira ligação direta da cidade com outras localidade a partir de uma inovação técnica proveniente da era moderna. A estação, o maquinário e a antena, foram montados nas proximidades do “*Caes da Ribeira”,* posteriormente chamado Cais Tavares de Lyra.

Enquanto o processo de intervenção pública desenvolvia-se em Natal, as idéias republicanas vinham espalhando-se pela Província do Rio Grande do Norte, através de políticos liberais e de intelectuais que se posicionavam contra a monarquia. Porém, inicialmente, estas não atingiram os políticos e chefes políticos tradicionais, então ligados ao Partido Liberal ou ao Partido Conservador. E grande parte deles, como o Dr. Amaro Cavalcanti e José Bernardo, por exemplo, só aderiram ao Movimento republicano às vésperas da Proclamação da República.

No Rio Grande do Norte, o Partido Republicano, ao ser criado, constituía-se de um pequeno grupo de pessoas, que associavam a idéia republicana às abolicionistas, e foi fundado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, seus familiares e amigos, em janeiro de 1889 (ANEXO). Na primeira convenção, Pedro Velho foi aclamado presidente do Partido. Alguns meses depois fundou, com recursos próprios, um jornal, denominado A República, do qual se tornou Diretor-Presidente, transformando-o em orgão oficial de propaganda do Partido.

O Movimento Republicano, a nível nacional, tratava de difundir suas idéias em todas as Províncias. Para a região Nordeste foi destacado o propagandista e divulgador das idéias republicanas, o Dr. Silva Jardim, para que coordenasse a organização e divulgação dos preceitos do Partido nas diversas Províncias. Quando esteve no Rio Grande do Norte, em julho de 1889, o Diretório do Partido local, através d’A República, convocou a todos os correligionários e interessados a participarem de uma reunião, no Largo do Bom Jesus, na Ribeira, para recepcionar e ouvir as orientação deste propagandista nacional.

Quem era este grupo que formava o Partido Republicano no Rio Grande do Norte? Sabe-se que a política nos Estados nordestinos era conduzida por Coronéis, geralmente donos de grandes extensões de terra, que a partir da definição de domínios territoriais, dividiam toda a província por região de influência. A decadência do regime imperial e a influência das idéias liberais, que conduziram o movimento abolicionista, possibilitaram a emergência de uma casta de políticos intelectualizados, principalmente nas capitais, que não foram absorvidos pelos esquemas políticos tradicionais, mas que se adaptaram a estes. Em Natal, este grupo era liderado por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, presidente do Partido Republicano, cuja adesão ao movimento republicano apresentou algumas contradições, uma vez que sua trajetória “*traduziu um comprometimento* [muito] *íntimo com os interesses e a perspectiva de classe dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial*” (LINDOSO, 1992, p. 17).

### AS ARTICULAÇÕES POLÍTICAS PARA A TRANSIÇÃO REPUBLICANA

Desde a fundação do Partido Republicano, Pedro Velho (1856-1907) foi a principal liderança dessa facção política no estado (APÊNDICE). Fato este atribuído à sua habilidade e postura objetiva. Porém, esta liderança foi construída a partir de atitudes estrategicamente executadas.

Inicialmente, vale salientar, existiam articulações políticas entre os participantes do movimento abolicionista das províncias vizinhas ao Rio Grande do Norte, ao qual a maioria dos republicanos de primeira hora esteve ligada. Estas, produziram seus resultados nos primeiros momentos após a Proclamação da República. Uma delas foi a aproximação do grupo republicano norte-riograndense, principalmente Pedro Velho, com o cearense. Ou melhor, com os norte-riograndenses erradicados no Ceará, que se destacaram politicamente dentro dos movimentos nacionais, tanto o abolicionista como o republicano revolucionário. Especificamente, esta afirmação refere-se a Almino Afonso, que fora transferido para Manaus, na Amazônia, e Amaro Cavalcanti. Ambos foram agraciados com uma candidatura pelo Partido Republicano do Rio Grande do Norte, respectivamente, para os cargos de Deputado Federal e Senador. Almino Afonso, inclusive, logrou mais votos que o próprio Pedro Velho, com quem concorreu nas eleições de 1890.

Almino Afonso (1840-1899), nunca teve qualquer ligação com a política local no período republicano, mesmo depois de eleito (APÊNDICE). No entanto, enquanto liderança abolicionista participou de campanhas e comícios pelo interior do Ceará e do Rio Grande do Norte, chegando até a região próxima à cidade de Mossoró, onde adquiriu grande popularidade; ao mesmo tempo, que tornou-se uma figura de destaque no movimento abolicionista, inclusive através de contatos pessoais com as lideranças abolicionistas nacionais. No Parlamento do Governo Republicano, eleito pelo Rio Grande do Norte, não deu continuidade às articulações políticas que contribuíram para que se destacasse durante o período anterior, tornando-se apenas um deputado federal pouco expressivo. Com isso, foi deixado meio de lado pelo esquema pedrovelhista (ANEXO).

Pedro Velho iniciou o período republicano empenhando-se para atrair, principalmente, o apoio de duas figuras políticas representativas para o Estado, com o objetivo de montar uma estrutura de poder consistente e exercer o controle político da nova situação. O primeiro apoio procurado foi o de Amaro Cavalcanti (1849-1922), que se tornara uma pessoa influente junto ao Governo Federal, a quem Pedro Velho pretendia recorrer nos momentos de dificuldades dentro do processo de construção do novo regime republicano, e também das facilidades que significaria ter uma ligação direta dentro da estrutura deste Governo.

O segundo, foi o Senador José Bernardo (1837-1907), um político que havia se destacado nas últimas eleições imperiais, obtendo uma expressiva votação. Este significaria uma base de apoio representativa no interior do Estado.

A montagem do esquema político do movimento republicano no Rio Grande do Norte, sob a direção de Pedro Velho, tem muito de sua capacidade de articulação. Fundamentava-se na definição das bases de sustentação do esquema político do Partido Republicano no Rio Grande do Norte. Em nenhum momento da definição da liderança do Partido no Estado, foi cogitada a possibilidade dela não ser exercida pelo próprio Pedro Velho, uma vez que o mesmo encarregou-se de conduzi-la pessoalmente. Neste sentido, investiu na aproximação destes dois políticos: Amaro Cavalcante (APÊNDICE), que tinha relações estreitas com a esfera federal, participava e influenciava às decisões nacionais, e tornaria possível a priorização dos interesses dos grupos locais junto ao Governo Federal; e José Bernardo (APÊNDICE), um político tradicional, que fazia política voltada para as questões regionais e sem maiores pretensões, a não ser garantir o seu domínio sobre a região do Seridó. O apoio de José Bernardo, no entanto, acrescentaria ao esquema pedrovelhista o respaldo eleitoral na região do interior, o que possibilitaria a legitimação popular do grupo que pretendia assumir o controle do processo político que se desenvolvia no Estado.

Desta maneira, o Coronel José Bernardo foi eleito senador pelo Partido Republicano sem que, anteriormente, tivesse mantido qualquer ligação com esta agremiação.

Quando Pedro Velho assumiu o Governo Provisório do Estado, em novembro de 1889, com 30 anos de idade, tratou de demitir os antigos funcionários, nomeando imediatamente seus parentes e aliados, entre os quais nomeou Antônio Basílio, que era muito próximo de José Bernardo, dando o primeiro passo para tal aproximação. Estas nomeações tornaram-se motivo para muitos protestos e até rompimentos dentro do grupo originário do Partido Republicano, que acusou Pedro Velho de estar traindo os ideais e aliados do movimento.

Por outro lado, a aproximação de Pedro Velho com Amaro Cavalcanti aconteceu nos momentos iniciais após a posse provisória de Pedro Velho, quando este foi surpreendido com a nomeação de Adolfo Gordo para exercer o cargo de governador. Pedro Velho, que havia proclamado a república no Estado e tomara para a si a responsabilidade de conduzir a revolução no Rio Grande do Norte, ao ser destituído, vai para o Rio de Janeiro e lá encontra

“*um conterrâneo que se tornara pessoa eminente, consultada, procurada, indispensável, falando linguas, viajado, explendida cultura jurídica, homem magrinho, de estatura mediana, todo nervos, vibração, tenacidade. Era Amaro Cavalcanti.*” (CASCUDO, 1956, p. 40)

Neste momento, recorreu à interferência deste para acomodar as situações adversas aos seus próprios interesses, solicitando a destituição do governador estranho à política local e a nomeação de outro que não contrariasse à facção republicana local.

Com estes, Pedro Velho montou um esquema imbatível para as eleições 1890, e CASCUDO referiu-se essas como o marco inicial da formação da estrutura política necessária para que Pedro Velho impusesse ao Rio Grande do Norte o poder de uma oligarquia (SOUZA, 1989, p. 120).

Posteriormente a relação política, entre eles se torna insustentável, mas a essa altura o controle político do Estado já se encontrava definitivamente, com Pedro Velho.

CASCUDO (1956, p. 63) assegura que Pedro Velho e Amaro Cavalcanti “*foram sempre azeite e vinagre*”, ressaltando que entre estes, passou a predominar uma relação de desconfiança mútua. Amaro Cavalcanti começou a manifestar a intenção de orientar a política do Estado Rio Grande do Norte, inclusive disputando com Pedro Velho, se se tornasse necessário. Esta situação foi agravada no episódio da disputa entre Deodoro da Fonseca e Prudente de Morais, no qual Pedro Velho e Amaro Cavalcanti apoiaram candidatos diferentes. A partir daí, Pedro Velho o teve como aliado raras vezes e quase sempre adversário. Tanto assim que, nas eleições de 1894, Amaro Cavalcanti não figura na chapa oficial no Rio Grande do Norte, publicada no orgão de divulgação do Partido.

Por outro lado, no final de 1894, durante o mês de dezembro, o Jornal A República anunciou o rompimento político entre Pedro Velho e o Senador José Bernardo, por divergências de encaminhamentos durante as votações no Congresso Nacional, que ficou conhecida como a fase do “*rompimento*” (LINDOSO, 1992, p. 19). Foi um desentendimento circunstancial que, logo em seguida, foi contornado. Sobre este, Junqueira Aires, um pedrovelhista tradicional, escreveu dizendo que o referido Senador

“*Distribuiu os mais vulgares e offensivos epithetos ao governo e aos representantes do Estado. (...) Em política, o programma do sr. senador Bernardo é este: egoismo, intriga, deslealdade, contra os governos, contra os amigos, contra os adversários. (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 1/12/1894, p.3).

Consolidada a força política de Pedro Velho, verifica-se que a elite que fundamentava este esquema estava restrita a um círculo de pessoas que se caracterizava por serem de extrema confiança do líder. Este responsabilizava-se, pessoalmente, pela definição e montagem das chapas que concorriam em todos as eleições, assim como dos cargos administrativos das instituições federais. Havia um revezamento dos mesmos nomes em cargos diferentes. Todos os governadores, por exemplo, antes ou depois de exercerem o governo do Estado, elegeram-se Deputados Federal ou Senadores.

O grupo organizava-se de maneira a manter o controle político absoluto sobre todas as instâncias do Governo ao nível estadual. Para tanto, nos períodos que antecediam as eleições, os deputados e senadores deslocavam-se do Rio de Janeiro para Natal, para coordenar os processos seletivos, desde a convenção do Partido até as eleições.

Percebeu-se uma hierarquização dos quadros políticos que estavam à disposição do Partido (ANEXO). Nunca ocorreu dos políticos que atuavam na esfera federal candidatarem-se a Deputado Estadual, e sim a Governador do Estado. No nível dos cargos eletivos federais e os governadores, percebeu-se uma maior qualificação acadêmica. Além de Pedro Velho, Joaquim Ferreira Chaves Filho (APÊNDICE), Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (APÊNDICE), Augusto Tavares de Lira e Antônio José de Melo e Souza, que se elegeram governadores e/ou deputados federal e/ou senadores, são eleitos representantes do Rio Grande do Norte no Legislativo Federal: Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (APÊNDICE), Eloy Castriciano de Souza, Juvenal Lamartine de Faria, Almino Afonso, Amaro Cavalcanti e José Bernardo.

Com exceção do Coronel José Bernardo, que não chegou a concluir o nível primário de seus estudos, todas as lideranças tiveram formação superior, destacando-se entre eles, os advogados: Almino Afonso, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, Ferreira Chaves e Tavares de Lira, além de Manoel Dantas e Luís Fernandes, e, os médicos: Pedro Velho, Luís Carlos Lins Wanderley (APÊNDICE) e Segundo Wanderley (APÊNDICE). Todos os advogados freqüentaram a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais na Academia de Direito do Recife, enquanto os médicos na Faculdade de Medicina da Bahia.

Com relação ao jornal A República, orgão oficial da propaganda republicana, este se revelou um instrumento importante na construção da liderança de Pedro Velho. Este periódico foi fundado por ele, e era de sua propriedade, o que lhe garantia completo controle sobre o mesmo. Dentro de seu esquema político, a propaganda sempre foi tratada com seriedade e como um instrumento para exercer e legitimar o poder. Os cargos de direção desta empresa eram escolhidos criteriosamente, e, portanto, eram ocupados por pessoas da extrema confiança do proprietário. Por estes, passou a maioria dos políticos que ocupou cargos eletivos e/ou executivos dentro deste esquema político. O primeiro Editor-Chefe foi o próprio Pedro Velho.

Foi possível perceber que, ao longo dos anos, foram se sucedendo vários representantes e eminentes legisladores ou administradores dessa elite na redação do jornal. Em 1891, os redatores eram, além de Pedro Velho, Nascimento de Castro (governador nomeado), Ferreira Chaves (governador, 1896-1900 e 1913-1920) e Augusto Severo (deputado estadual e federal); em 1892, esta função foi assumida por Antônio de Souza (governador, 1907-1908) e Augusto Severo; em 1895, Augusto Severo, Tavares de Lira (governador, 1905-1907) - e Eloy de Souza (deputado federal); em 1899, Alberto Maranhão (governador, 1900-1904 e 1908-1913), Manoel Dantas (Vice de Tavares de Lira, 1905-1907), Pedro Avelino e Antônio de Souza.

O jornal A República era um orgão de divulgação do pensamento republicano. Dentre seus propagandistas, o que mais se destacou nesta atividade foi o Dr. Manuel Moreira Dantas (1867-1924) (APÊNDICE).

Ainda nos referindo à Imprensa, outro propagandista que destacou-se, foi o líder da oposição ao esquema pedrovelhista no Estado, Elias Souto (1848-1906), que por ser adversário à elite dominante, não teve oportunidade de pôr em prática suas idéias e propostas para a sociedade. No entanto, exerceu o papel de opositor com muita competência (APÊNDICE).

O Jornal Diário de Natal foi responsável pelas inúmeras denúncias das ações administrativas dos diversos governos, ao longo do período estudado. Algumas delas conseguiram ter repercussão na sociedade, principalmente na cidade do Natal, as quais a imprensa oficial do Governo do Estado via-se obrigada a responder para esclarecer sua versão sobre o assunto denunciado.

No esquema político do grupo pedrovelhista existiam algumas pessoas que exerciam sua atividade política a nível estadual. Estes se distribuíam nos cargos executivos do Governo Estadual, no Congresso Legislativo Estadual, nas administrações das instituições federais no Estado, nos cargos municipais, destacando-se os juizes e chefes da Polícia; e nas Intendências. Com relação ao Congresso Estadual, a oposição sempre acusava esta instituição de aprovar todos os projetos impostos pelos governadores do Estado, sem opor-lhes a menor resistência.

Tanto no plano estadual como municipal, as lideranças se caracterizavam mais pela capacidade de pôr em prática o projeto geral da elite dominante, sem adquirir muita expressividade política. Eram meros executores de obras e melhoramentos, legitimando o poder das lideranças federais e do grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, beneficiando-se pessoalmente. Nestes, além dos políticos, incluem-se os comerciantes e negociantes, pequenos industriais e profissionais liberais. O único que foi percebido como uma exceção, foi o Dr. Manuel Segundo Wanderley, que pode ser considerado, como o principal responsável, pela proposta e execução da higienização e saneamento da cidade do Natal, no período em questão.

Grande parte dos familiares de Pedro Velho ficou no próprio Estado, beneficiando-se da estrutura do poder e da condição de parentes da liderança mais importante do Rio Grande do Norte. Dentre eles destacamos o avô de Pedro Velho, Fabrício Gomes Pedrosa, que foi o primeiro Presidente do Conselho da Intendência da Capital, sendo sucedido por João Avelino, primo, que tinha como vice-presidente, Juvino Barreto, cunhado. No final de seu mandato como Presidente da Intendência, o avô de Pedro de Velho passou a exercê-lo, ao mesmo tempo, que era Presidente da Junta Comercial do Rio Grande do Norte, onde ficou de 1892 até 1912, quando faleceu.

Outro membro da família Albuquerque Maranhão que se destacou, foi Fabrício de Albuquerque Maranhão, irmão de Pedro Velho, que se elegeu Deputado Estadual em 1894. Sua eleição repetiu-se por mais seis legislaturas, até 1912. Durante o período em que foi deputado, exerceu a presidência do Congresso Legislativo durante os 16 anos. O outro irmão, que era músico, Joaquim Scipião, quando o Teatro foi reinaugurado, no segundo governo de Alberto Maranhão (1908-1913), passou a ser seu diretor e regente da Orquestra Sinfônica do Rio Grande do Norte.

Um dos poucos industriais da cidade do Natal, foi Juvino Barreto. Este exerceu apenas uma única vez um cargo administrativo e público, foi vice-presidente da Intendência do Município do Natal. Era casado com uma das irmãs de Pedro Velho, Inês Augusta, e dono da Fábrica de Fiação e Tecidos Natal, inaugurada em 1888 e localizada à Rua Junqueira Aires, na Ribeira. Será este, o primeiro edifício do Estado a ser iluminado com energia elétrica. Na época, a cidade era abastecida por lampiões a querosene e gás acetileno.

De todas as instâncias tratadas, a que interferiu mais diretamente na transformação do espaço da cidade do Natal, foi a Intendência Municipal. No entanto, não teve a mesma expressividade que a instância estadual. Com a República os municípios passaram a ser geridos por representantes da sociedade, inicialmente nomeados pelo Governador do Estado, e, após a promulgação da Constituição Estadual passaram a ser escolhidos através de eleições. Os eleitos formavam o Conselho Municipal da Intendência, que era composto por 06 (seis) representantes. Neste, era procedida uma eleição interna, para a escolha do Presidente e do Vice.

As Intendências que sucederam-se apresentavam quase a mesma estrutura administrativa. Era um Conselho composto pelo Presidente, vice e 04 (quatro) Comissários.

Cada Conselho era eleito para administrar a cidade por 03 (três) anos, no entanto, haviam eleições isoladas, à medida em que vagava algum lugar. Na posse do Conselho de 1899, as atribuições dos cargos de Comissários foram modificadas, passando a ser designadas como Comissário de Redação, de Obras Públicas, de Higiene, da Fazenda e Comércio e Indústria. O Coronel Olympio Tavares assumiu como Presidente, tendo o Tenente Coronel Joaquim Manoel, como Vice. Nesta gestão, o Major Theodósio Paiva era o Comissário de Obras Públicas, e, o major Pedro Avelino, o de Higiene. Durante esta gestão iniciou-se a “*ação higiênica*” e embelezadora da cidade, que normatizou a prestação dos serviços públicos, as concessões e deu ordenamento ao uso da cidade, tanto do setor público quanto do setor privado, tais como a limpeza pública, a concessão a um particular dos serviços de iluminação e do abastecimento de água, e a publicação dos códigos de postura.

Neste triênio, o Tenente Coronel Joaquim Manoel Teixeira de Moura, assumiu a Presidência durante todo o último ano, uma vez que o eleito havia se afastado do cargo. Naturalmente, na gestão seguinte, de 1902 a 1905, foi eleito Presidente, tendo como Vice o Major Theodósio Paiva, que exerceu, ao mesmo tempo, o cargo de Comissário de Edificação. Este último conduzira as obras dos vários edifícios públicos, as construções e reconstruções em toda a cidade, assim como a conclusão das obras do “*Theatro Carlos Gomes*”. Com a chegada do arquiteto Herculano Ramos, passaram a trabalhar conjuntamente nas obras do Governo do Estado.

A partir de 1902, e durante 04 (quatro) triênios consecutivos, até 1914, Joaquim Manoel Teixeira de Moura permaneceu na Presidência da Intendência Municipal da Capital do Rio Grande do Norte. Não foi encontrada, em todos os exemplares consultados, qualquer referência ou elogio à vida pessoal e política deste administrador. As obras executadas eram sempre atribuídas à ação do Governo do Estado, e a Intendência parecia mais uma secretaria deste Governo. É claro que esta vinculação entre as instâncias de poder era compreensível, visto a posição de hierarquia que existia e que era respeitada pelos membros desta elite.

Ainda no início do ano de 1913, quando ainda não havia começado a campanha eleitoral para governador, o Jornal A República fez uma pequena referência ao processo de renovação do mandato das Intendências Municipais, que iria se realizar em 1914, coincidente com a eleição majoritária, anunciando a intenção de Joaquim Manoel de não mais se candidatar para a Intendência, pois pretendia concorrer a uma vaga no Congresso Estadual.

“(...)*é possível que o nosso velho e distincto amigo Joaquim Manoel (...) não se apresente candidato na eleição municipal, não sendo de extranhar que, em seu logar, seja apresentado na nossa chapa outro distincto amigo, o Cel. Romualdo Galvão, (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 12/3/1913, p. 1).

A elite dominante no Estado do Rio Grande do Norte obedecia, sem questionar, à liderança de Pedro Velho. Com sua morte, em 1907, o seu substituto naturalmente esperado para ocupar a posição de líder dos republicanos era o Dr. Alberto Maranhão. E assim o foi. Tendo sido governador do Estado durante 10 anos, dos 25 de predomínio absoluto de seu grupo familiar, no momento em que se deu essa sucessão, foi aclamado como um líder, que deveria ser capaz de exercer a liderança do grupo com a mesma desenvoltura de seu irmão. Era visto como um revolucionário ou visionário por estar implementando as reformas mais arrojadas que a cidade do Natal já tivera.

No entanto, sua trajetória como administrador nem sempre foi tão magnífica. Ao ser eleito para o seu primeiro mandato, em 1900, com apenas 26 anos, tornou-se o governador mais jovem que o Estado do Rio Grande do Norte já teve até os dias atuais. Apesar de despender esforços para dar continuidade ao projeto de modernização, já iniciado, não fez uma boa administração, no sentido de grandes empreendimentos. À inexpressividade que significou e à incompetência com que administrou o Estado no seu primeiro governo, SOUZA atribui a sua inexperiência e juventude.

“*Verdade é que Alberto Maranhão não realizou quase nada. Passou quatro anos empregando parentes e dando festas no Palácio Potengi.*” (SOUZA, 1989, p. 231).

Na sua segunda administração, no entanto, Alberto Maranhão demonstrou uma capacidade administrativa sem precedentes na história do Rio Grande do Norte. Porém, ficou evidente que não tinha a mesma habilidade para a articulação política que Pedro Velho mostrara com tanta competência enquanto esteve à frente da elite norte riograndense.

# Capítulo 3 - PRIMEIRO MOMENTO DAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS

## CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA DO GRUPO REPUBLICANO NO RIO GRANDE DO NORTE E AS INTERVENÇÕES NO ESPAÇO: 1889-1892

Ao assumir a direção do Governo Provisório do Estado do Rio Grande do Norte em 1889, Dr. Pedro Velho começou a lançar as bases da formação de um novo grupo político no Rio Grande do Norte, liderado por ele e centrado nas figuras de seu grupo familiar. Logo na escolha de seus auxiliares para os cargos administrativos, convidou e nomeou membros dos antigos partidos Liberal e Conservador, alegando sua ligação pessoal com estes indivíduos. Esta atitude causou estranhezas e fissuras no pacto político anteriormente feito entre os participantes do movimento republicano, para condução desta revolução no Estado. Os nomes apresentados por Pedro Velho resumiam-se a alguns “*amigos*” e parentes de sua confiança pessoal, entre os quais alguns que, recentemente, haviam se posicionado contra o movimento republicano.

A ruptura definitiva de vários republicanos históricos, que se sentiram desprestigiados e traídos por Pedro Velho, confirmou-se a partir da fundação do “Clube Republicano 15 de Novembro”, formado por um grupo de políticos locais, republicanos e opositores explícitos de Pedro Velho, que passaram a apoiar sua destituição do Governo Provisório.

Esta resistência republicana local coincidia com a falta de ordem política que caracterizou a conjuntura política nacional, neste primeiro momento da República. Foi um período extremamente rico em tensões, conflitos e indefinições quanto aos encaminhamentos do processo revolucionário, inclusive com relação à estrutura política e administrativa que o novo regime deveria adotar. Houve confrontos entre as várias facções da classe dominante no Brasil, quando das discussões no Congresso Federal para definição entre um modelo centralizado de poder, de viés mais nacionalista e industrialista, representada no Rio Grande do Norte pela figura de Amaro Cavalcanti e pelo Clube 15 de Novembro; ou por um modelo descentralizado, contrariando os interesses oligáquicos (LINDOSO, 1992, p. 22). Esta última proposta era defendida por Pedro Velho.

A opção pelo formato descentralizado deu-se um pouco mais tarde, quando os seus defensores, republicanos civis, haviam conquistado a hegemonia interna do partido a despeito da resistência militar, e conseguiram aprová-lo no Texto Constitucional de 1891.

No Rio Grande do Norte, depois de 13 (treze) dias como Governador Provisório do Estado, Pedro Velho recebeu a notícia da nomeação, pelo Governo Federal Provisório, do Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo para administrar o Estado, e do Dr. Amaro Cavalcanti, como Vice-Governador, desconsiderando a conjuntura local e o Presidente do Partido Republicano no Estado. O novo Governador chegou a Natal no início do mês de dezembro de 1889, para assumir o Governo Estadual sendo recebido por Pedro Velho e seus aliados, que haviam organizado uma recepção festiva, para a qual foram convidados todos os representantes das localidades vizinhas e populares. Esta realizou-se no cais do Palácio, na Ribeira[[19]](#footnote-19), onde o vapor “pirapama”, que trazia o novo governador, ancorou.

“*O Dr. Pedro Velho, em nome da sua província natal felicitou e abraçou o Dr. Adolpho Gordo, e fizerão-se logo ahi as primeiras apresentações.*” (Jornal A REPÚBLICA, 13/12/1889, p. 2).

Pedro Velho foi, aos poucos conquistando espaço dentro do Governo Adolfo Gordo, chegando inclusive a influir diretamente nas decisões administrativas. Neste sentido, foi contratado com o jornal A República, a publicação de todos os atos oficiais, por um preço bem acima do normalmente cobrado por esse serviço; e a contratação, sem concorrência, de Amaro Barreto, pai de Pedro Velho, para abrir a estrada Natal-Macaíba (SOUZA, 1989, p. 120).

Com esta obra, realizou-se um desejo antigo da população de Natal, que há vários anos reivindicava a construção da estrada ao Governo do Estado. Esta facilitaria a comunicação da capital com as demais cidades da província, até então, feita por caminhos que a população vinha traçando ao longo dos anos, evitando os morros e contornando-os pela margem do rio. Previa-se, com a abertura dessa estrada, a vinda de comboios de algodão, açúcar, couros, cereais do interior,

“*atravessando as ruas desertas e tristes desta capital vai determinar uma (...) grande revolução (...). Esta cidade, para deixar de ser um viveiro de funcionários, para sair da apatia em que vegeta, precisa antes de tudo, de medidas que favoreçam o comércio.*” (Jornal A REPÚBLICA, 14/7/1889, p. 4).

Esta expectativa aparecia nos jornais locais, nos quais se falava sobre a necessidade cada vez mais urgente de interligar Natal a outros centros urbanos, para dar continuidade ao processo de desenvolvimento que se iniciava.

“*Si voltarmos ao estado dizolador em que èla se axava, à dois anos passados, veremos como prospéra, conseguindo venser as dificuldades con que tinha de lutar para o seu engrandessimento.*” (Jornal POTIGUARANIA, 24/8/1890, p. 1 e 2).

Ao mesmo tempo, o comércio local reivindicava as obras de melhoramento do porto de Natal. Este era completamente dependente do mercado de Pernambuco e, as poucas tentativas de libertar-se, tinham recuado no fato da entrada da barra do rio não permitir o acesso de vapores de maior porte. Acreditavam que, ao superar estes obstáculos, o comércio natalense importaria diretamente da Europa, facilitando o abastecimento da cidade.

Os comerciantes locais mobilizaram-se, em 1889, para resolver este problema. O que dificultava sua solução era a existência de pedras localizadas na entrada da barra entre o rio e o oceano, o que, segundo a imprensa, seria resolvido com a colocação de uma bóia na pedra “*Cabeça do Negro*” e a destruição com dinamite da pedra “*baixinha*”.

“*Vai abrir-se a barra! Isto synthetisa uma revolução completa na nossa onda econômica. Para nós que não tínhamos commércio, que vivíamos na dependência absoluta exclusiva de Pernambuco, sem comunicação com os outros Estados, nem com os países europeus; (...) vai surgir enfim com a abertura da barra, uma phase nova e certamente mais próspera, mais feliz. O governador está definitivamente authorisado a fazer este grandioso melhoramento. (...) Esta contractando o engenheiro hydraulico, e está aberto o crédito para a obra. (...).*” (Jornal A REPÚBLICA, 24/12/1889, p. 3).

Com a Proclamação da República, as elites locais investiram na perspectiva de provocar mudanças, acreditando que, desta maneira, a cidade adquiriria uma maior dinâmica social e econômica. Neste sentido, era preciso também preparar a cidade. Para tanto, tornava-se necessário, inicialmente, unificar os dois bairros existentes em Natal, Ribeira e Cidade Alta, e iniciar o processo de higienização e modernização do espaço.

Em 1889, foram iniciadas as obras de execução do aterramento da campina que os separava. No entanto, esses primeiros serviços não conseguiram a eficiência desejada, uma vez que a elevação alcançada pelo aterro foi insuficiente e as marés continuaram alagando a campina. Estes foram coordenados por uma comissão nomeada pelo governo do Estado e executados por uma mão-de-obra pouco especializada, formada por retirantes que se encontravam na capital, expulsos do interior pela seca.

Aliada às políticas higienistas, em 1890, a Intendência do Município do Natal deu início a uma ação que expressava uma certa preocupação com a conservação e preservação do entorno e do espaço interno da cidade. Para isto, proibiu o corte de madeiras e derrubada das matas, dentro do perímetro de 3 Km ao redor da cidade, e nas imediações dos mananciais e fontes públicas, ameaçando com multas a quem infringisse tal decisão; assim como, abriu concorrência pública para contratação, com particulares ou empresas, da prestação dos serviços de limpeza pública da cidade.

No edital de publicação desta concorrência, o serviço de limpeza pública foi minuciosamente discriminado, tendo, o seu ganhador, que obedecer as seguinte exigências: destinação de três carroças para execução do serviço diário dos dois bairros da cidade, sendo uma para a Ribeira e duas para a Cidade Alta; estas deveriam ter duas rodas, com caixa de madeira para depósito do lixo e puxadas a burro ou bois; o recolhimento do lixo deveria ser diário, iniciando às 6 e meia da manhã; as carroças carregariam o lixo recolhido para os lugares designados pela Intendência, onde deveria ser incinerado de 15 em 15 dias; a limpeza das praças, ruas, travessas e becos seria feita todos os sábados.

Essas providências de cunho higienistas foram ratificadas a partir da promulgação da Constituição Republicana de 1891, na qual foi determinado que os Estados deveriam se organizar de forma a assegurar a autonomia dos municípios. Os municípios deveriam legislar sobre ruas, jardins, viação urbana, serviços e obras de interesse social além de determinar as condições higiênicas e estéticas da cidade, além da arquitetura das edificações particulares. O poder municipal de Natal, com isso, passou a ser mais ativo passando a ser responsável pela fiscalização e coordenação de todos serviços e obras. Para tanto, foi determinada também a criação da Diretoria de Obras públicas do Município.

Desde quando era Província, as obras em Natal eram executadas pela Repartição de Obras Públicas, que depois, na República, passou a chamar-se Diretoria de Obras Públicas, com as mesmas funções anteriores, intervindo não apenas nas propriedades públicas, mas também em propriedades particulares, principalmente no que se referia ao estado de conservação das edificações.

Desde o início de regime republicano, foram priorizadas as decisões políticas voltadas para a organização do novo regime. Uma das primeiras medidas políticas efetuadas pela administração do Dr. Adolfo Gordo, efetivou-se através da edição do decreto No 8 de 6 de janeiro de 1890. Neste, o Governo do Estado resolveu dissolver a Câmara Municipal até a promulgação da constituição do Estado, alegando que assim o fazia devido à decadente situação em que esta se encontrava. Para substituir tal instância de poder, criou para cada município existente a Intendência Municipal, que seria formada por um Conselho, composto por 5 (cinco) membros, sob a presidência de um dos membros, escolhido pelo próprio Conselho.

O primeiro Conselho foi constituído por Intendentes nomeados, e após suas posses como membros deste Conselho, foi procedida a eleição interna, na qual foram eleitos Fabrício Gomes Pedrosa (avô de Pedro Velho), proprietário do maior empório comercial do Estado[[20]](#footnote-20), e Odilon Garcia, como presidente e vice-presidente da Intendência Municipal do Natal, respectivamente.

A Intendência intensificou sua ação sobre a cidade a partir da edição de um Código de Postura, a que todos os habitantes teriam que obedecer, sob pena de serem multados:

“*O Conselho da Intendência Municipal da Cidade do Natal, Resolve: Art. 1o.- Todas as casas encravadas nas praças, ruas, travessas e beccos desta cidade ficam sujeitas ao imposto de 500 réis mensais para a limpeza pública; (...) Art. 4o.- Organisado o serviço de limpeza ficarão todos obrigados a mandarem varrer diariamente as suas cazas e quintaes e depositar o lixo em uma vasilha à porta, pela manhã, para ser conduzido pelas carroças; Art. 5o.- É expressamente prohibido deixar lixo nas praças, ruas, travessas e beccos da cidade (...).*” (Jornal A REPÚBLICA, 21/1/1891, p. 4)

Percebia-se, ainda, que suas ações também atentavam para as condições higiênicas das instalações físicas dos edifícios destinados a prestação de serviços ligados ao abastecimento e alimentação da população. Neste sentido, foi concluída a construção do Mercado Público de Natal, iniciada em meados do século XIX, localizado na Cidade Alta, cuja inauguração ocorreu em 1892; e foi, também, publicada a concorrência pública para reparos no encanamento do Matadouro público de Natal.

Como primeiro resultado da autonomia proposta, em 1890, a Intendência Municipal da capital decidiu conceder ao cidadão Arnulpho Pamplona permissão para construir e explorar, por si ou por meio de empresas, o que foi considerado um grande melhoramento, linhas telefônicas, dentro dos limites do município[[21]](#footnote-21).

Em 1900, continuava-se promovendo melhoramentos, e foi com este intuito publicado um novo edital, convidando os interessados a apresentarem propostas vantajosas para a cidade. Entre elas seria contratada a que oferecesse a melhor solução para aperfeiçoar o serviço de iluminação pública. Neste sentido, foi contratado o Sr. Faustiniano Leiros, que implantou um serviço que envolvia o uso de lapiões com combustores e chaminés.

No plano estadual vivia-se um momento de indefinição política. Em 9 de fevereiro de 1890, o governador Adolfo Gordo, alegando motivos de saúde, havia-se afastado do Governo, dando início a fase de instabilidade político-administrativa no Rio Grande do Norte, que durou até 1892.

Logo que foi anunciado o afastamento do Dr. Adolfo Gordo, Pedro Velho buscou a interferência de Amaro Cavalcanti no processo de escolha do novo Governador. E, como resultado conseguiu que, em fevereiro de 1890, fossem nomeados o Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior, paulista; e o próprio Pedro Velho, como Vice-Governador.

Esta dupla governou o Estado durante seis meses. No entanto, este segundo governador nomeado, por razões não desvendadas pela pesquisa, resolveu abandonar o cargo e voltar para o Sul. Com isso, Pedro Velho assumiu novamente como Governador interino, de agosto até novembro de 1890, até a nomeação do próximo governador.

Enquanto isso, realizava-se a eleição dos representantes do Rio Grande do Norte na Constituinte. No primeiro dia de outubro, o Jornal A República (1/10/1890, p. 2) anunciou o resultado desta eleição, na qual foram eleitos 03 (três) Senadores: os Tenentes Coronel José Bernardo de Medeiros e José Pedro de Oliveira Galvão e o Dr. Amaro Cavalcanti; e 04 (quatro) Deputados Federais: Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, Dr. Antônio de Amorim Garcia, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Álvares Afonso.

Todas as vagas foram preenchidas pelos candidatos do Partido Republicano, e estas candidaturas significaram, de certa forma, a acomodação das diversas forças políticas existentes no Estado, desde o Coronel José Bernardo, líder político e “coronel” da região do Seridó, até o Dr. Amaro Cavalcanti, um representante do Estado nas instâncias superiores do Governo Federal, conformando uma composição de diversos interesses das diferentes frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, respaldando definitivamente a liderança de Pedro Velho na política do Rio Grande do Norte.

Esta composição revelou um perfil conservador e representou mais uma derrota para o grupo republicano associado ao Clube 15 de Novembro.

Discordando das idéias republicanas, em meados de 1890, alguns periódicos apareceram na cidade do Natal, revelando um outro tipo de oposição às classes dominantes. Estes apresentavam um perfil ideológico identificado com os movimentos trabalhistas, que se organizavam no mundo capitalista desenvolvido e que iniciavam a divulgação de seu ideário.[[22]](#footnote-22) Havia neles uma extrema preocupação com a propaganda, a defesa do trabalho como lema e a explicitação da necessidade de criação de um Partido ou organização operária no Estado, a partir do qual acompanhariam as

“*efervescentes evoluções, que assignalam, para a sociedade, luminosas balisas de progresso e engrandecimento, (...) É, porém, no jornalismo, sempre grandioso em sua essência, que encontramos o verdadeiro antídoto para tão pernicioso marasmo, pois, é a imprensa o primeiro signal de vida de um povo (...)*” (Jornal TRIBUNA JUVENIL, 11/8/1890, p. 1).

No final de 1890, tomou posse o quarto governador nomeado e segundo sob a influência de Pedro Velho, Manuel do Nascimento Castro e Silva, que governou por apenas 2 meses e 6 dias, e sua destituição deu-se por razões políticas causadas por desentendimentos entre Pedro Velho e algumas lideranças nacionais da facção vitoriosa do Partido Republicano durante as eleições para Presidente da República. Estes se deram após a homologação da Constituição Federal, quando houve a primeira eleição para Presidente da República.

Na referida eleição, concorreram o Marechal Deodoro e Prudente de Morais. No Rio Grande do Norte, toda a bancada apoiou a candidatura do Marechal Deodoro. No entanto, na hora em que foi procedida a votação, Pedro Velho (deputado federal) e José Bernardo (senador) votaram em Prudente de Morais, que saiu derrotado no pleito. A facção vitoriosa vingou-se de tal atitude destituindo o citado governador e nomeando um quinto governador, o Dr. Francisco Amintas da Costa Barros. Este, ao tomar posse do cargo, iniciou a derrubada dos quadros pedrovelhistas na administração do Governo do Estado.

Ficou apenas 3 meses e 10 dias, de março a junho de 1891, e a perseguição empreendida atingiu situações de ilegalidade. Começou sua administração convocando as eleições dos deputados para o Congresso Constituinte Estadual. Nestas, saíram vitoriosos os candidatos adversários de Pedro Velho, com uma maioria esmagadora.

O jornal pedrovelhista noticiava, indignado as ações do Governo de Amintas Barros:

“*A pseudo-intendência do Sr. Dr. Amyntas já começou a exhibir seu vandalico afan de dar com o município de Natal em pântanos, rasgando o Código de Posturas e pondo à margem os interesses dessa infeliz cidade. (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 18/4/1891, p. 2).

A perseguição de Amintas Barros no Estado foi tamanha, que o Congresso que ele havia eleito, realizou uma eleição indireta antes que fosse procedida a homologação da Constituição Estadual, onde foi eleito o Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro como novo governador. Tal procedimento ilegal, pretendia destituir o Governador, que, apesar de resistir por muito tempo ao confronto, foi obrigado a ceder às pressões e reconhecer o pleito. No entanto, aproveitando-se de uma viagem de Miguel Castro, passou o governo para o vice eleito, o Dr. José Inácio Fernandes Barros, que chegou a assumir o Governo do Estado. Porém, ficou na direção do Governo apenas um mês, não suportando as pressões da sociedade política norte riograndense.

Mesmo diante de tais conflitos, a vontade política de inserir a cidade do Natal na dinâmica desenvolvimentista que vinha se desenrolando em outras cidades era tamanha que, as autoridades administrativas reiniciaram as tentativas de resolver suas deficiências. Ainda em 1891, foi publicado um relatório sobre a barra, feita pelo engenheiro Dr. Souza Gomes, propondo a drenagem, retirada da pedra da “*baixinha*”, cobertura dos morros com vegetação e a retirada da areia por uma drenagem constante, prevendo orçamento de “*300 ou 400 contos*” para execução destes serviços (Jornal A REPÚBLICA, 11/6/1890, p. 4).

Mais uma vez a campina da Ribeira, com seus constantes alagamentos, tornou-se objeto das preocupações do poder público, pois a decisão de intervir em Natal incluía também a ampliação de suas funções enquanto capital e centro urbano mais importante do Estado. Para tanto, tornava-se necessário, continuar insistindo na unificação dos dois bairros existentes em Natal, e esta somente seria possível com a solução definitiva dos obstáculos que separavam fisicamente a Cidade Alta da Ribeira. Desta vez, os serviços foram coordenados pela Inspetoria de Obras Públicas.

Após alguns meses, continuando a crise e as indefinições políticas, assumiu o Governo do Rio Grande do Norte, em setembro de 1891, o sétimo governador Miguel Joaquim de Almeida Castro, que também governou por pouco tempo. Este contribuiu para agravar ainda mais a crise política do Estado.

Esta crise a nível nacional encaminhava-se para desdobramentos bastante sérios. Tendo em vista uma ameaça de guerra civil, o Marechal Deodoro da Fonseca decidiu renunciar à Presidência da República em novembro de 1891, passando o Governo para o seu Vice, Floriano Peixoto, que a partir de então, iniciou em cada Estado a derrubada dos seus partidários.

No Rio Grande do Norte, Pedro Velho, José Bernardo e Amaro Cavalcanti, apoiados pelo Exército e pela Marinha, promoveram a deposição do Governador Miguel Castro, que havia apoiado a facção nacional que defendia o fechamento do Congresso Nacional. Estas lideranças, ainda, patrocinaram a dissolvição do Congresso Estadual e a convocação de um novo que o substituiu, em novembro de 1891. Diante desta situação, para administrar o Estado, foi aclamada uma Junta Governativa composta por elementos pedrovelhistas: o Coronel Francisco de Lima e Silva, Manuel do Nascimento Castro e Silva, e Joaquim Ferreira Chaves, presidida pelo primeiro.

Finalmente, após a promulgação da primeira constituição republicana estadual, Pedro Velho assumiu o Governo do Estado em fevereiro de 1892, tendo sido eleito no dia 22 de janeiro por um Congresso Legislativo que havia sido empossado no dia 20, dois dias antes, terminando o seu mandato em março de 1896. Os vice-governadores eleitos foram o Capitão Silvino Bezerra e o Coronel Francisco Gurgel de Oliveira, tendo o governador nomeado como secretario o seu irmão Alberto Maranhão.

### OS GOVERNOS PEDRO VELHO E FERREIRA CHAVES: 1892 E 1900

A administração do Dr. Pedro Velho no Governo do Estado tornou-se muito mais conhecida pela organização política do Estado republicano no Rio Grande do Norte do que pelas intervenções modernizadoras realizadas. Estas ficaram sob a responsabilidade da Intendência Municipal da Capital, tendo como Presidente seu primo, João Avelino.

Em 1892, o Conselho da Intendência deliberou pela necessidade de adaptar alguns elementos físicos fundamentais da cidade, como o nivelamento e rebaixamento das calçadas dos prédios, inclusive o interior e as fachadas das residências, assim como os muros de terrenos existentes no perímetro urbano. Foram estabelecidos prazos e multas, caso não fossem obedecidas. Justificava-se como uma ação que “(...) *só tem por fim o aformoseamento da mesma cidade (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 13/2/1892, p. 4).

Neste mesmo ano, a Intendência iniciou o processo de ocupação das áreas periféricas, próximas do núcleo consolidado da cidade. Para tanto, foi demarcado um terreno para aforamento, em um lugar denominado Silva Jardim, na Ribeira, e dividido em lotes de “*60 palmos sobre 100*”. Feito este parcelamento, os lotes foram oferecidos a quem se interessasse em fixar residência naquela região extrema do limite urbano, fato que ilustrou a decisão do poder público de orientar o crescimento da cidade.

É através de sucessivas eleições, que Pedro Velho demonstrou sua capacidade como articulador político e revelou seu domínio do poder político no Estado. Logo que assumiu o Governo nomeou seu irmão, o Dr. Alberto Maranhão, como Secretário de Governo. Em 1893, elegeu Augusto Severo, seu irmão, para o Congresso Nacional; em 1894, conseguiu a nomeação do seu primo João Tavares de Lira para o cargo de Administrador dos Correios no Estado; em 1895, a nomeação do irmão Affonso de Albuquerque Maranhão para o cargo de promotor público de São José de Mipibú; e nas eleições de 1894, outro irmão Fabrício de Albuquerque Maranhão elegeu-se deputado estadual, fato que se repetiu 6 vezes, isto é, de 1894 até 1912, em cujo mandato foi presidente do Congresso Estadual durante 16 anos.

Desde o final do século passado, o grupo político liderado por Pedro Velho, principalmente membros da família Albuquerque Maranhão, dominavam a Intendência de Natal e de algumas cidades próximas, o Correio Central, o Poder Legislativo, as vagas do Rio Grande do Norte no Senado e na Câmara Federal. Faltava o controle definitivo do Governo do Estado. Esta situação foi concretizada, em 1895, quando a oposição, esfacelada, sucumbiu ao domínio absoluto de Pedro Velho, garantindo apoios no interior do Estado.

A eleição de junho 1895, foi a primeira vez em que se elegeu o Governador do Estado pelo voto direto. A convenção do Partido Republicano Federal apresentou as candidaturas do Dr. Joaquim Ferreira Chaves Filho, para governador, e para vice, o Dr. Francisco de Salles Meira e Sá; para Deputados Estaduais, os Drs. Joaquim Dionizio Filgueiras e Augusto Bezerra Cavalcanti; e para intendentes, o prof. Joaquim Manoel Teixeira de Moura e o Tenente Coronel Luiz Francelino de Aguiar.

Nesta, novamente, todos os candidatos apresentados pelo Partido Republicano foram eleitos. A eleição do Desembargador Ferreira Chaves, em especial, significou a confirmação do poder do projeto político de Pedro Velho. A continuidade desta sucessão, inclusive, deu-se a nível da escolha do Secretário de Governo, pois nomeou também o Dr. Alberto Maranhão[[23]](#footnote-23).

Reforçando a idéia de que Pedro Velho agia por meio de estratégias, logo que Ferreira Chaves tomou posse, em março de 1896, iniciaram-se as articulações para preparar as condições para eleger seu sucessor, quatro anos antes do processo eleitoral. Neste sentido, a bancada republicana no Congresso Estadual do Rio Grande do Norte, deu início a discussão, no plenário do Congresso, aventando a possibilidade de proceder uma reforma na Constituição Estadual, promulgada em 1892. Ao final, por determinação das lideranças republicanas, a reforma foi executada e alterou apenas o limite mínimo de idade permitindo que um cidadão pudesse ser eleito com 25 anos de idade. Originariamente, estava definido o limite mínimo de 35 anos.

Com esta manobra, estava viabilizada a candidatura republicana no Estado. Esta deveria ser do Dr. Alberto Maranhão, que tinha, em 1896, apenas 22 anos. A partir daí, o candidato republicano passou a participar mais intensivamente das atividades administrativas e solenidades públicas, através do exercício de seu cargo.

A novidade que o Governo Ferreira Chaves introduziu a partir de 1896, foi a nomeação do Dr. Manuel Segundo Wanderley como “*Inspector de Hygiene Pública*”. Era o primeiro médico que se responsabilizava por estas atribuições dentro do regime republicano no Estado. Este, numa atitude inovadora, apresentou um Plano Sanitarista para Natal. Basicamente, propunha o saneamento da área urbana, através da

“*remoção do Matadouro; mudança do Lazareto da Piedade (...); arrasamento da represa do Baldo,* ‘foco perene de moléstia miasmática’*; aumento da capacidade do aqueduto que desvia as águas pluviais acumuladas na campina da Ribeira para o rio Potengi.*” (CASCUDO, 1980, p. 193).

Apesar de seu pequeno alcance, este plano não foi executado imediatamente. A ação desta Inspetoria se resumiu a administrar os poucos recursos disponíveis, uma vez que não havia condições disponíveis para grandes intervenções, por isso interviu apenas para prevenir a proliferação de doenças. Para tanto, uma de suas primeiras ações foi providenciar a remoção das *salgadeiras*[[24]](#footnote-24), que existiam no centro da Capital.

Por outro lado, apesar da limpeza pública da cidade ter sido regulamentada e suas regras preestabelecidas anteriormente, os usuários continuavam enfrentando dificuldades. Diversos contratados se sucediam, sem conseguir alcançar a qualidade esperada. A partir de 1895, além dos serviço de limpeza pública, foram acrescidos nos editais de publicados, os serviços de arborização da cidade, principalmente das praças.

No que se refere ao serviço de transporte de mercadorias dentro da cidade, este passou a ser regulamentado. Até então, era feito em carros ou animais de carga para toda parte e através de qualquer rua da cidade. Com sua normatização, ficou proibido o trânsito por becos e travessas com largura inferior a 4 metros. Essa decisão pode ser analisada do ponto de vista da restrição ao uso das ruas para determinadas atividades, uma vez que a maioria era bastante estreita. Isto significou que poucas atenderiam a essa exigência, o que, por outro lado, facilitaria a limpeza da cidade. É interessante ressaltar que entre as mercadorias tinha carne e peixe, que eram transportados desde o cais da Ribeira e do Matadouro, até as salgadeiras ou mercado público, o que deveria provocar muita sujeira no percurso.

Em dezembro de 1896, foram realizadas as segundas eleições do regime republicano para o Congresso Nacional. Nestas, foram renovadas as vagas para Deputados Federais e um terço dos Senadores. No Rio Grande do Norte, o Partido Republicano, resolveu renovar todos os mandatos dos que lá já estavam como deputados. Por isso, foram eleitos novamente, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, Augusto Tavares de Lira e Francisco Gurgel de Oliveira. Enquanto que para o senado, foi eleito pela primeira vez, Pedro Velho de A. Maranhão, chefe da política neste Estado.

Ao examinar os resultados desta eleição, percebem-se duas curiosidades. Primeiro, é necessário esclarecer que entre os três candidatos apresentados oficialmente pelo Partido Republicano, no início de dezembro, para concorrer a esta eleição, não apareciam os nomes de Amaro Cavalcanti e José Bernardo. E segundo, ao serem publicados os resultados, o nome de Amaro Cavalcanti apareceu como o quarto Deputado eleito. Obteve 7.406 votos, enquanto os demais tiveram acima de 10.000 votos, sendo o Deputado Augusto Severo, o mais votado, com 12.817 votos e o Senador Pedro Velho, com 14.139 votos.

A partir desta eleição, Pedro Velho foi eleito e reeleito sucessivamente para o Senado, até sua morte em dezembro de 1907.

Em 1898, a oposição já possuía um jornal de circulação diária no Estado, o Diário de Natal. Este, caracterizou-se pela divulgação das idéias oposicionistas e pelo tom acusatório com que sempre se dirigia às ações e ao grupo pedrovelhista. Neste ano, por exemplo, promoveu um grande debate na cidade ao acusar o governador de ter abandonado o atendimento aos norte riograndenses que viveram a seca daquele ano, afirmando que o Governo privilegiou continuar gastando com as obras do teatro, que haviam sido iniciadas neste ano, e na construção do quartel do corpo de segurança.

Neste caso, o jornal A República, respondeu, acusando a oposição de “*salafrários*” e “*improcedentes*”, afirmando que o governo do Estado havia suspendido estas obras, não parando o serviço do teatro no todo, para não perder o material comprado em 1897. E ainda, que o governo gastou uma avultada soma com os socorros aos indigentes, abrigados por esta Capital, ajudado pelo comércio e pela Loja Maçônica 21 de Março, com o transporte de parte desses indigentes para o Pará, assim como, com a distribuição de sementes, depois que começou o inverno de 1899.

A cidade, por sua vez, continuava enfrentando dificuldades infra-estruturais, uma vez que não haviam sido empreendidos grandes esforços até o momento.

Em 1899, cinco anos após ter sido criada, a citada Comissão de Melhoramento do Porto, esta foi formalmente acusada pelo Diário Oficial do Governo do Estado, de estar “*se convertendo em um viveiro eleitoral*” (Jornal A REPÚBLICA, 8/12/1899, p. 2). As condições para o funcionamento do Porto de Natal permaneciam ineficientes, pois os navios que começaram a fazer o transporte de passageiros, continuavam ficando fora da barra e suas cargas eram transportadas até o cais por pequenos botes. Os navios de maior porte só conseguiram chegar até o porto, posteriormente, em 1902.

O dinamarquês Felippe Leinhardt, por sua vez, continuava responsável pelo abastecimento de água em Natal. Porém, em 1890, associou-se ao comerciante Nicolau Bigois[[25]](#footnote-25), criando a Firma Bigois & Leinhard. Não foi possível encontrar as razões pelas quais, alguns meses depois de sua criação, esta sociedade foi desfeita. Porém, o primeiro concessionário retirou-se da mesma e a empresa passou a ser denominada *Empresa d’água Natal*, tendo como diretor-presidente Nicolau Bigois. A partir da mudança da razão social, a empresa teve que proceder nova contratação do serviço de abastecimento de água da cidade junto ao governo.

Uma das inovações apresentadas por esta empresa foi percebida ao ser demonstrada uma evidente preocupação com a qualidade do serviço prestado. Esta procurava ter condições de prever e evitar as possíveis dificuldades que poderiam vir a causar prejuízos ao abastecimento da cidade. Neste sentido, a população passou a ser informada antecipadamente de todas as faltas de água, decorrentes dos consertos e manutenção da máquina ou limpezas do reservatório. O serviço de abastecimento de água de Natal ficou sob a responsabilidade desta Empresa até 1910, quando a viúva Bigois vendeu o serviço para a Empresa de Melhoramentos de Natal.

Até 1900, sucederam-se, espassadamente, algumas inaugurações significativas que vão, gradativamente, mudando as feições da cidade. Entre as quais destacaram-se, em 1892, o prédio do Mercado Público da Cidade Alta (FOTO 5); em 1894, a Estação Ferroviária da Ribeira; e em 1898, o templo da Igreja Presbiteriana, na rua Junqueira Aires. E, em 1898, como já foi citado, foi iniciada a construção do teatro, localizado na Praça da República[[26]](#footnote-26), na Ribeira.

Apesar dos sensíveis melhoramentos que se introduzia no espaço da cidade, esta ainda continuava a apresentar um aspecto de cidade colonial. Em 1900, por exemplo, os moradores da Praça André de Albuquerque pediam ao governo providências para os problemas criados pelos burros soltos nas ruas; enquanto outros reclamavam que os trabalhadores da limpeza pública estavam arrancando a grama das ruas. No entanto, já tentava compartilhar simultaneamente com as cidades mais desenvolvidas, de informações e inovações técnicas que a modernidade estava descobrindo e colocando à disposição do mundo.

### DO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO AO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO: 1900 A 1908

#### Primeiro Governo de Alberto Maranhão

Em 1889, foram realizadas as eleições para governador, sendo eleito o Dr. Alberto Maranhão, irmão de Pedro Velho, confirmando-se assim as especulações feitas anteriormente, durante a reforma da Constituição Estadual de 1895. Estas ratificavam as suspeitas de que o candidato do grupo sempre fora Alberto Maranhão. Agora, elegia-se dentro de uma legalidade constitucional forjada e adaptada à sua própria condição. Tinha apenas 26 anos quando assumiu o governo, em março de 1900, e nomeou para o cargo de Secretário de Governo o também jovem, Henrique Castriciano (APÊNDICE).

Na passagem do século XIX para o XX, com o advento da informação veiculada pela imprensa escrita, os cidadãos natalenses passaram a ter acesso mais rapidamente às expectativas de transformações que a mudança de século vinha provocando, as novas visões de mundo e as propostas urbanísticas para as cidades industrializadas.

Os jornais locais, especialmente o jornal A República (3/1/1904, p. 4), reproduziam diariamente o que vinha acontecendo em diversos países, sobre suas economias, conjunturas políticas e a vida cultural, contribuindo para o surgimento de uma nova concepção e estrutura de pensamento para o Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, notícias sobre as grandes cidades no mundo e os perigos que surgiam com o seu crescimento, a violência das ruas à noite, o trânsito, os assaltos e assassinatos.

Estas induziam à necessidade de intervenção pública em Natal, para evitar-se uma situação semelhante no futuro. Por outro lado, a divulgação e o contato constante da sociedade natalense e, principalmente, de sua elite, que viajava para centros urbanos mais desenvolvidos, do Brasil e da Europa, abriu novas perspectivas para a cultura local, provocando inclusive mudanças nos costumes da cidade.

Esta nova cultura foi trazida também pelos filhos da elite que estudavam nos centros urbanos maiores, assim como, pela maioria dos homens públicos, intelectuais, políticos e administradores do governo do Estado e da cidade. Estes haviam morado em Recife, Salvador ou Rio de Janeiro, onde fizeram seus cursos superiores e voltaram para Natal, para exercer as funções a que eram destinados pelo grupo político a que pertenciam. Esta elite também, freqüentemente, viajava para as grandes cidades brasileiras e da Europa, trazendo novas informações, dentre as quais as referentes a experiências e possibilidades de intervenção no espaço das cidades.

Criticava-se os modelos de residências construídas nas cidades, pelos mestres de obra, e, para essa questão, descrevia-se como deveria ser e quais os ambientes necessários em uma residência, dentro de uma perspectiva moderna:

“*Corredores compridos que vão dar numa alcova, ou em qualquer quarto escuro, quartos de dormir dando para as salas de visitas ou para as de jantar, onde não se pode entrar sem passar por elas, (...) Todas as casas devem ter uma ante-sala. A porta da escada nunca deve dar diretamente na sala de visitas e muito menos na sala de jantar. Regra geral: os quartos e as salas devem ser regulares, espaçosos e de fácil acesso, (...)..*” (Jornal A REPÚBLICA, 6/1/1900, p. 2).

É através dos homens públicos, que as idéias higienistas que predominavam na Europa, àquela época, chegaram ao Brasil. Em Natal, esta influência pode ser percebida na Resolução No. 54, em que a Intendência Municipal definiu o que considerava como terreno urbano; e a Resolução No. 55, que criou o terceiro bairro de Natal, denominado Cidade Nova (Jornal A REPÚBLICA, 3/1/1902, p. 2). As preocupações manifestadas por estas duas resoluções eram mais adequadas às grandes cidades desenvolvidas, nas quais se manifestavam problemas decorrentes da excessiva aglomeração populacional nas áreas centrais, evidenciados através da insalubridade e deterioração das condições de vida. Para estes casos, várias alternativas teóricas foram apresentadas na Europa e poucas postas em prática, no entanto, alguns dos princípios que fundamentavam aquelas idéias, foram absorvidos pelas políticas de intervenção de caráter urbanístico no mundo inteiro.

No caso específico da cidade do Natal, os fundamentos modernizantes do bairro da Cidade Nova, além de proporem a expansão da cidade, como alternativa à idéia de concentração do centro urbano e suas deficientes condições de salubridade, ainda propunham os modelos de avenidas retilíneas e arborizadas.

Na edição da Resolução No. 54, em 1901, o Conselho da Intendência do Município do Natal, definiu novo limite para a cidade, considerando terreno urbano[[27]](#footnote-27)

“*a área limitada por uma linha que partindo da Fortaleza da Barra, pela margem direita do rio Salgado até o porto do Refoles, daí se dirige, na direção leste, à ponta da “Areia Preta”, passando pelo Lazaretto da Piedade e Lagoa Manoel Felippe.*” (Jornal A REPÚBLICA, 2/1/1902, p. 2).

Durante a mesma reunião do Conselho, em dezembro de 1901, foi decidida a criação do terceiro bairro da cidade, denominado Cidade Nova (FIGURA 6), que compreenderia, inicialmente, quatro avenidas paralelas, com as denominações de Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes e Campos Sales, homenagem a todos os presidentes republicanos até aquele momento; cortadas por seis ruas com os nomes Seridó, Potengy, Trairy, Mipibú, Mossoró e Assú, nome dos principais rios do Rio Grande do Norte; e duas praças, denominadas Pedro Velho e Municipal. Uma das avenidas, homenageava um político local, governador em exercício, e se chamou Avenida Alberto Maranhão[[28]](#footnote-28).

 “*Vê-se dessa resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e futuro grandioso da Cidade Nova, como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades mais importantes do mundo. (...) a lei municipal tomou as providências básicas de edificação urbana, providenciando sobre a orientação das ruas, grande largura das avenidas e ruas transversais, separação das casas, (...). (...) o governo está empenhado (...) na construção de uma cidade que seja o futuro padrão da glória norte riograndense. (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 7/1/1902, p. 1).

A partir deste momento, algumas modificações são observadas no aspecto físico da cidade. Nos bairros consolidados, Cidade Alta e Ribeira, são iniciadas uma série de intervenções no espaço urbano. Uma das primeiras providências tomadas foi sua ligação definitiva. Para isso, a antiga campina pantanosa, que os separava, foi transformada em uma praça arborizada.

O núcleo urbano central da cidade do Natal, apresentava uma trama viária, classificadas pelos jornais como *sinuosas, e* casas pequenas. A proposta de expansão urbana através do bairro da Cidade Nova era assim, extremamente modernizadora e condizente com o espírito da época, que propunha áreas arborizadas com baixa densidade de ocupação (FIGURA 7).

O projeto da Cidade Nova diferenciava-se das ações anteriores por apresentar aspectos que proporcionavam a organização do espaço da cidade, caracterizando-o como promotor da modernização. Alargou-se o limite urbano da cidade, além de estabelecer as bases para uma ocupação mais ordenada. Neste sentido, a Resolução também exigia dos concessionários de terrenos e dos que ainda fossem requerer, um prazo de 12 (doze) meses para fechá-los com muros ou cercas; e 13 (treze) anos para as respectivas edificações. O plano destacou-se pelas especificações propostas para o traçado viário, exigindo-se esquinas de praças, avenidas e ruas, com curvas de 2 (dois) metros de raio; além de estabelecer que os terrenos, nos diversos quarteirões da Cidade Nova, não poderiam ser aforados com mais de 30 (trinta) metros de frente para as avenidas, praças e ruas; e os prédios deveriam ser construídos com 5 (cinco) metros, pelo menos, de distância uns dos outros.

O desenho do plano foi feito por Antônio Polidrelli, técnico agrimensor italiano e funcionário da Intendência do Natal e o novo bairro foi projetado preocupado com a problemática da salubridade, da ventilação, da iluminação, fatores que eram garantidos com o afastamento entre as edificações.

Há registros na Imprensa de que, nesta época, a Intendência Municipal mandou fazer uma planta cadastral de Natal[[29]](#footnote-29), que deveria conter todas as informações da cidade: a trama viária dos bairros consolidados, o traçado das ruas projetadas no bairro da Cidade Nova, registrando as edificações, ruas e caminhos naturais existentes, e tendo por objetivo compreender a totalidade da conformação do espaço de Natal.

A região onde foi projetada a Cidade Nova constituía-se de um matagal, onde existia uma certa quantidades de cabanas construídas desordenadamente (FOTO 6). A partir do momento em que a Cidade Nova foi definida como bairro, grande parte das residências foram removidas, uma vez que foram consideradas como “*cabanas em desordem*” e foram substituídas por “*uma série de largas avenidas e ruas, cujo aspecto já é bastante agradável*” (Jornal A REPÚBLICA, 14/1/1905, p. 1). Há registro de que perto de 300 residências e ranchos foram indenizados e removidos somente do trajeto dessas ruas. Por sua vez, a elite, que residia principalmente na Cidade Alta, passou a se interessar mais pela região, não como um lugar para moradia, mas onde poderiam construir chácaras e sítios, para usos esporádicos de final de semana.

Ao mesmo tempo, no centro da cidade, deu-se continuidade ao processo de higienização. Esta ação de higienização foi percebida na periodicidade com que o *Inspector de Hygiene*, editava portarias referentes ao tratamento da higiene pública e à postura dos cidadãos, como, por exemplo, obrigando todos os moradores da cidade a procederem o asseio de suas casas e dos respectivos quintais. Ou, então, na exigência de que os projetos de construções novas fossem apresentados à Intendência Municipal para aprovação e licença de obras. Estes eram avaliados pelas Diretoria de Obras Públicas e pela Inspetoria de Higiene Pública, tendo sua construção liberada após aprovação das duas instâncias administrativas.

Por outro lado, a nível das condições infra-estruturais da cidade, entre 1901 e 1902, os trechos de linhas ferroviárias já citadas, o paraibano e o norte-riograndense, foram arrendados pela Great Western of Brazil Ry. Co. Ltda. Isto significou, em pouco tempo, a inauguração da ligação dos trilhos entre Independência e Nova Cruz, concretizando a comunicação e dinamizando o transporte de passageiros e cargas entre o Rio Grande do Norte e Pernambuco.

Por sua vez, a prestação dos serviços de iluminação pública mudou para outro concessionário, em 1902. Porém, continuou utilizando a mesma tecnologia que envolvia o uso de lampiões com combustores e chaminés. No entanto, como passou a iluminar uma quantidade maior de ruas na cidade, suas dificuldades aumentaram pois tinha que acender uma quantidade maior de lampiões, a maiores distâncias, freqüentemente atrasando em algumas áreas, o que provocava várias reclamações da população.

“*Ontem, os lampeões da R. Visconde do Rio Branco, R. da Palha e outras, e Praça André de Albuquerque, foram acendidos depois das 9h da noite.*” (Jornal A REPÚBLICA, 3/1/1902, p. 1).

Os dois primeiros anos de governo de Alberto Maranhão foram avaliados pelos correligionários republicanos em 1903, cujos resultados positivos foram publicados pela Imprensa Oficial. As razões desta euforia devia-se à intensificação das obras de melhoramentos, nas quais o governador havia se empenhado, inclusive com a transferência da sede administrativa do Estado para o Palácio do Tesouro, novamente na Cidade Alta, e, com relação às demais realizações, não houve grandes manifestações divergentes. Nesta primeira fase, procederam-se cortes nas despesas públicas e estabeleceu-se uma eficiente fiscalização, o que aumentou a arrecadação dos impostos e provocou o equilíbrio orçamentário do Governo, possibilitando os melhoramentos materiais que pretendiam continuar dotando o Estado e, principalmente, a capital, de condições para o desenvolvimento.

Quase três anos haviam se passado desde a criação do bairro da Cidade Nova, no entanto, a cidade tivera condições de ocupá-lo. Somente, em 1903, o Presidente do Governo Municipal cogitou de, aproveitando o inverno, fazer a arborização de uma das praças projetadas, a Praça Pedro Velho, mandando dela retirar alguns casebres que, “*(...) não sabemos porque motivo, ainda afeiam o centro daquella praça. (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 2/2/1903, p. 1).

Em meados do ano de 1904, o governo do Estado, mandou publicar a Resolução No 92, , tratando dos mais variados aspectos de Natal, normatizando a prestação dos serviços públicos, as concessões e dando ordenamento ao uso da cidade, tanto do setor público quanto do setor privado. Versava sobre a definição dos limites do município, área urbana, impostos, aforamentos, higiene (arborização, limpeza, fontes, lavanderias, fábricas, curtumes, salgadeiras, matadouro, edificações e desapropriações), trânsito, fogos de artifícios, armas, jogos e loterias, cargas e descargas, banhos, etc. Era uma lei muito extensa, publicada em várias partes, durante mais de um mês, no Jornal A República.

Especificamente sobre as edificações, dedicou-lhe um Capítulo, onde apresentou uma normatização bastante detalhada para todos os prédios urbanos que seriam edificados ou reformados, em que observava a obrigatoriedade de respeitar o alinhamento da rua; determinava que as construções tivessem na frente, pelo menos 4 (metros) metros e 20 (vinte) centímetros de altura, quando térreo, e 8 (oito) metros e 40 (quarenta) centímetros, quando sobrado, portas de 3 (três) metros de altura e as janelas 2 (dois) metros (cada uma a largura de 1 (um) metro e 20 (vinte) centímetros), e quanto às calçadas, largura de 1 (um) metro e 80 (oitenta) centímetros e altura de 20 (centímetros). Em relação à Cidade Nova, era exigido o recuo das construções em relação aos limites laterais e frontal dos lotes.

Durante a primeira gestão do Dr. Alberto Maranhão (1900-1904), além dos vários edifícios públicos que foram construídos e reconstruídos, foram concluídas as obras do “*Theatro Carlos Gomes*” (atual Teatro Alberto Maranhão), inaugurado no último dia deste governo, ainda em 1904.

Este ano também marcou, para Natal, o início da ação estatal na área da construção, acompanhada por profissionais especialistas e qualificados. Surgiu no cenário natalense um arquiteto, chamado Herculano Ramos, que residiu em Natal entre 1904 e 1914, quando projetou e executou várias obras de paisagismo e edificações. Segundo MIRANDA (1981, p. 116),

“(...) *nasceu em Minas Gerais, formou-se pela ex-Academia Imperial de Belas Artes no Rio de Janeiro. Fez estudos complementares de construção civil na Europa. Serviu, a partir de 1876, em diversas comissões pelos Estados do Brasil. (...)*”.

A concepção dos projetos e a ornamentação de todos os edifícios construídos pelo governo do Estado, a partir de 1904, ficou a cargo de Herculano Ramos. E foi justamente para concluir as obras do Teatro, para decorar e promover os acabamentos finais, que ele foi especialmente contratado. Esta intervenção teve imediata continuidade nos trabalhos de aterro e ajardinamento do Jardim Público da Praça da República, que passava a se chamar Praça Augusto Severo (FOTO 7), localizada em frente ao Teatro, considerada como um “*indispensável complemento a essa bella construcção, commoda e elegante, perfeitamente adaptada ao nosso clima, (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 30/3/1904, p. 1).

Os serviços desta Praça foram concluídos em maio de 1905, mais de um ano após a inauguração do teatro, com a colocação de pontes rústicas para atravessar os canais que permaneceram após o aterro.

A partir desse momento, o governo do Estado passou a dirigir sua ação, no que diz respeito às construções de edifícios na cidade, no sentido de que estes tivessem todos os atributos capazes de provocar impactos, seja pela beleza, seja pela grandiosidade. Um impacto que fosse capaz de despertar o sentimento de que se caminhava para uma nova era de progresso, cuja manifestação estava exatamente no grau de civilidade e embelezamento que a cidade atingia.

Com isso, as festas de inauguração tornaram-se também uma etapa desse impacto. Estas, procuravam por todos os meios reproduzir e ampliar a sensação de maravilhoso que cada novo edifício, por si só, já procurava criar. Encenava-se um espetáculo, capaz de atrair e envolver a população na projeção de uma nova sociedade, mesmo que esta não fosse, posteriormente, absorvida pela modernidade excludente.

No último dia da administração de Alberto Maranhão foi inaugurado o Teatro Carlos Gomes, sendo objeto de muitas solenidades. Os festejos continuaram até o dia seguinte, 25 de março de 1904, quando tomou posse o novo governador

Ao final do primeiro governo de Alberto Maranhão, de 1900 a 1904, estima-se que o Rio Grande do Norte possuía uma população em torno de 268.273 habitantes espalhados em 36 municípios e Natal (13.725 habitantes).

Intervenções desta natureza e de tamanha magnitude para uma cidade do porte de Natal, àquela época, devem ter causado grandes estranhamentos e transformações na mentalidade da população, nas suas vidas, hábitos e comportamentos.

#### As intervenções entre 1904 e 1908

O processo de escolha do sucessor de Alberto Maranhão, iniciou-se com bastante antecedência. A convenção que decidiu pelas candidaturas do Partido Republicano ocorreu um ano e dois meses antes da posse do futuro governador. Esta ocorreu em janeiro de 1903, e escolheu para suceder o Dr. Alberto Maranhão, os Drs. Augusto Tavares de Lira e Juvenal Lamartine de Farias, para governador e vice, respectivamente.

O candidato republicano também fora beneficiado pela reforma da Constituição de 1892, pois foi eleito com 32 anos. Havia entrado na política aos 21 anos, quando se elegeu Deputado Estadual em 1893, reelegendo-se até 1904.

Com a saída de Tavares de Lira para assumir à direção do governo do Estado, sua cadeira no Congresso Nacional precisava ser preenchida. Para tanto, foram marcadas novas eleições para meados de 1904, para a qual, o Partido Republicano Federal lançou um manifesto assinado por Pedro Velho, Ferreira Chaves, Moreira Dias e Eloy de Souza, escolhendo o nome do Dr. Alberto Maranhão para substituí-lo. Este manifesto significou o lançamento desta candidatura.

Do ponto de vista político, o governo do Dr. Tavares de Lira foi muito duro com a oposição. Autorizou uma repressão mais direta, sendo inclusive acusado de ter mandado destruir as tipografias que imprimiam os jornais Diário de Natal e Gazeta do Comércio.

Logo no início de seu mandato, eclodiu uma seca em todo o Nordeste. No Rio Grande do Norte, esta provocou um intenso deslocamento populacional em direção à Capital, chegando, em 1905, a concentrar mais de 15 mil flagelados. Com os recursos enviados pelo Governo Federal, Tavares de Lira organizou frentes de trabalhos para ocupar a mão-de-obra dos retirantes. Esse foi um período em que a Intendência da Capital passava por dificuldades, pois não dispunha de recursos suficientes para proceder as obras de melhoramento que a cidade necessitava.

Mesmo assim, foi iniciado um programa de construções e obras, assim como foram concluídas outras que haviam iniciado há vários anos, como a Estrada de Ferro Natal-Ceará Mirim, sob o comando do Engenheiro Sampaio Correia, e as obras de construção da Praça Augusto Severo. Foram ainda realizados o calçamento da Av. Rio Branco e outras artérias da cidade, utilizando-se as pedras transportadas das praias, assim como, foram desmatadas e abertas várias avenidas do bairro da Cidade Nova.

Apesar disso, a oferta de emprego era insuficiente para todos e, por isso, houve algumas movimentações de rua e o comércio foi saqueado. Em 1904, o Ministro da Viação do Governo Federal enviou ajuda para controlar o início de convulsão social que se instalava, e ofereceu transporte gratuito para deslocar os flagelados para os seringais do Norte e para os cafezais do Sul. Em Natal, a Polícia embarcou à força cerca de 18 mil pessoas.

Natal estava repleta de retirantes, quando eclodiu uma epidemia de varíola, que se estendeu até 1905. O Governo do Estado providenciou abrigos para tentar controlar a situação. Neste sentido, foram alugados armazéns e construídas ruas de barracões para conseguir abrigar todos os desabrigados, enfermos ou não, com separação dos infectados[[30]](#footnote-30), o que facilitou o socorro por parte dos médicos que foram mobilizados para o tratamento da epidemia. Mesmo assim, morreram, em média, 20 pessoas por dia. Com o afluxo de retirantes para Natal, sua população aumentou, em 1904, para 30.000 habitantes, aproximadamente.

O relatório apresentado pelo Presidente da Intendência, João Manoel Teixeira de Moura, em janeiro de 1905, prestando contas dos três anos que esteve à frente da administração do município, demonstra a situação vivenciada neste primeiro ano de governo.

Inicialmente, percebeu-se que a Intendência deu muita ênfase às condições higiênicas e de salubridade da cidade. Neste sentido, foi ressaltado, novamente, a necessidade de mudar o Matadouro para outro local, pois ainda se localizava no centro, e a necessidade de se construir outro cemitério. O do Alecrim era o único cemitério público da cidade e, neste relatório, o Presidente manifestou a preocupação de ampliá-lo, pois, devido aos constantes surtos epidêmicos, vinha se mostrando insuficiente para a quantidade de óbitos da cidade.

Com relação às obras e serviços realizados, destacou a conclusão das obras de saneamento da Bica do Baldo, transformando-o em logradouro público, aberto à população (FOTO 8); enquanto o serviço de limpeza pública continuava bastante precário, restringindo-se a algumas ruas. Tal deficiência ainda era justificada pela ausência de calçamento.

Enfim, neste relatório, foi reconhecido que a Intendência da cidade havia passado período de descontrole administrativo, o que contribuiu para inobservância das determinações dos códigos de postura, anteriormente editados, assim como, o não cumprimento das cláusulas dos contratos efetuados. Em contrapartida, não haviam repreensões ou multas contra os consumidores dos serviços e, muito menos, contra os contratados para executá-los.

Ainda, referindo-se ao citado relatório, verificou-se, também, que as ações públicas que visavam intervir para direcionar a expansão da cidade e reformar o interior das áreas ocupadas, parecia ter se tornado uma prática normal por parte do governo. O bairro da Ribeira, por exemplo, em 1905, teve duas grandes avenidas projetadas, a Avenida Sachet (atual Duque de Caxias), que partia da Praça Augusto Severo; e a Avenida Almino Afonso, que tinha início na Praça Leão XII. Estas duas ruas desembocariam na rua Silva Jardim. Os projetos e suas aberturas marcaram o início de uma reforma completa do bairro da Ribeira, que acabou provocando o alinhamento ou “*endireitamento” de várias ruas* (FOTO 9), uma vez que a grande maioria delas eram consideradas “*defeituosas*”. É o caso da rua do “*Commércio*” (atual rua Chile - FOTO 10), que possuía o que era considerado “*zigszags*”, que foram removidos pois, possivelmente, dificultariam o assentamento dos trilhos dos trens que estavam para ser instalados na cidade.

Apesar da existência da Intendência, o Governo do Estado desempenhava um papel extremamente importante na administração da cidade, a ponto de se confundir de qual instância de governo partiam as iniciativas de ações e intervenções públicas, assim como os recursos.

Para alcançar o “*aformoseamento*” almejado dos bairros consolidados, o governo do Estado, através de legislações, foi desapropriando edifícios e executando as reformas em diversas ruas de Natal. Estas desapropriações aconteciam desde que a avaliação apontasse para sua necessidade, então os proprietários eram indenizados pelo governo e, a decisão era publicada no jornal oficial, citando suas localizações e os nomes dos proprietários.

Estas ações no bairro da Cidade Alta aconteceram sob outras características. Como as ruas centrais, apesar da ocupação espontânea, apresentavam um certo alinhamento, principalmente as que foram escolhidas para o assentamento dos trilhos urbanos, a intervenção do poder público neste bairro, deu-se, inicialmente, com os serviços de “*empedramento*” e os de arborização de ruas, entre as quais a Av. Rio Branco.

Apesar da legislação existir, quase não houve investimentos dos proprietários para contribuir com a retificação dos elementos físicos que compunham a cidade. Neste sentido é que, o relatório de 1905, supra citado, apontava como urgente o conserto das irregularidades existentes nas fachadas, nos passeios e nos nivelamentos dos prédio. Esta situação teria que ser modificada, uma vez que o governo previa a colocação do calçamento, e, na situação em que se encontravam, não seria possível. A não ser que os proprietários providenciassem a reforma destas imperfeições. Estes eram estimulados a contribuir com os “*(...)serviços de utilidade e aformoseamento com que ora, se envaidece a nossa modesta capital. (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 13/1/1905, p. 1).

Somente em 1905, foi criada a Empresa de Iluminação a Gás Acetileno[[31]](#footnote-31), que significou a instalação de gás encanado para o acendimento das luminárias colocadas por toda a cidade. Este serviço era prestado pela empresa de propriedade do farmacêutico Francisco Gomes Vale Miranda.

Esta empresa inaugurou seus serviços no mês de junho, iluminando o trecho da rua Silva Jardim à Praça Augusto Severo, na Ribeira. Em novembro, algumas ruas na Cidade Alta já se encontravam iluminadas pelo acetileno, no entanto, esta iluminação não se estendeu por toda a cidade devido ao alto custo dos serviços, que foi reconhecido pelo próprio Presidente da Intendência, o Coronel Joaquim Manuel Teixeira de Moura, no relatório que apresentou ao final do exercício trienal de 1902 a 1905, ao admitir que esta iluminação

“*(...) custa aliás aos cofres da Intendência mais de 10% do total da receita arrecadada. (...) Não sendo, pois, praticável uma reforma rápida e completa, procurei fazel-a paulatinamente e por trechos. (...)*“. (Jornal A REPÚBLICA, 16/1/1905, p. 1).

Em 1906, o arquiteto Herculano Ramos entregou mais um edifício. O Congresso do Estado (FOTO 11 - atual prédio da OAB) possuía também elementos da arquitetura fundamentada no ecletismo[[32]](#footnote-32), significando a utilização de elementos ornamentais de diversos estilos, o que se tornara dominante na época.

Apesar do aparente descontrole administrativo, Tavares de Lira foi, reconhecidamente, um homem muito inteligente e habilidoso politicamente. Em 1906, fundou o Banco de Natal. Ano em que o Presidente da República Afonso Pena viajava pelo Nordeste. Ao passar pelo Rio Grande do Norte, onde participou da inauguração da Estrada de Ferro Natal-Ceará Mirim, convidou-o para exercer o cargo de Ministro da Justiça, para o qual foi estimulado por Pedro Velho a aceitar.

Em novembro de 1906, assumiu o citado Ministério, passando a direção do Governo para o seu Vice, Dr. Manoel Moreira Dantas. Este ficou apenas o tempo necessário para que fosse procedida nova eleição para eleger outro governador.

Com isso, Antônio José de Melo e Souza foi eleito para completar o mandato de Tavares de Lira, e governou o Estado de fevereiro de 1907 até março de 1908. Durante os meses em que esteve à frente do Governo, voltou sua preocupação prioritariamente para a educação. Para tanto, contratou o arquiteto Herculano Ramos para construir o prédio do Grupo Escolar Augusto Severo (atual Secretaria de Segurança, na Ribeira). Sendo o primeiro prédio construído especificamente para o funcionamento de atividades escolares, destacou-se pela beleza e suntuosidade, e pela riqueza dos detalhes ornamentais.

Em janeiro de 1908, outro relatório prestando contas da administração do Governo Municipal foi publicado. Neste, admitiu-se explicitamente a influência e referência estética que a Capital Federal significava para os administradores de Natal. O presidente do Conselho da Intendência diz que as intervenções no espaço da cidade e a magnitude dessas em Natal representaram a influência que a intervenção do Rio de Janeiro exercia no momento. No caso de Natal, foram empreendidos esforços para alcançar resultados semelhantes (Jornal A REPÚBLICA, 30/1/1908, p. 1)

Neste período, o governo do Estado alocava cada vez mais recursos para as obras de embelezamento da capital do Rio Grande do Norte. Iniciaram-se as obras de reforma de fachadas, de substituição das residências desalinhadas e insalubres por outras mais “*saudáveis e modernas*”. Essa postura havia se tornado efetivamente uma norma. Foi anunciada também, enfim, a conclusão da carta cadastral da cidade, onde estão descritos, com perfeição, seus três bairros, de maneira que, a partir daí, poderiam ser projetadas com segurança todas as modificações e melhoramentos.

Verificou-se que o projeto de reforma do bairro da Ribeira havia continuado, pois procederam a execução da Avenida “Augusto Lyra”, que saía do cais até a Avenida Sachet, além do calçamento da rua do Comércio, e o aterramento e nivelamento da Praça Leão XII, onde anteriormente haviam um pântano e depósito de lixo. Ao mesmo tempo, continuava a desapropriação de residências para melhorar a trama viária do bairro.

Na Cidade Alta foram executadas mais uma vez, reparos no Matadouro e no Mercado. E, na Cidade Nova, foi feito o prolongamento da avenida 8a, estrada que a ligava ao Refoles[[33]](#footnote-33), e da rua Apodi até a Avenida Rio Branco, além da abertura de várias outras ruas previstas no plano de 1901, assim como a demolição de vinte e sete casas na Avenida Deodoro e respectivas reconstruções, dentro do alinhamento existente, usando-se recursos da própria Intendência.

Um fato curioso foi observado, em 1908, no qual a Intendência Municipal da Cidade do Natal, através de decisão administrativa, criou cinco ruas (Araguay, Manoel Vitorino, Occidental, América e Borburema) destinadas à residência dos pobres, conforme expressão do próprio presidente da Intendência em Relatório publicado no jornal A República. Para estes pobres foram doados gratuitamente os terrenos e as respectivas cartas de aforamento, por um período de dez anos, para que fixassem residência fora do centro da cidade. Entre estas, foram localizadas as ruas Manoel Vitorino e Borborema, ambas nas proximidades do Cemitério do Alecrim, o que nos fez supor que as demais ficavam nas suas imediações. Esta ação da Intendência demonstrou a tendência segregacionista manifestada pela produção do espaço de Natal, ao longo de sua história, cuja origem está nas políticas estatais.

Este tipo de intervenção estatal em Natal, que unia o plano estético ao sanitário, revelou a intenção de erradicar das nobres áreas da cidade os elementos característicos da pobreza e do atraso. Tornou-se uma ação abrangente, na medida em que foram demolidas as moradias populares e restringiu-se, através de vários regulamentos, o uso do espaço urbano, adequando-os aos padrões da época. Enfim, procuravam eliminar da visão, os elementos que denunciavam a falácia do projeto modernizatório.

A cidade, entendida como insalubre e colonial, encontrava-se completamente modificada. A cidade de 1889 começava a deixar de existir. O projeto de modernização da Capital do Rio Grande do Norte, havia sido iniciado e a uniformizara do ponto de vista higiênico e estético, com ruas alinhadas, construções suntuosas e, com os pobres expulsos das áreas centrais.

# Capítulo 4 - SEGUNDO MOMENTO DAS INTERVENÇÕES PÚBLICAS E O PROCESSO DE APRIMORAMENTO DA MODERNIZAÇÃO DE NATAL

### GOVERNO ALBERTO MARANHÃO: 1908 A 1913.

O segundo momento na história das intervenções públicas em Natal é iniciado com algumas modificações no panorama político. Em dezembro de 1907, morreu Pedro Velho, líder republicano e chefe político mais importante do Estado. Em janeiro de 1908, o Partido reuniu-se e escolheu uma nova Comissão Executiva. Como presidente foi escolhido o Senador Ferreira Chaves, como 1o Vice Presidente, Dr. Antônio de Souza; 2o Vice, Desembargador Moreira Dias; e como Secretários os Drs. Eloy de Souza e Juvenal Lamartine. No entanto, a liderança política do grupo pedrovelhista foi entregue ao seu irmão, Dr. Alberto Maranhão.

Em março de 1908, Alberto Maranhão, assumiu o Governo do Rio Grande do Norte pela segunda vez, ficando até dezembro de 1913. Do ponto de vista administrativo, o seu governo foi considerado por SOUZA (1989) como o maior governo da Primeira República no Rio Grande do Norte. A sua administração voltou-se, essencialmente para o aperfeiçoamento das mudanças existentes na cidade do Natal, priorizando a modernização do espaço através da construção e execução de obras e melhoramentos.

Este processo de aperfeiçoamento da modernidade em Natal, deu-se pela introdução de inovações técnicas. E estas ocorreram quase simultaneamente com outras cidades mais desenvolvidas.

Logo no início da nova administração, em 1908, o médico, Dr. Manuel Segundo Wanderley, que havia sido Inspetor da Intendência e propositor do Plano Sanitarista no final do século XIX, assumiu o cargo de *Inspector* da *Inspectoria de Hygiene Pública do Rio Grande do Norte*. Ao assumir, propôs uma série de medidas organizativas para a cidade do Natal, como a proibição da construção de edifícios públicos ou particulares, sem que se submetesse previamente um plano ao exame da Inspetoria. Ao mesmo tempo, determinou que os funcionários da Inspetoria procedessem fiscalizações periódicas nos edifícios da Cidade Alta e da Ribeira, para observar suas condições sanitárias e higiênicas. A partir destas fiscalizações, intimava-se os proprietários dos edifícios com condições precárias ou insalubres, para que procedessem as devidas soluções, e, nos casos mais extremados, estabelecia-se um prazo para que tais edifícios fossem desocupados e reformados.[[34]](#footnote-34) Essas fiscalizações prolongaram-se até 1912.

Por outro lado, o Dr. Segundo Wanderley, tendo por base um novo plano de saneamento para a Capital, resolveu proibir, sob pena de multa, o escoamento das águas servidas para as praças, ruas e becos, que por efeito de estagnação, decompunham-se ao ar livre em prejuízo da saúde pública.

Com relação à estrutura hospitalar, uma das primeiras providências foi reorganizar a Casa de Caridade, que havia sido fechada em 1906, pelo Governo anterior. Esta reorganização significou, inicialmente, a reabertura do referido hospital utilizando-se instalações adaptadas em uma residência no Monte Petrópolis. Posteriormente, foram construídas novas instalações, que deram lugar ao Hospital Juvino Barreto em 1909 (FOTO 12). Outro hospital construído foi o Isolamento de Tuberculosos S. João de Deus, nas Quintas, cuja inauguração ocorreu em 1912.

Observa-se que os edifícios destinados às atividades consideradas insalubres sempre foram construídos em regiões afastadas do centro. Em Natal, anteriormente, os estabelecimentos desta natureza eram concentrados na região do Alecrim, e, enquanto era pouco povoado, ali se mantiveram. À medida em que seu povoamento foi se dando, estes estabelecimentos foram, paulatinamente, transferidos para a região do Monte Petrópolis, distante do centro e pouco habitada. Nesta região do Monte Petrópolis foi instalada a Casa de Detenção, que ficava entre a *Casa dos Enfermos* e o *Asylo* da Mendicidade, passando nas proximidades do Hospital Juvino Barreto.

Novamente o cargo de Secretário de Governo de Alberto Maranhão foi entregue à responsabilidade de Henrique Castriciano, que, neste início de administração abriu uma concorrência pública para a construção de duas galerias de esgoto e

 “*para os calçamentos das ruas General Osório e Voluntários da Pátria, entre as ruas Duque de Caxias e Ulysses Caldas, nesta Capital.*” (Jornal A REPÚBLICA, 7/4/1908, p. 3)[[35]](#footnote-35)

Neste período, iniciam-se a maioria das grandes obras, além dos projetos de prédios públicos e de residências de particulares, que, definitivamente, modificam a estrutura física da cidade.

No primeiro ano do governo, inaugurou o Grupo Escolar Augusto Severo (FOTO 13 - atual Secretaria de Segurança), em estilo eclético, localizado na Ribeira, ao lado do Teatro Carlos Gomes, na Praça Augusto Severo; foram autorizadas a construção do novo prédio do Superior Tribunal de Justiça, “*de acordo com uma planta*”[[36]](#footnote-36); e a execução do projeto de um parque compreendendo toda a área meridional do Palácio do Governo, entre a rua da Conceição e a Praça André de Albuquerque (FOTO 14). Este jardim foi cercado por uma grade de ferro decorada, importada de Paris e fabricada pela Fundição Val D’Osme.

A iluminação e a limpeza pública passaram para a alçada do Governo do Estado, que arrecadava os impostos devidos e repassava a quantia de direito, trimestralmente, à Intendência do município. No entanto, os serviços de limpeza continuaram não satisfazendo à população, que continuou reclamando e exigindo soluções mais eficientes.

Sabedor das limitações financeiras do estado, Alberto Maranhão fez um empréstimo no exterior destinado a melhorar as condições de vida da Capital e a desenvolver as nossas forças produtivas. Mediante a autorização do Congresso Legislativo contraiu, com banqueiros franceses, um empréstimo bastante alto, amortizável em 37 anos. De posse desse dinheiro passou a fazer contratos com firmas locais visando dinamizar a sua administração. Além das obras do porto, do saneamento e de melhoramentos da capital, realizou uma revolução no setor educacional, pois restabeleceu a Diretoria Geral da Instrução para coordenar o sistema educacional a ser implantado e decretou o Código de Ensino (Decreto no. 239, de 15/12/1910). A rede educacional primária Implantada estendeu-se a todo o interior do Estado, destacando-se na Capital, a construção do Grupo Escolar Frei Miguelinho, situado no bairro do Alecrim, segundo grupo escolar de Natal, a Escola de Música, destinada a ensinar música, estética, história e literatura musical, e belas artes, que funcionava no grupo escolar Augusto Severo, e a Escola Normal, para formar professores de ambos os sexos. No interior do Estado criou 23 grupos escolares.

Em mensagem de 1910, o governador do Estado apresentou uma retrospectiva de dois anos de governo, apresentando claramente os objetivos de seu governo:

“*Autorizado por lei do Congresso e tendo em vista a urgente necessidade de sanear e melhorar a capital, mandei com recursos do empréstimo externo, (...) construir as (...) obras que julgo indispensável para podermos organizar a Higyene e a Assistência Públicas, melhorando as condições de vida da população urbana (...)*” (Jornal A República, 2/10/1911, p. 2)

A justificativa para a captação desses recursos era assim a necessidade de tornar a cidade moderna e apta ao progresso inerente à modernidade. Em última instância essa autorização do Legislativo, significava a concordância para se criar as condições para efetivação dos interesses da própria elite dominante. A modernização de Natal, para esta elite, seria um investimento que representaria a possibilidade de desenvolvimento econômico ampliando as facilidades de realização de seus próprios negócios.

Nesse sentido, para alcançar os objetivos traçados para a melhoria dos serviços públicos na cidade, o governo do Estado entregou a maioria deles à empresa privada de propriedade dos Srs. Valle Miranda e Domingos Barros, denominada Empresa de Melhoramentos do Natal. A referida empresa deveria proceder a execução dos aforamentos, serviços de saneamento, água, iluminação e bondes elétricos, cerâmica para reparos da rede de esgotos e forno de incineração de lixo.

Nesse momento, o governo não tinha estrutura suficiente para dotar a cidade desses serviços, daí a necessidade da contratação de empresas particulares.

Ainda dotou a cidade de armazém para depósito de inflamáveis e um Almoxarifado Geral para o Estado, adquiriu e ampliou a Vila Cincinato, situada na Praça Pedro Velho (FOTO 15) para ser a residência oficial dos governadores, na mesma praça, construiu o Quartel de Cavalaria, calçou com granito a praça André de Albuquerque e outros trechos da cidade, construiu a balaustrada da Av. Junqueira Aires, numa extensão de 103 metros, decorada com 10 candelabros elétricos e um belo relógio também elétrico (Ver FOTO 11-Capítulo 2), fabricados nas oficinas da Fundição Val D’Osme, de Paris.

Em 1910, o governador Alberto Maranhão mandou que fosse procedido um exame meticuloso no prédio do Teatro, por ele construído durante o governo anterior. Este foi realizado pelo arquiteto Herculano Ramos, no sentido de avaliar o que poderia ser aproveitado, pois resolvera fazer um novo Teatro. Cumprida a vistoria, constatou-se que do edifício existente, seriam aproveitadas apenas as paredes externas, uma vez que o governador não admitia que fosse conservada qualquer característica deste prédio. Com isso, foi autorizada a construção de um novo Teatro com quatro partes distintas: frente, jardim, sala de espetáculos e “caixa” sem que nada fosse aproveitado da estrutura anterior. Ampliaram-se os espaços e deu-se uma nova feição estética à fachada, com dois pavimentos. A ornamentação, interna e externa, foi feita com adornos encomendados na Europa, também fabricados pela Fundição Val D’Osme. A obra foi entregue em julho de 1912 (FOTO 16), quando foi realizada uma solenidade grandiosa.

“*Dias depois, em rigosijo pelo grato acontecimento, apresentava-se ao nosso público, sob a responsabilidade do Governo, a Gran. Cia. Espanhola, Opera y Opereta Pablo Lopéz que para iniciar a temporada apresentou ‘*A princeza dos dolares*”, de Léo Fall*” (MEDEIROS, 1980, p. 31).

No interior, sua ação foi menos profícua, porém executou obras em vários municípios, além de construir 3 mil Km de estradas carroçáveis em direção às cidades de Mossoró, Macau, Canguaretama e Natal, atendendo a necessidade de facilitar as comunicações de Natal com o resto do Estado.

O governo tentou também atrair novos investimentos para Natal, dentro do seu propósito de dinamizar a cidade. Entre as ações destinadas a atrair investimentos estrangeiros, destacaram-se o contrato com o Sr. Julius Von Sohsten, grande comerciante em Natal e representante de bancos ingleses e alemães. Este, previa a instalação de uma usina de açúcar na cidade. Outro contrato foi realizado com os Srs. Manoel Lopes da Silva e o Dr. Joaquim de Castro Fonseca para construção de uma indústria de beneficiamento de coco. Além de um contrato com o Sr. Sinfrônio de Magalhães para a manutenção de um escritório de representação do Estado do Rio Grande do Norte na cidade de Antuérpia, na Bélgica.

Entre as execuções de obras e melhoramentos ocorridos em Natal, destacaram-se os processos de aperfeiçoamento e mudança técnica do porto e dos serviços públicos em geral.

#### 1908 - Obras de Melhoramentos do Porto do Natal

O acesso ao Porto de Natal sempre foi um problema para a dinamização econômica da cidade. A primeira grande intervenção do governo do Estado em relação ao porto, nesse período, ocorreu em janeiro de 1908. O governo decidiu implementar uma ação sistemática e de grande porte para resolver definitivamente o problema da entrada da barra do rio e o acesso ao cais (FOTO 17).

Para tanto, foi contratada uma empresa (não identificada) que deslocou sua aparelhagem para Natal e executou os serviços contratados para desobstrução da entrada do rio e o melhoramento do acesso ao porto. As obras iniciaram com um rítmo bastante acelerado, trabalhando ininterruptamente e usando uma aparelhagem importada especialmente para extrair os entulhos próximo à pedra da *“baixinha*”, que impedia a entrada de navios. Estes eram descarregados sobre um batelão, que se dirigia para a muralha do Forte dos Reis Magos, onde um guindaste fazia dele a descarga. Ao mesmo tempo, uma draga trabalhava sobre o banco de areia da “*Velhas*”, retirando o excesso de areia fina que ameaçava o encalhe dos navios[[37]](#footnote-37).

Este serviço apenas deu início à solução do problema do porto. Foi dada continuidade, posteriormente , em janeiro de 1912, com uma obra de porte grandioso que abrangeu, além da drenagem da “*baixinha*” e do banco de areia das *“Velhas*”, a drenagem total da entrada do canal da barra e no banco da “*Limpa*”[[38]](#footnote-38).

Estas intervenções de grande magnitude, significaram a abertura definitiva da cidade ao comércio. Antes da primeira intervenção, em 1908, a cidade do Natal já possuía estradas de ferro que facilitavam sua comunicação com o interior (Natal - Ceará-Mirim), e com outros Estados, através da Estrada de Ferro da Great Western, em direção ao Recife. Esta última intermediava, inclusive, a ligação entre Natal e os grandes transatlânticos que faziam a rota do litoral brasileiro, pois estes passavam ao largo da costa norte-riograndense, em direção ao Norte ou ao Sul, e aqui não paravam. Normalmente, aportavam nos Portos da Paraíba e de Pernambuco, que eram os mais próximos de Natal, e os natalenses que quisessem viajar até a Capital Federal, por exemplo, tinham que se deslocar de trem, até estes portos, e lá, então, embarcar nos navios.

A modernização das instalações e equipamentos portuários tornou-se indispensável para a manutenção e ampliação do fluxo comercial com os diversos centros de comércio, principalmente com o exterior. Ao mesmo tempo, esta obra significava uma adequação às novas condições técnicas do comércio internacional, cujos navios e volumes de mercadorias transportadas exigiam instalações compatíveis. Portanto, este investimento significou a abertura da cidade aos contatos diretos com a Europa e Estados Unidos.

A elite de Natal havia se habituado a um padrão bastante elevado de consumo e ao uso de materiais ornamentais, da mesma maneira que a administração pública. Nas suas ações de embelezamento, utilizavam recursos técnicos e elementos decorativos não disponíveis nas regiões próximas.

Antes da reforma do porto, os comerciantes da cidade se deparavam com dificuldades com a intermediação da estrutura portuária nos Estados vizinhos, pois tinham que gastar também com o transporte de suas mercadorias até o Rio Grande do Norte, o que tornava o comércio de Natal bem mais caro do que o comércio das cidades onde eram desembarcadas. Além do que, o Estado Rio Grande do Norte deixava de arrecadar os impostos aduaneiros, que eram cobrados no local do desembarque.

Esta abertura apenas facilitou os contatos diretos dos comerciantes locais com os antigos fornecedores.

É interessante ressaltar, que era mais comum a relação comercial com a Europa e Estados Unidos do que com os Estados brasileiros do Sul , uma vez que nestes havia maior disponibilidades e diversidade de produtos, que significava a aquisição do que existia de mais novo no mercado mundial.

Reformar as instalações portuárias abrangeu, além das obras de drenagem da entrada da Barra do Rio Potengi, a ampliação e alargamento da área de atracagem dos navios, modernização dos equipamentos de armazenagem, embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, e melhor acesso rodo-ferroviário ao porto.

Além disso, para que tudo isso fosse adequadamente concluído, era imprescindível a reforma do bairro portuário. Só assim a obra estaria completa. Para tanto, a Ribeira teve sua estrutura física completamente remodeladas.

#### De Janeiro a Outubro de 1908 - Companhia Ferro Carril do Natal

Até 1908 havia apenas uma empresa concessionária que cuidava dos serviços urbanos em Natal.

No início desse ano surgiu uma outra empresa de serviços urbanos na cidade, a Companhia Ferro Carril do Natal. A iniciativa de discutir a necessidade de sua existência, deu-se em uma reunião realizada no salão da Junta Comercial, convocada pelo futuro governador Dr. Alberto Maranhão, juntamente com os Coronel Pedro Soares e o Dr. Affonso Barata;

“*(...) A nossa capital já tem população e desenvolvimento bastantes para sustentar uma empresa de transporte. Outras cidades menores dispõem já dos meios de locomoção que nos faltam.*” (Jornal A República, 18/1/1908, p. 1)

Esta reunião tinha por objetivos congregar todos os cidadãos da cidade para resolver o problema dos transportes urbanos. A idéia foi aceita por todos os que estiveram presentes. Com o intuito de agilizar o seu processo de criação, foi formada uma comissão para elaborar os estatutos e angariar os recursos necessários para seu funcionamento.

Durante a citada reunião foi distribuída uma lista entre os presentes, para que fosse assinada por aqueles que aderissem a idéia, “*sendo formadas imediatamente 700 ações*”. Ficou estabelecido que a Companhia teria por fim explorar as linhas de ferro e meios de transportes do Natal, e que o capital se constituiria em cotas de ações, sendo sua subscrição pública definitiva feita através do Banco de Natal.

Tendo subscrito todas as ações, foi constituída enquanto empresa, sendo denominada como de Companhia Ferro Carril do Natal, cujo Presidente escolhido foi o comerciante natalense, Romualdo Lopes Galvão. Após sua consumação em Assembléia Geral, foi requerido ao governo municipal o direito de promover os objetivos a que pretendia. No requerimento de solicitação, o presidente da Companhia solicitou a concessão do serviço, dando garantias de que este não custaria nada para os cofres da Intendência.

O governo, através da Resolução No. 122, concedeu a esta Companhia o direito de estabelecer o serviço de transportes urbanos, por um prazo de 30 anos, podendo transferir o contrato para terceiros, mediante aquiescência da Intendência, o que ocorreu em 1913. Contrariamente, nesta Resolução constava que a Companhia prestaria o serviço contratado, garantindo o transporte de passageiros e mercadorias em Ferro Carris, por meio de tração animal, a vapor ou elétrica. Porém, o governo a isentaria dos impostos municipais e desapropriaria os terrenos e prédios necessários para o seu estabelecimento.

A Intendência comprometeu-se, ainda, a requerer a isenção dos impostos aduaneiros cobrados pela União para a importação dos materiais necessários ao funcionamento do serviço de transportes, todas as vezes que fosse solicitado pela Companhia.

Os Ferro Carris da Companhia fariam 12 viagens “*redondas*” por dia, em carros de passageiros movidos com tração animal, cujas tabelas de preços e horários seriam submetidos à Intendência, como também, executariam todos os serviços e reparos necessários nas ruas e praças da cidade, em conseqüência do assentamento e conservação do tráfego de suas linhas.

“*A Diretoria da Ferro Carril, (...), em menos de quatro semanas, conseguiu construir 1 km de linha, desmanchando e fazendo o calçamento, no trecho, mais difícil do percurso, montando os carros, adestrando os animais de tração e organizando os serviços, de modo a funcionar regularmente logo no primeiro dia.*” (Jornal A República, 12/9/1908)

Na primeira semana de setembro de 1908, foi inaugurado o tráfego provisório de suas linhas no trecho entre a rua Dr. Barata e a Praça Padre João Maria (FOTO 18).

A população aderiu imediatamente à idéia do uso do bonde movido à tração animal, provocando o congestionamento dos dois únicos vagões em uso. Este fato, fez com que a diretoria da Ferro Carril esclarecesse aos usuários, via jornal, que em cada vagão só poderiam viajar até 24 passageiros, que era a lotação máxima de cada carro.

Essa restrição diminuiu o número de passageiros transportados e provocou reclamação geral de grande parte do público contra o número de carros disponíveis, como também, a demora na passagem dos bondes. Esse problema agravou-se quando, em setembro, os trilhos dos bondes chegaram à Cidade Nova.

Neste mês de setembro de 1908, os bondes funcionavam de manhã até à noite, com horários provisórios, saindo a cada intervalo de 20 a 40 minutos. O ponto de partida era a rua Silva Jardim, das 6:30 às 12:00 horas, 12:30 às 16:50 e das 17:10 às 21:30; e voltavam da Praça João Maria das 6:15 às 12:30, das 12:50 às 17:30 e das 17:50 às 21:50.

“*Nos domingos e dias de festas a Companhia deixa de observar esta tabela para oferecer ao público todos os carros de que pode dispôr do princípio ao fim da linha que presentemente se acha interrompida entre a Praça João Maria e Avenida Rio Branco, pela construção do seu desvio. O horário da Companhia é regulado pelo relógio da matriz.*” (Jornal A República, 21/10/1908)

No final de outubro, foi comunicado que os preços dos bondes iriam variar de acordo com o trecho a ser percorrido. O primeiro trecho, começando na rua Silva Jardim até a Avenida Rio Branco; e o segundo, daí até a Cidade Nova, mais precisamente, até o Sítio Solidão[[39]](#footnote-39) na Avenida Hermes da Fonseca, onde posteriormente se localizou o Esquadrão de Cavalaria (atual Escola Doméstica de Natal).

#### De Outubro de 1908 a 1913 - Empresa de Melhoramentos de Natal

O sucesso da Companhia Ferro Carril do Natal era uma realidade. No entanto, a cidade requeria outros melhoramentos, que esta, com o capital disponível, não tinha condições de supri-los. Neste período surgiu a Empresa de Melhoramentos de Natal, que adquiriu as cotas desta Companhia. Esta substituição de empresas teve a aquiescência do Governador Dr. Alberto Maranhão, logo no início de seu segundo governo, em 1908.

Os novos proprietários eram os Srs. Valle Miranda e Domingos Barros[[40]](#footnote-40). A maioria dos serviços da cidade foram entregues, pelo governador, aos proprietários da Empresa de Melhoramentos, que passou a responsabilizar-se pela concessão de aforamento dos terrenos da cidade, saneamento, o abastecimento de água, iluminação e bondes elétricos, a construção e administração da cerâmica para reparos da rede de esgotos, do forno de incineração de lixo e da sala de máquinas de reparação. Para tanto, construiu a Usina Elétrica de Oitizeiro, que “*dispõe de uma grande bateria de acumuladores com capacidade suficiente para alimentar (...) toda a cidade durante a noite inteira*” (Jornal A República, 2/10/1911).

Em 1911, foi inaugurada a iluminação elétrica[[41]](#footnote-41) na cidade e nas residências particulares. Nessa ocasião, foi realizado um “*baile*”, oferecido pelo Natal Club, em homenagem ao governador Dr. Alberto Maranhão, tanto pela colocação da iluminação, como pela mudança dos bondes à tração animal pelos novos modelos elétricos.

O esforço de propagar a festa e o espetáculo para congregar a população em torno do projeto modernizatório da cidade do Natal, também se dirigiam para a própria elite, pois esta precisava estar seduzida por esse ideal moderno.

Por sua vez, os bondes, àquela época, atendiam os bairros da Ribeira, Cidade Alta e Cidade Nova. As linhas haviam se expandido conseguindo atender as várias alternativas de fluxos, quando estes foram eletrificados. Neste momento, entraram em funcionamento 08 (oito) carros na cidade, “(...) *acionados por dínamos motores de 73 cavalos de força e oferecem acomodações para 32 passageiros*” (Jornal A República, 2/10/1911).

A expansão da linha do bonde elétrico até o Alecrim foi anunciada, imediatamente após a transformação deste em bairro, em 1911. A região contava com uma grande quantidade de habitantes, em sua maioria operários. A linha de bondes (*Tramways)* elétrico instalada para servi-lo, interligando-o à Cidade Alta, tinha como ponto terminal, o Lazareto da Piedade (atual Hospital Professor Luís Soares-Policlínica), distante aproximadamente 1 quilômetro da Cidade Alta. O percurso passava em frente ao Cemitério.

“*Uma linhazinha de tramways rápidos, cômodos e baratos, estava a calhar: os senhores verão como aquilo vai prosperar ainda mais, aumentando extraordinariamente o número de habitações nas vizinhanças do Cemitério venerável.*” (Jornal A República, 20/11/1911)

Além do transporte de passageiros e de cargas na cidade, a Empresa de Melhoramentos incluiu, a partir do ramal do Alecrim, o serviço funerário. Consistia de dois tipos de funerais: o de primeira classe, no qual o “*coche*” rebocava um carro especial comportando 86 passageiros, com direito a serem conduzidos a qualquer ponto da cidade; e o de segunda classe, rebocado por um carro normal, sem direito a passagens e com horário marcado para sair.

Em 1912, a Empresa de Melhoramentos continuava mantendo os mesmos 08 (oito) carros circulando, o que cumpria às exigências do contrato assinado com o governo do Estado. No entanto, já havia encomendado três novos, que deveriam entrar em serviço até meados do mesmo ano.

Em janeiro de 1912, devido a algumas críticas veiculadas no jornal oposicionista O Diário, os diretores da Empresa dirigiram-se à população, através do diário oficial do governo, jornal A República, esclarecendo que estavam cumprindo o contrato e que, ao contrário

“*As condições em que fizemos o contrato eram tais que nenhum outro concorrente se propôs, e si nós não o fizéssemos, durante muitos anos estaria ainda esta capital sem os melhoramentos que já vai fluindo e que dentro do prazo serão todos uma feliz realidade que a colocará entre as cidades mais progressistas e florescentes do país.*“ (Jornal A REPÚBLICA, 16/1/1912).

A substituição da antiga iluminação a acetileno pela energia elétrica, por sua vez, modificou muito a potência da iluminação da cidade. A primeira contava de “*220 combustores de 15 velas*”, e o contrato impôs a colocação de “*400 focos de 25 velas*” na iluminação das ruas. Nos jardins foram colocadas “*focos de 100 a 200 velas*” e para a iluminação dos edifícios públicos lâmpadas de “*100 velas*”.

Em maio de 1912, os sócios da Empresa de Melhoramentos de Natal, os Srs. Valle Miranda e Domingos Barros[[42]](#footnote-42) anunciaram o fim da sociedade, permanecendo como proprietário apenas o Sr. Valle Miranda. Mesmo assim, continuou a cumprir o contrato, inaugurando o tráfego das linhas do bonde para o monte Petrópolis (FOTO 19) e para o Tirol, durante o mês de agosto.

Este ramal, como foi dito anteriormente, havia chegado até o Sítio Solidão na Avenida Hermes da Fonseca. Nesta nova expansão de agosto, os trilhos chegaram até o Tirol, que era como se chamava a casa do governador Alberto Maranhão (atual Aero-Club).

A conclusão da construção desta residência foi um grande acontecimento para a cidade. Aliás, durante sua execução, a cidade inteira foi envolvida pelas novidades que teria, entre as quais os materiais de acabamento importados da Europa, assim como, a primeira piscina em uma casa particular. No local onde foi construída, distante 2.400 metros da Avenida Rio Branco, não existia nenhuma outra residência ou qualquer outro estabelecimento construído. A área era praticamente desabitada. No entanto, uma linha de bonde elétrico foi instalada com o único objetivo de conduzir passageiros para aquela residência.[[43]](#footnote-43)

Nesse processo de modernização dos serviços dos bondes, a diretoria da Empresa de Melhoramentos de Natal introduziu sem grande sucesso, algumas inovações, como a sinalização dos pontos de paradas, o mecanismo interno aos carros para o passageiro sinalizar seu ponto de parada, e o luminoso na parte superior do carro indicando as diferentes linhas a que pertenciam os carros.

A Empresa de Melhoramentos mudou de proprietários no final de 1912. Foi adquirida pelo Coronel Solon, que a encontrou quase falida, sem capital para investir nos serviços de esgotos e desenvolvimento de suas linhas. O novo proprietário informou a sociedade natalense, através de entrevista publicada no jornal A República (14/1/1913, p. 10), que para conseguir o capital necessário para os serviços pretendidos, associou-se, a um grupo de capitalistas paulistas, entre os quais os Drs. A. San Juan, Alfredo R. Jordão, Constantino G. Fraga e Júlio Bandeira Vilela. Esta empresa, posteriormente, foi transformada na Empresa Tracção Força e Luz Elétrica do Natal.

Através da assinatura de um novo contrato com o governo do Estado, a administração dos serviços prestados pela antiga Empresa de Melhoramentos, foi transferida aos novos proprietários, que também assumiram a responsabilidade pelos serviços de energia elétrica e água, bondes, instalação telefônica, fábrica de gelo, estabelecimento Balneário, obras em terrenos de propriedade do Estado arrendados aos concessionários, além dos mananciais, tubos de água e esgoto, projetos e manutenção dos trilhos existentes e a Usina.

A empresa adquiriu, na Europa, dois novos motores para a Usina de força, seis bondes e material para esgoto. Pretendia estender os bondes até Macaíba, Tirol e Praia do Morcego, além de construir uma estação balneária moderna e algumas edificações urbanas em Natal.

Quanto ao abastecimento de água continuaria sendo feito através das fontes existentes e por meios de poços conjugados. No entanto, tinham como projeto mudar o abastecimento da cidade para o manancial do rio Pitimbú, que já fora adquirido com este fim pelo Coronel Solon.

A transformação da Empresa de Melhoramentos do Natal na Empresa de Tração, Força e Luz do Natal aconteceu, após uma Assembléia Geral realizada em São Paulo, em 14 de maio de 1913, quando foram aprovados os estatutos e eleitos os membros da diretoria e do Conselho fiscal. Ficou decidido que a sede da empresa seria localizada na cidade de São Paulo e que o gerente interino da empresa em Natal, seria o Major João Sizenando Pinheiro. Definiu-se, também, que a nova empresa estava aparelhada, não só para executar todos os serviços contratados com o Governo do Estado para a cidade do Natal, como também para estender estes serviços às cidades vizinhas de Macaíba e Ceará-Mirim.

### RESULTADOS DO SEGUNDO GOVERNO ALBERTO MARANHÃO

O objetivo dessas intervenções, em Natal, era compor um novo cenário para ser exibido ao mundo desenvolvido, no qual pensava-se na forma de atrair investimentos. A possibilidade de transformar Natal em um centro de consumo, fornecedor de mercadorias e capitais. As reformas obedeceram assim, aos princípios que fundamentavam às ações do Estado, àquela época, que foi o ordenamento da cidade e da população, a eliminação dos focos que a tornavam insalubres, e a dotação de uma infra-estrutura mínima, compatível com o papel de centro comercial em que pretendia ser transformada.

A cidade do Natal que despontou na segunda década do século XX compunha, com certeza, um cenário adequado aos padrões modernos. Nela, um número sempre crescente de pessoas transitavam em bondes elétricos e rápidos. Os homens e as mulheres podiam vestir-se segundo a última moda inglesa e francesa, com grande facilidade, para irem assistir a projeção de mais um novo filme que chegava à cidade ou ir ao teatro; podiam também pegar um bonde e ir até à praia ou ao balneário localizado à beira do rio Potengi. Eram muitas as possibilidades de desfrute que a cidade começava a oferecer a um espírito moderno.

O segundo governo do Dr. Alberto Maranhão, caracterizou-se por uma ação de provimento dos serviços públicos em parceria com a iniciativa privada. Para ambos, promover obras que garantissem a elevação do padrão de desenvolvimento de Natal, tornara-se prioridade e objetivo a ser atingido. Um exemplo disso foi a construção do prédio do *Asylo da Mendicidade João Maria*, inaugurado em 1912, com o comprometimento da Junta Comercial de Natal em ajudar no custeio das despesas para seu funcionamento.

A cidade modernizada, portanto, impunha-se à do passado colonial. Nada melhor do que construir uma nova cidade sobre a antiga, eliminando e substituindo os emblemas antigos por outros mais adequados à imagem de cidade que se queria construir. É em busca dessa satisfação que ocorreu todo o processo de embelezamento e reforma da arquitetura da cidade do Natal.

Apesar de todo o empenho do governo do Estado na questão dos melhoramentos e da higiene pública, em 1913, algumas questões continuavam sem uma efetiva solução. É o caso do Matadouro, que continuava funcionando no centro da Cidade Alta; e a limpeza pública, que permanecia problemática e continuava chamando a atenção da opinião pública. Esta insatisfação é percebida nas notícias veiculadas nos jornais locais.

“*NÃO POSSO ME CONFORMAR - (...) Com o monte de lixo feito no pé da calçada do Mercado, do lado do quartel federal, pelos respectivos comerciantes. (...) Com a innundação da Ribeira, quando cai qualquer chuva. (...) Com a imundice da Rua Gonçalves Dias, pelo que peço enérgicas providências a Hygiene Pública. (...) Com o bonde de burro que ainda funcciona para o extinto prado. (...)*” (Jornal O MARTELO, 2/6/1912).

Em janeiro de 1912, o Estado preparava-se para outra eleição. A Comissão executiva do Partido Republicano apresentou os seguintes candidatos: para senador, Dr. Joaquim Ferreira Chaves; e para Deputados: os Drs. Eloy Castriciano de Souza, Juvenal Lamartine de Faria e Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro.

O resultado desta eleição no Rio Grande do Norte mostrou que a mobilização da oposição no Estado surtiu algum efeito, pois conseguiram eleger um deputado federal pela primeira vez na história da República no Estado. Após 22 anos de República, a oposição elegeu o Dr. Augusto Leopoldo Raposo Câmara. Este foi o terceiro Deputado Federal mais votado, ultrapassando, o candidato republicano, o Dr. Augusto Carlos Vasconcellos Monteiro. No entanto, a legitimidade do grupo político pedrovelhista continuava, pois o resultado das urnas demonstrou, com os números, a inquestionável superioridade do grupo dominante.

**“*p/ senador :***

*Dr. Ferreira Chaves - 6.900 votos*

*Dr. Paulino Guedes - 2.912 votos*

***p/ deputados:***

*Dr. Eloy Castriciano de Souza - 6.950 votos*

*Dr. Juvenal Lamartine de Faria - 6.732 votos*

*Dr. Augusto Carlos de Vasconcellos Monteiro - 6.768 votos*

*Dr. Augusto Leopoldo Raposo da Câmara - 3.833 votos*

*Dr. Francisco Pinheiro de Almeida Castro - 2.411 votos*

*Cel. Joaquim Ignácio Baptista Cardoso - 962 votos*” (Jornal A REPÚBLICA, 3/2/1912)

Cada administração desempenhou o papel que lhe foi possível em cada momento. No entanto, sobre todos eles pairava a liderança e o controle do Presidente do Partido Republicano Federal e chefe político deste grupo dominante, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão que, de certa forma, os unificou enquanto proposta de grupo. Após sua morte, a liderança passou para Alberto Maranhão.

Em janeiro de 1913, a sociedade começou a mobilizar-se para as próximas eleições para governador. Nesta, o Partido Republicano escolheu o senador Ferreira Chaves como candidato a Governador. Para coordenar a campanha republicana, foi fundada a Liga Pró-Chaves, numa reunião no edifício do Natal-Club, da qual foi aclamado presidente o Coronel Pedro Soares. Ao mesmo tempo em que a oposição organizou a Liga “*Anti-Olygarchia*”.

Influenciado pela agitação política nacional, o Estado do Rio Grande do Norte, viveu um momento em que a manifestação pública da oposição repercutiu, de certa forma ameaçando a legitimidade do grupo dominante que se encontrava no poder desde a Proclamação da República. Sua campanha foi iniciada através do jornal Diário de Natal, anunciando que, no próximo pleito, o governo seria surpreendido pela mudança na correlação de força entre eles, e isso se deveria às inúmeras adesões que vinha recebendo de lideranças políticas no interior.

A Imprensa governista rebateu esta informação, dizendo que “*(...) jamais a situação dominante se sentiu mais bem amparada e defendida do que no actual momento (...)*” (Jornal A REPÚBLICA, 15/1/1912, P. 1)

Como a oposição continuava a afirmar que estava recebendo as citadas adesões e que estava havendo ameaças à legalidade do pleito em várias cidades, os chefes políticos do interior, para garantir a manutenção de seu prestígio junto à cúpula governista, começaram a telegrafar para o governador. Nestes, asseguravam a vitória da chapa do Partido Republicano em seus municípios e afirmavam que as eleições iriam realizar-se sob as mais amplas garantias das autoridades locais. Esclarecendo, ainda, ser inverídicos os boatos sobre coação exercida pelos amigos do governador contra os eleitores.

Foi surpreendente o empenho do Jornal A República para desestimular esta oposição, destacando sua pouca expressão política. Para tanto, divulgou os apoios do Presidente da República, da fundação da Liga Feminina e da Liga Operária ligadas ao Partido. No final do mês de janeiro, o Senador candidato chegou a Natal, agora definitivamente para iniciar sua campanha política. Foi recebido no cais Tavares de Lira, na Ribeira, para onde se deslocou uma grande multidão, formada por pessoas trazidas de toda a cidade pelos bondes da Empresa de Melhoramentos, “*todos enfeitados de folhagens e cortinas com as cores nacionais*” (Jornal A REPÚBLICA, 27/1/1913, p. 1).

O Partido oposicionista recebeu o reforço de uma liderança norte-riograndense, a muito tempo radicado no Recife, o Capitão José da Penha. Este chegou a Natal, em meados do mês de março para coordenar a campanha eleitoral da oposição. A situação especulava que ele seria o candidato.

A nível nacional, o Partido Republicano Conservador passava por uma crise, que vinha prejudicando a escolha de um candidato a Presidente de consenso, enquanto a nível estadual, iniciava-se uma campanha política para eleição do governador com disputa eleitoral muito acirrada.

Nesse ínterim, um periódico da cidade publicou uma carta anônima dirigida ao Governador Alberto Maranhão, revelando uma posição política que estava se difundindo, principalmente em Natal.

“*Excellencia:- como é natural, a primeira missiva dessa série deve lhe ser dirigida, já por ser v. excia. a primeira autoridade, já por ser o delphin da oligarchia, em cujas mãos estoirará em breve a bomba. (...). Refiro-me à bomba do civismo, irrompendo do coração de todos os riograndenses, a qual, ao explodir indomável, varrerá de vez do solo de nosso Estado, a maldita oligarchia, de que é v. excia. digno representante impenitente.*” Jornal GAZETA DA TARDE, 1/7/1913, p.2).

Em agosto, o movimento liderado por José da Penha, assumiu proporções de guerra civil, com o uso de armas e entrincheiramento nas ruas de Natal. O Presidente da República tentou intervir, solicitando do Capitão José da Penha que procurasse contornar e acalmar a situação, e que entregasse as armas e explosivos, que porventura tivesse, ao Comandante da Força Federal neste Estado.

Apesar dessa agitação, faltando 25 dias para a eleição, a oposição não havia apresentado o nome do candidato que concorreria com o Senador Ferreira Chaves. O Capitão José da Penha, então, lançou o nome do filho do Presidente da República, o Tenente Leônidas Hermes. Este, por sua vez, não tendo qualquer relação com o Rio Grande do Norte, no primeiro momento aceitou, mas voltou atrás quando inteirou-se da complicação política que significaria esta candidatura. Houve, também, interferência do seu pai, o Presidente Hermes da Fonseca. A tática do Capitão José da Penha foi desbaratada, desestruturando seus apoios no Estado, culminando com a sua fuga poucos dias antes da eleição.

Este fato, contribuiu para a eleição tranqüila do Senador Ferreira Chaves, que concorreu como candidato único, legitimando, mais uma vez, a elite política que governava o Estado do Rio Grande do Norte desde 1889.

Quando assumiu o governo, em 1914, o Senador Ferreira Chaves, começou a desmantelar a estrutura político-administrativa montada por Alberto Maranhão. Recebeu o governo com as finanças completamente descontroladas e, a fim de equilibrá-las e pôr em dia o pagamento dos servidores, emitiu apólices, reduziu o funcionalismo civil e militar, e extinguiu vários cargos criados pelo seu antecessor. Investiu contra vários amigos e correligionários da oligarquia Maranhão, suspendendo contratos destes com o governo. Promoveu reformas na legislação eleitoral, estabelecendo alguns princípios de inelegibilidade para o cargo de governador e os outros cargos.

A gota d’água do rompimento entre Ferreira Chaves e o grupo familiar dos Albuquerque Maranhão, foi quando chegou o momento de o Governo Ferreira Chaves organizar a lista dos candidatos do Partido Republicano Federal ao Congresso Legislativo Estadual, nas eleições de 1918. Desta, ele excluiu o Dr. Paulo Júlio de A. Maranhão (filho de Pedro Velho), colocando em seu lugar o Cel. João Juvenal Pedroza Tinôco, candidato à reeleição.

A partir de então inicia-se a decadência do grupo oligárquico ligado à economia açucareira do litoral e a ascensão do grupo da região algodoeira do Seridó, na qual destacou-se a liderança de Juvenal Lamartine de Faria, perdurando até a Revolução de 1930.

Não se pode deixar de enfatizar a importância desse grupo para o processo de transformação que ocorreu em Natal no começo do século XX. Pode-se dizer que ele era portador de um projeto para a cidade e para realizá-lo não foram medidos esforços, ainda que isso significasse a limpeza total dos cofres e o endividamento do governo.

Por que tanto empenho? Que fins se tentava alcançar com as intervenções na cidade do Natal? Que interesses motivava esse grupo social a transformar o espaço da cidade? Como explicar tudo o que havia acontecido?

Durante o período, a cidade fora revestida de elementos emblemáticos da modernidade européia, traduzidas pelas inovações técnicas advindas da Revolução Industrial, como ruas amplas e arborizadas, prédios suntuosos, energia elétrica e sistema de transportes. Ao mesmo tempo, os modos de vida, comportamentos e hábitos da elite local foram recobertos por um verniz civilizatório. Neste sentido, o fascínio que o ideal de modernidade exercia sobre a própria elite explicaria, em boa medida, a intensidade com que buscaram construir uma imagem de moderno, tanto da cidade como de si mesmos.

A resposta aos questionamentos iniciais poderia ser dada pela representação que as elites dominantes da cidade do Natal construíram delas mesmas, enquanto modernas e progressistas, e de como a cidade, onde elas viviam e exerciam seu poder, deveria ser para adequar-se a esta imagem.

Constatamos, no entanto, que as possibilidades que se abriam para compreender as intervenções que houve em Natal e em outras cidades eram por demais abrangentes. A modernização de Natal, assim como das demais cidades brasileiras, foi precedida por um período em que ocorreu uma conjunção de fatores que contribuíram para que viesse a se concretizar. Dentre eles, destacamos o fator político, como a ação da elite dominante, que conseguiu executar um projeto de transformação radical de uma cidade diante de cidadãos disciplinados ou consensualizados. Estes, por sua vez, permitiram, sem qualquer contestação, o exercício deste poder e legitimaram-no, sucessivamente, a cada eleição.

# CONCLUSÃO

# A CIDADE COMO IDEÁRIO DA ELITE

A partir da Revolução Industrial, as cidades tornaram-se mais ricas e passaram por tranformações rápidas, adquirindo novas formas, experimentando novos fenômenos sócio-político-culturais, ou seja, transformando-se na expressão máxima da modernidade. A modernidade trouxe novas modalidades de energia, a mecanização das fábricas, a metalurgia e as ferrovias, o “*laissez-faire*”, a expansão de riquezas, o mercado internacional e o avanço das comunicações. Novos ideais assentados na crença no progresso, na razão e na ciência, provocaram a dissolução da cultura tradicional, agrícola e coletivizada.

É na cidade que podemos entender melhor a problemática da Revolução Industrial. Esta expressou-se no rápido crescimento, na carência de serviços públicos, na mudanças de hábitos culturais, e a partir de um novo senso estético e novas relações sociais. A caoticidade e a turbulência da cidade industrial causaram entre seus habitantes inúmeras sensações díspares, como medo, temor, indignação, otimismo e surpresa.

As grandes descobertas no campo científico e tecnológico, as novas idéias e teorias, a industrialização, a nova noção de tempo e velocidade, mudaram a mentalidade da sociedade, pois a modernidade trouxe consigo um ambiente onde todas as coisas e o homem estão constantemente se transformando.

Seus primeiros movimentos deram-se na Europa, no início do século XVI e consolidaram-se, enquanto processo de transformação, com as ondas revolucionárias no século XVIII, principalmente a Revolução Francesa e a Americana, que desencadearam uma era de modificações na esfera pública e em todos os níveis da vida pessoal, social e política.

Durante o século XIX, o mundo viveu o ápice das turbulências. Criou-se uma nova racionalidade social e uma nova ordem urbana. Surgiram as contradições no espaço das cidades, manifestando-se através do rápido crescimento, da carência de serviços públicos e nas mudanças de hábitos culturais e de relações sociais. As cidades passaram a conviver com grandes índices de concentração populacional e com a insalubridade, necessitando de profundas reformas, que se manifestaram através das medidas sanitárias, da redefinição do traçado urbano e da ampliação dos serviços e equipamentos urbanos.

Historicamente o Brasil sempre esteve a reboque destes acontecimentos externos, uma vez que sua posição de país dependente possibilitou a influência e a interferência do movimento que ocorria nos países centrais sobre o seu desenvolvimento.

Com relação ao espaço das cidades brasileiras, estas transformações deram-se através da introdução de inovações técnicas e tecnológicas, produzidas nos países capitalistas avançados que, uma vez importadas, foram responsáveis pela definição da estrutura urbana de diversas cidades.

No Brasil, este movimento coincidiu com a Proclamação da República, que representou um novo arranjo nas estruturas de poder e a reorganização política da sociedade, refletindo-se na descentralização e na declaração da autonomia dos governos locais, entre outros aspectos.

Este momento revolucionário da política no Brasil, conhecido como o início do primeiro período republicano, é tido por alguns autores como um período dominado por um Estado Oligárquico. Para este estudo, interessou ressaltar que este período possibilitou a emergência de uma casta de políticos intelectualizados, que adaptou-se aos esquemas coronelísticos tradicionais e consolidados, ao mesmo tempo que utilizou-se dos novos mecanismos exigidos por um regime que se pretendia democrático e representativo.

Em Natal e no Rio Grande do Norte, este momento significou a ascensão de uma elite, ligada à produção açucareira do litoral, cuja liderança política de maior expressão se chamava Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Este grupo teve à sua disposição todas as condições propícias para a realização de uma obra modernizatória, uma vez que não teve uma oposição com condições de obstacularizar suas ações, demonstrando um domínio sobre a cidade que parecia não ter limites.

Com o Estado sob o controle dessa elite, a cidade do Natal, centro político-admininistrativo, não poderia manter aquela estrutura urbana, característica das cidade coloniais. Era necessário que Natal acompanhasse a tendência de modernização que já tomava conta de outras capitais do país e, ao mesmo tempo, assimilasse os exemplos que vinham da Europa.

A cidade não era compatível com as aspirações dessa elite, pois era quase rural, com ruas estreitas e sem infra-estrutura. O projeto foi equipá-la com os elementos idealizados para uma cidade moderna, regular e higiênica. Era preciso modernizar, investir em novos serviços, calçamento, ruas largas e limpas, áreas verdes, embelezamento das fachadas, asseio e higiene.

O processo de transformação do espaço através das intervenções públicas, no entanto, deu-se de forma lenta e gradual, durante o qual pode-se identificar momentos de grande intensidade e outros de estagnação. Existiram momentos em que foi manifestada a vontade política de investir em melhoramentos, contudo, as condições materiais das iniciativas não se adaptavam ao projeto. Ou melhor, a cidade não conseguia, muitas vezes, acompanhar a velocidade dos melhoramentos que se queria realizar.

Ao final do período estudado, a cidade havia mudado seu aspecto, tornara-se elegante e moderna, tinha serviços públicos de cidade grande, o comércio era requintado e dispunha de diversos produtos importados da Europa, a população freqüentava elegantemente o teatro para assistir aos concertos e às encenações teatrais.

A cidade se transformara em cenário de exposição material do poder de suas elites. As reformas não significavam a solução para os problemas advindos do processo de crescimento da cidade, mas somente a partir delas foi que a cidade intensificou seu crescimento. Além disso, estas reformas tinham uma preocupação com o embelezamento que se expressava na transformação das fachadas e na composição de ambientes que contribuíssem para construção de uma imagem da elite local adequada aos padrões da Belle Époque européia, e que fosse propícia para o comércio (FOTO 20 e 21).

Reformar a cidade do Natal e embelezá-la significou destituí-la de suas feições coloniais, e essa orientação tinha grande aceitação e repercussão nos jornais da época, que foram responsáveis pela disseminação do discurso modernizante da elite dominante que justificava tais intervenções.

“*(...) seria injusto e ingrato deixar de consignar (...) que vários serviços de utilidade e aformoseamento com que ora, se envaidece a nossa modesta Capital, (...). Basta lembrar o bello jardim “Augusto Severo” e consequentes trabalhos de aterro e drenagem; o novo e commodo caes (...),“Caes Augusto Lyra”; o empedramento e arborização de um grande trecho da “Av. Rio Branco”(...); o saneamento do Baldo e outros benefícios. (...) Não é fácil substituir por avenidas e praças as nossas viellas tortuosas e esburacadas. Mas não desanimemos, a persistência tem operado maiores transformações.*” (Jornal A REPÚBLICA, 13/1/1905, p. 1)

Enfim, embelezava-se e “*aformoseava-se*” a cidade, com obras e equipamentos urbanos que existiam nas grandes cidades. A construção da imagem de uma cidade moderna, civilizada e progressista evidenciava-se, também, na adoção de novos valores culturais, pois era o consumo desses valores que tornava real a fantasia da modernidade. Ao mesmo tempo em que, transformar o velho e colonial de Natal em um espaço moderno e arrojado, não foi por uma demanda sócio-econômica da população da cidade. Neste sentido, imputamos à elite local um papel importante na condução da modernização da cidade, enquanto um agente fundamental da modernidade. Sua atuação se balizou nos próprios interesses materiais, que estiveram constantemente a delimitar avanço ou atraso das intervenções realizadas, porém o que impulsionou a dedicação destas elites foi a construção de uma imagem de cidade moderna, condizente com a imagem que a tinha seduzido.

Para ter esta cidade modernizada e civilizada, a ação desta elite deu-se no sentido de proceder uma reforma do espaço. Basicamente, tratava-se de promover ações no sentido de dar uma nova imagem à cidade. Pouco importava se essa nova imagem moderna que se demandava correspondia à sociedade que se tinha. A solução utilizada não estava em reestruturar a sociedade, em erradicar a pobreza, mas de erradicar a visão da pobreza das áreas centrais e reformadas, impedindo sua proliferação nestas áreas, através de uma legislação rigorosa, que incentivava seu deslocamento para as áreas periféricas, onde concediam isenções fiscais para ocupar os terrenos. Em Natal este encaminhamento segregador é percebido com relação à região do Alecrim, a qual foi destinada para a habitação de operários e pobres.

Por outro lado, às classes dominantes interessava a modernização de Natal, porque além de deter o controle do poder político, eram economicamente dominantes, e esses investimentos significariam a possibilidade de maior retorno financeiro, pois ampliariam as facilidades de realização de seus negócios. Em boa medida, como eram administradores, criavam as condições para efetivação dos seus interesses e, para isso, se houvesse necessidade, contraiam empréstimos através do governo do Estado, mediante a aprovação da Assembléia Legislativa e a justificativa de modernizar a cidade para torná-la apta ao progresso inerente à modernidade.

A ornamentalidade vem a ser então o critério básico da vida moderna. Em obediência a tal princípio, o que se pode notar em todos os casos de modernização das cidades brasileiras, e que se repetem com a mesma proporção em Natal, é a desmedida preocupação que suas elites devotavam à ostentação dos signos modernos. Signos estes que não se restringiam ao espaço urbano, mas que se revelavam também numa nova sociabilidade orientada por uma obsessão pelo estrangeiro. Esse cosmopolitismo, que pautou o irrestrito consumo de hábitos e comportamentos sociais por parte das elites locais, também assegurou a essa mesma elite o sentimento de pertencer àquele estágio civilizatório tão ansiado.

# REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANDRADE, Ilza A.L. de. (Coord.) **Mapeamento e Análise dos Conflitos Urbanos em Natal - 1976/1986.** Natal, UFRN, 1987.

ANDRADE, Ilza Araújo L. **Claus Offe e Alguns Momentos da Política Social Brasileira.** Doutorado em Ciências Sociais, IFCH - UNICAMP. São Paulo (Mimeo).

ANDRADE, Ilza Araújo L. **Novas Elites no Cenário Político Nordestino.** Trabalho apresentado no VI Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste. Belém/PA, maio de 1993.

ARAÚJO, Humberto H. de. **Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte.** Natal: Editora Universitária, 1995.

ARAÚJO, Marta. Anotações do segundo capítulo de sua Tese de Doutorado em Educação/PUC-SP (concluída em novembro de 1995) sobre José Augusto. Natal: Mimeo, 1994.

ATAÍDE, Ruth M. C. **Modernização e exclusão nas experiências de Planejamento Urbano e consolidação das áreas residenciais em Natal: referências históricas.** Natal: UFRN, 1993. 23 p. (mimeo).

BENEVOLO, Leonardo. **A História da Cidade da Europa.** Lisboa: Ed. Presença, 1995.

BENÉVOLO, Leonardo. **História da Arquitetura Moderna.** 2a Edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1989.

BENEVOLO, Leonardo. **Origenes del Urbanismo Moderno.** Madrid: H. Blume Ediciones, 1979.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo.** Obras Escolhidas, v. 3. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Paris, capital do século XIX.** In: Espaço & Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, Ano IV, 1984.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

BOBBIO, Norberto et alli. **Dicionário de Política.** Volume I e II. Ed. UnB.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna:** Representação da história em Walter Benjamin. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar, s/d.

BRESCIANI, Maria Stella. **Permanência e Ruptura no Estudo das Cidades.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

CARDOSO DE MELO, João Manoel. **O Capitalismo Tardio.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando H. **Dos Governos Militares a Prudente - Campos Sales.** In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, No. 1, O brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 2a edição. São Paulo: Difel, 1977. (p. 15-50)

CARVALHO, José Murilo de. **O Rio de Janeiro e a República.** In: Revista Brasileira de História, V. 5, No 8/9, setembro de 1984/abril de 1985. (p. 117-138).

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da Cidade do Natal**. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** 2a Edição. Rio de Janeiro: Achiamé; Natal: Fundação José Augusto, 1984.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O Livro das Velhas Figuras.** No. 2. Natal: I.H.G.R.N, 1976.

CASCUDO, Luís da Câmara. **O Livro das Velhas Figuras.** No. 6. Natal: I.H.G.R.N, 1989.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Vida de Pedro Velho.** Natal: Departamento de Imprensa, 1956.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M.  **Complexidade de uma Urbanização Periférica.** Tese de Doutorado, UNICAMP, 1990.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70.** Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

CLEMENTINO, Maria do Livramento M. **O Maquinista de Algodão e o Capital Comercial.** Natal: Ed. Universitária, 1987.

DANTAS, Manoel. **Homens de Outr’ora.** Biblioteca de História Norte Rio-Grandense - IV. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1941.

DINIZ MOREIRA, Fernando. **A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926).** Dissertação do Mestrado em Desenvolvimento Urbano - MDU/UFPE - Recife, 1994.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico.** 14.Ed. São Paulo: Editora Nacional, 1990.

FAUSTO, Boris. **Expansão do Café e Política Cafeeira.** In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, No. 1, O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), Capítulo III, 2a edição. São Paulo: Difel, 1977. (p. 195-248)

FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. **Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920.** In: \_\_\_\_\_ CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FERREIRA, Ângela Lúcia de A. **De la producción del espacio urbano a la creación de territorios en la ciudad: un estudio sobre la constitución de lo urbano en Natal, Brasil.** Tese de Doutorado. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1996.

FERREIRA, Ângela Lúcia de A.; MEDEIROS, Anita e QUEIROZ, Luiz Alessandro de. **Momentos históricos da produção e da configuração do espaço construído em Natal.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FOOT HARDMAN, Francisco. **Construtores de ruínas: a modernidade submersa.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

FOOT, Francisco, LEONARDI, Victor. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte.** São Paulo: Global Ed., 1982.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução.** (Coleção Ofício de Artes e Forma). Campinas, SP: Papirus, 1994.

GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

GRYNSZPAN, Mario. **A Teoria das Elites e sua Genealogia Consagrada.** In: BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro, n. 41, 1o semestre de 1996. (p. 35-83).

HABERMAS, Jürgen. Modernismo, Pós-Modernismo e Ante-Modernismo? Arte em Revista. **Pós-Modernismo**. São Paulo: CEAC, 1983.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1889: 01/jul, No 01; 08/jul, No 02; 14/jul, No 03; 14/jul, No 03; 22/jul, No 04; 29/jul, No 05; 24/set, No 15; 4/nov, No 19; 11/nov, No 20; 30/nov, No 21; 13/dez, No 22; 24/dez, No 23.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1890: 21/jan, No 27; 06/fev, No 30; 11/fev, No 31; 21/fev, No 33; 01/jun, No 53; 11/jun, No 55; 01/out, No 76; 18/out, No 79.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1891: 01/jan, No 92; 21/jan, No 96, 04/abr, No 107; 11/abr, No 108; 18/abr, No 109; 08/ago, No 125; 15/ago, No 126; 05/dez, No 142, 12/dez, No 143.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1892: 23/jan, No 149; 13/fev, No 152; 23/mar, No 149; 05/mar, No 155; 12/mar, No 156; 16/jul, No 174; 23/jul, No 175; 05/nov, No 190.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1893: 06/mai, No 216.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1894: 06/jan, No 251; 13/jan, No 252; 20/jan, No 253; 27/jan, No 254; 26/mai, No 270; 01/set, No 283; 22/set, No 286; 29/set, No 287; 01/dez, No296

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1895: 05/jan, No301; 12/jan, No 302; 19/jan, No 303; 02/fev, No 305; 05/mai, No 315; 10/mai, No 316; 15/mai, No 317.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1896: 15/jan, No 360; 19/abr; 05/jun, No 383; 20/set, No 400; 05/jan, No 358; 05/mar, No 368; 16/mar, No ESPECIAL; 12/dez, No 415; 11/mar, No 369.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1897: 01/fev, No 1; 20/jan, No 4; 05/fev, No 4; 09/fev, No 7; 17/fev, No 14.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1898: 15/abr, No 79.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1899: 01/dez, No 266; 03/jan, No 267; 03/dez, No 268; 05/dez, No 269; 07/dez, No 271; 08/dez, No 272; 12/dez, No 274; 20/dez, No 281; 31/dez, No 290; 05/dez, No 269.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1900: 04/jan, No 02; 06/jan, No 04; 09/jan, No 05; 14/mar, No 55; 20/jan, No 14; 23/jan, No 16; 24/mar, No 64; 2/mar, No 46; 6/mar, No 49; 5/jun, No 112; 6/jun, No 113; 8/jun, No 115; 10/jun, No 117; 12/jun, No 118; 13/jun, No 119; 26/set, No 199; 22/set, No 196; 28/set, No 201; 29/set, No 202.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1902: 02/jan, No 1; 03/jan, No 2; 03/jan, No 2; 04/jan, No 3; 07/jan, No 4.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1903: 24/mar, No 60; 1/fev, No 105; 2/fev, No 106; 5/ago, No 154; 7/ago, No 156.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1904: 26/fev, No 64; 8/mar, No 50; 11/mar, No 53; 30/mar, No 67; 30/mar, No 67; 1/jun, No 116; 12/mai, No 97; 16/mai, No 98; 18/mai, No 100; 19/mai, No 101; 20/mai, No 102; 23/mai, No 104; 24/mai, No 105; 27/mai, No 106; 27/mai, No 108; 30/mai, No 110; 1/jun, No 112; 3/jun, No 113; 6/jun, No 115; 7/jun, No 116; 8/jun, No 117; 10/jun, No 119; 14/jun, No 122; 18/jun, No 125; 16/jul, No 125; 1/set, No 182; 20/set, No 196.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1905 ANO XVII: 05/jan, No 4; 05/jan, No 4; 13/jan, No 10; 14/jan, No 11; 16/jan, No 12; 17/jan, No 13; 18/jan, No 14; 20/jan, No 16; 25/jan, No 20; 26/jan, No 21; 27/jan, No 22; 30/jan, No 24; 6/mai, No 97; 11/mai, No 101; 17/mai, No 104; 20/mai, No 107; 22/mai, No 108; 23/mai, No 109; 24/mai, No 110.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1908: 03/jan, No 02; 03/jan, No 02; 04/jan, No 03; 11/jan, No 07; 13/jan, No 08; 18/jan, No 13; 20/jan, No 14; 28/jan, No 21; 30/jan, No 23; 31/jan, No 24; 4/fev, No 17; 6/fev, No 28; 6/mar, No 51; 13/mar, No 57; 07/abr, No 72; 07/abr, No 72; 08/abr, No 73; 13/abr, No 76; 28/abr, No 86; 02/jul, No 134; 04/jul, No 136; 07/jul, No 138; 09/jul, No 140; 16/jul, No 145; 21/jul, No 149; 24/jul, No 152; 31/jul, No 158; 4/set, No 187; 5/set; 12/set, No 189; 16/set, No 192; 8/out, No 211; 20/out, No 210; 21/out, No 221.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1910, ANO XXII: 8/jan, No 5; 8/jan, No 5; 17/jan, No 12; 18/jan, No 13; 19/jan, No 14; 20/jan, No 15.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1911: 5/mai, No 96; l3/jul, No 125; 02/ago, No 162; 04/ago, No 164; 7/ago, No 166; 08/ago, No 167; 09/ago, No 168; 10/ago, No 169; 11/ago, No 170; 14/ago, No 172; 14/ago, No 172; 17/ago, No 174; 18/ago, No 175; 22/ago, No 178; 01/set, No 187; 6/set, No 191; 2/out, No 209; 7/out, No 214; 16/out, No 220; 3/nov, No 234; 10/nov, No 240;15/nov, No 243; 18/nov, No 246; 20/nov, No 247;28/nov, No 253; 18/dez, No 269.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1912: 02/jan, No 1; 04/jan, No 3; 08/jan, No 5; 10/jan, No 7; 12/jan, No 8; 15/jan, No 11; 16/jan, No 12; 17/jan, No 13; 22/jan, No 17; 25/jan, No 20; 26/jan, No 21; 31/jan, No 24; 03/fev, No 27; 10/fev, No 33; 22/abr, No 88; 30/abr, No 95; 6/mai, No 99; 17/mai, No 107; 9/jul, No 149; 19/jul, No 158; 25/jul, No 163; 29/jul, No 167; 5/ago, No 172; 28/ago, No 24; 11/set, No 202; 21/set, No 211; 8/out, No 224; 14/out, No 228; 17/out, No 231;02/nov, No 244, 04/nov, No 245; 23/nov, No 260.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1913, ANO XXV: 4/jan, No 3;7/jan, No 4; 9/jan, No 6, 14/jan, No 10; 18/jan, No 14; 20/jan, No 15; 21/jan, No 16; 24/jan, No 19; 27/jan, No 21; 28/jan, No 22; 1/mar, No 47; 12/mar, No 56; 13/mar, No 57; 19/mar, No 62; 29/mar, No 69; 17/mai, No 108; 9/jun, No 127; 1/ago, No 171; 8/ago, No 177; 14/ago, No 182; 20/ago, No 187; 30/ago, No 193; 1/set, No 197; 2/set, No 198; 5/set, No 201; 15/set, No 209; 23/set, No 216; 2/out, No 222; 13/out, No 231; 13/out, No 231; 22/out, No 239.

Jornal **A REPÚBLICA**. Natal, 1914, ANO XXVI: 8/jan, No 6; 14/fev, No 38; 9/mar, No 55; 7/abr, No 77.

Jornal **GAZETA DA TARDE**. Natal, 01/jul/1913, ANO I, No 1.

Jornal **O ECHO:** ORGÃO DE UMA SOCIEDADE ANÔNIMA. Natal, 01/mai/1912, ANO I, No 1.

Jornal **O MARTELO:** JORNAL CRÍTICO DE PRIMEIRA GRANDESA. Natal, 2/jun/1912, s/n.

Jornal **O TORPEDO:** ORGÃO DA DIVISÃO BRANCA. Natal, 22/fev/1909, ANO I, No 2.

Jornal **O TRABALHO:** FORÇA, VONTADE E MOVIMENTO. Natal, 23/jul/1905, ANO I, No 2.

Jornal **POTIGUARANIA:** ORGÃO DOS INTERESSES MODERNOS. Natal, 24/ago/1890, ANO I, No 1.

Jornal **TRIBUNA JUVENIL:** LUZ E LIBERDADE. Natal, 11/ago/1890, ANO I, No 1.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LEVINE, Robert. **O Poder dos Estados. Análise Regional: Pernambuco e a Federação Brasileira, 1889-1937.** In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, No. 1, O brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). 2a edição. São Paulo: Difel, 1977. (p. 122-151)

LINDOSO, José A. Spinelli. **A Reação da Oligarquia Potiguar ao Modelo Centralizador de Vargas.** Campinas: IFCH-UNICAMP, 1989. Dissertação de Mestrado.

LINDOSO, José A. Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó: O Rio Grande do Norte na Velha República.** Coleção Humanas Letras, 5. Natal: CCHLA, 1992.

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana.** São Paulo:Martins Fontes, 1981.

MAMEDE, Zila. **Luís da Câmara Cascudo: 50 anos de vida intelectual (1918-1968)**. Bibliografia Anotada. Vol. 1-Parte 1/2 e Vol. 2, Natal: Fundação José Augusto, 1970.

MARTINS, José de Souza. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História Lenta.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1994.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **As lutas de Classes na França de 1848 a 1950.** Obras Escolhidas. Volume 1. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, s/d. p. 93-198.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MEDEIROS, José Augusto B. **O Rio Grande do Norte no Senado da República.** Brasília, 1980.

MELO, Veríssimo de. **Patronos e Acadêmicos.** Academia Norte-Riograndense de Letras: Antologia e Biografia. Volume I - Patronos. Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1972

MIRANDA, João Maurício F. de. **380 anos de história foto-geográfica da cidade do Natal 1599-1979.** Natal: Editora Universitária, 1981.

MUHLSTEIN, Anka. **A Ilha Prometida: a história de Nova York do século XVII aos nossos dias.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História.** Volume 2. Belo Horizonte: Ed Itatiaia, 1965.

O’DONNELL, Guillermo e OSZLAK, Oscar. **Estado y Políticas Estatales en América Latina: Hacia una estrategia de investigación.** Documento CEDES/G.E. CLACSO/No 4, 1976 (mimeo).

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de. **O Processo de Industrialização - do capitalismo originário ao atrasado.** Tese de doutoramento. UNICAMP, s/d.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião.** Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflito de Classes. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA, Francisco de. **O Estado e o Urbano no Brasil.** São Paulo:Fundação do Desenvolvimento Administrativo, s/d (mimeo).

OLIVEN, Ruben G. **Urbanização e Mudança Social no Brasil.** 3a. Ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

PASSOS, Rubens de S. **Natal em Perfil.** Mandato Popular do Partido dos Trabalhadores - PT. Ver. Fernando Mineiro, 1992.

PECHMAN, Robert Moses. **Um Olhar Sobre a Cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

PECHMAN, Sergio e FRITSCH, Lilian. **A Reforma Urbana e seu Avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século.** In: Revista Brasileira de História, V. 5, No 8/9, setembro de 1984/abril de 1985. (p.139-195)

PINHEIRO, Eloisa Petti. **Intervenções Públicas na Freguesia da Sé em Salvador de 1850 a 1920: um estudo de modernização urbana.** Dissertação do Mestrado em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Conservação e Restauro da Faculdade de Arquitetura - UFBA - Salvador, 1992.

PINHEIRO, Rosa Aparecida. **Henrique Castriciano: Educação e Modernização no Limiar do Século XX.** Programa de Pós-Graduação - Mestrado em Educação, UFPb, João Pessoa/PB, 1996.

PINTO, Lauro. **Natal que eu vi.** Natal, Imprensa Universitária, 1971.

PIQUET, Rosélia. **Reestruturação do Espaço Regional e Urbano no Brasil:** o papel do Estado e dos grandes investimentos. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 1993.

POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte.** Edição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922) Rio de Janeiro: Annuário do Brasil, Porto: Renascença Portuguesa, 1922.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, O Poder, O Socialismo.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 2a. Ed, 1985.

POULANTZAS, Nicos. **Tipologia e Tipo de Estado Capitalista** In: POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977. p. 139-182.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo Numa Interpretação Sociológica.** In: História Geral da Civilização Brasileira, Tomo III, No. 1, O Brasil Republicano - Estrutura de Poder e Economia (1889-1930), Capítulo III, 2a edição. São Paulo: Difel, 1977. (p. 153-190)

RIBEIRO, Luiz Cezar de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de. (Orgs.). **A Crise da Moradia nas Grandes Cidades: da questão da habitação à reforma urbana.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

ROLNIK, Raquel. **História Urbana: História na Cidade?** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

ROLNIK, Raquel. **O Que é Cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O Social e o político na Transição Pós-Moderna.** In: Lua Nova, no 23, CEDEC, 1993.

SANTOS, Mário Augusto da S. **Novas e velhas ocupações na Salvador Republicana.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

SANTOS, Milton. **A Cidade e o Urbano Como Espaço-Tempo.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

SANTOS, Pedro A. de L. **Estado e Planejamento - A experiência dos Planos Diretores de Natal: 1974/1984.** Dissertação do Mestrado em Ciências Sociais - UFRN, 1989.

SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira.** 2a  ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Janice T. da. **Raízes da Ideologia e do Planejamento: Nordeste ( 1889-1930).** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978.

SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. **O setor de obras públicas e as origens do urbanismo na cidade de São Paulo.** In: FERNADES, Ana e GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (Orgs.). CIDADE & HISTÓRIA: Modernização das Cidades Brasileiras nos Séculos XIX e XX. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura, Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização.** 10a ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930).** Edição Comemorativa do Primeiro Centenário da Proclamação da República do Brasil. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

STUCKENBRUCK, Denise Cabral. **O Rio de Janeiro em questão: o Plano Agache e o ideário reformista dos anos 20.** Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas, IPPUR, FASE, 1996.

TAKEYA, Denise M. **Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil.** São Paulo-Natal: Ed. Hucitec e Editora UFRN, 1995.

TAKEYA, Denise M. **Um Outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915).** Fortaleza, BNB, ETEN, 1985.

TEIXEIRA, Flávio W. **As Cidades enquanto Palco da Modernidade: O Recife de princípios do século.** Dissertação do Mestrado em História - UFPE - Recife, 1991.

TOPALOV, Christian. **Os saberes sobre a cidade: Tempos de Crise?** In: Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos, No 34, Ano XI, São Paulo, SCT (PR)/FAPESP/FINEP, 1991.

TORRES, João Carlos Brum. **Figuras do Estado Moderno: representação política no ocidente.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

TOURAINE, Alain. **Crítica da Modernidade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

VIDAL, Maria do Socorro C. **A Ponte da Exclusão: os dois lados da cidade do Natal - RN.** Dissertação do Mestrado em Ciências Sociais - PUC - São Paulo, 1994.

# APÊNDICE BIOGRÁFICO

## FORMAÇÃO INTELECTUAL DA ELITE NO RIO GRANDE DO NORTE

Objetivando caracterizar melhor esta elite, iniciou-se um estudo sobre a trajetória de vida pessoal, intelectual e política, das principais lideranças e representantes políticos de Natal e do Rio Grande do Norte, no primeiro período republicano. A partir deste estudo, foi possível precisar suas posições dentro da correlação de forças no grupo dominante e na sociedade política, suas articulações e seus ideais. Neste grupo, identificamos algumas diferenças na maneira como estes representantes integraram-se à atividade política. Seja no Partido Republicano, no Governo do Estado ou Municipal ou nos cargos eletivos. Dentre as personalidades foram possível identificados a partir de suas atuações como articuladores, formuladores e/ou executores do projeto modernizatório de Natal, tanto a nível administrativo como político, assim como responsáveis pela estrutura central do grupo oligárquico que se instalou no Estado do Rio Grande do Norte os seguintes nomes:

Pedro Velho

Amaro Cavalcanti

José Bernardo

Alberto Maranhão

Manoel Dantas

Elias Souto

Augusto Severo

Dr. Luís Carlos Lins Wanderley

Manuel Segundo Wanderley

Henrique Castriciano

#### Pedro Velho

O estudo da história política do Rio Grande do Norte, no período que abrange o fim da monarquia e início do regime republicano, não poderá ser realizado sem se dedicar à compreender a figura central, que foi Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Pertencia a uma família importante na região, desde o período colonial, destacando-se como proprietários de grandes extensões de terra e produtores de cana-de-açúcar, assim como proprietários de usinas açucareiras. Descendente de Jerônimo de Albuquerque, o primeiro Capitão-Mor da Capitania do Rio Grande, e André de Albuquerque, famoso pela participação na revolução republicana de 1817.

Pedro Velho nasceu em Natal, a 27 de novembro de 1856. Foi o chefe da propaganda, organizador das instituições republicanas, primeiro governador eleito, líder partidário durante 18 anos. Exerceu uma liderança política sem paralelo na história política da Província, iniciada nos fins do século passado e se prolongando até o ano de sua morte, em 1907.

Estudou os cursos básicos e preparatórios no Recife e, posteriormente, na Bahia, onde estudou também música e piano. Em 1873 ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, fazendo até o 4o ano. Viajou à Europa e no regresso transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde formou-se em 1881. Neste período, casou-se com a irmã de sua mãe, d. Nila (Petronila Florinda Pedroza), com quem teve 13 filhos.

De volta a Natal, 1882, dedicou-se às atividades médicas, exercendo a especialidade de ginecologia e obstetrícia; e às atividades ligadas a educação, fundando o Ginásio Rio-Grandense. Dedicou-se ao ensino secundário, ensinando História Geral e do Brasil no Ateneu Norte-rio-grandense, cuja cadeira obteve mediante concurso público. Posteriormente, ainda, foi nomeado Inspetor de Saúde Pública da Província (não foi encontrada a data).

“*Pedro Velho, pelo seu tipo físico, alto, forte, farta cabeleira, porte elegante, sempre muito bem vestido, e pela sua inteligência privilegiada e irradiante, inspirava simpatias a quantos dele se aproximavam, desde logo conquistados pela afabilidade do seu trato e pelo seu modo de ser como homem e como intelectual.*” (MEDEIROS, 1980, p. 48).

Como intelectual aproximou-se das idéias liberais, que despontavam no Brasil, acreditando nas perspectiva de progresso e civilização. Como político, envolveu-se no movimento pela libertação dos escravos, passando a defender as idéias republicanas.

Identificou-se algumas divergências entre as interpretações a respeito do envolvimento de Pedro Velho nestes movimentos, motivadas pela identificação dos compromissos e interesses familiares que demonstrou em diversas ocasiões, assim como, na sua atitude no momento posterior à Proclamação da República. Neste, deixou de lado todos os republicanos históricos, considerando apenas os de sua confiança, independente de partido ou idéias que defendessem.

#### Amaro Cavalcanti

Nasceu a 15 de agosto de 1849, numa fazenda às margens do rio Piranhas, no Município de Caicó, hoje região pertencente a Jardim de Piranhas. Foi considerado a figura mais importante do Rio Grande do Norte durante a Primeira República.

De família muito pobre, porém muito estudioso, foi educado pelo próprio pai, que era professor e ensinava de fazenda em fazenda na localidade de Jardim de Piranhas. Mudou-se para Caicó, onde estudou Latim. Ainda adolescente trabalhou como comerciante (caixeiro) no interior da Paraíba e no Recife. Posteriormente, aventurou-se na direção norte do País, chegando ao Maranhão, onde conseguiu um emprego como professor de Latim.

Seu irmão mais velho, João Maria, que havia freqüentado o Seminário de Olinda, ordenou-se como Padre em uma cerimônia realizada em Fortaleza, a qual Amaro Cavalcanti foi assistir. Lá chegando, obteve informações sobre a existência de uma vaga para professor de Latim em uma escola em Baturité, uma das cidades mais importantes do interior do Ceará. Concorreu a esta vaga, foi aprovado e permaneceu nesta cidade.

Em Baturité, envolveu-se com as lutas políticas, filiou-se ao Partido Conservador e fundou vários jornais.

Casou-se com a filha do Juiz de Direito da cidade de Baturité que, posteriormente, tornou-se Presidente da Província do Ceará. A essa altura, além de professor de latim, exerciam a profissão de advogado provisionado. Através da interferência do sogro, foi para os Estados Unidos fazer um curso ligado a organização do ensino primário. Lá chegando, com 22 anos, conseguiu matricular-se na Faculdade de Direito da Universidade de Albany, concluindo o curso em dois anos, como o primeiro aluno da turma. Embora fosse estrangeiro, conseguiu o título de Doutor em Direito, o que lhe garantiu a permissão de advogar no Estado de Nova York.

Voltou ao Brasil, com um relatório escrito sobre a situação do ensino primário na América do Norte, razão da sua viagem.

Neste retorno, foi nomeado Diretor do Liceu e Inspetor Geral da Instrução Pública do Governo da Província do Ceará e envolveu-se definitivamente com a política, aderindo à causa abolicionista.

Em 1889, publicou no jornal “O Paiz”, sua adesão à causa republicana. Participou do ato de Proclamação da República a que compareceu, com outros republicanos de destaque. Nesta ocasião, foi nomeado como o primeiro Vice-Governador Provisório do Rio Grande do Norte.

Foi incluído na chapa do Partido Republicano à Constituinte, sendo eleito senador pelo Rio Grande do Norte em 1890, destacando-se como um dos mais cultos elaboradores da Constituição de 1891. Terminado seu mandato como Senador, foi convidado pelo Governo de Floriano Peixoto a desempenhar funções diplomáticas no Paraguai.

Em 1897, foi eleito novamente para o Parlamento como deputado federal pelo Rio Grande do Norte, cargo este que não chegou a assumir, porque foi convidado para ser o Ministro da Justiça do governo Prudente de Morais.

O país estava viveu um período de crise política, que ameaçava a estabilidade da Presidência da República, e houveram tentativas de golpes e de assassinato de Prudente de Morais. Amaro Cavalcanti, como Ministro da Justiça, enfrentou a situação, contribuindo para restaurar a ordem democrática e da legalidade. Terminado o Governo de Prudente de Morais, Amaro Cavalcanti foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal, onde aposentou-se em 1914.

O Governo ainda aproveitou os seus serviços na comissão revisora do Código Civil, e em 1914, no governo Wenceslau Braz, foi nomeado Prefeito do Distrito Federal. Neste cargo notabilizou-se pois não se limitou aos programas de embelezamentos das áreas centrais da cidade, mas dirigiu sua ação para o interior do município, construindo estradas de rodagem e subsidiando em parte a produção agrícola. Ainda restaurou as finanças e a instrução pública, profissionalizando-a e colocando-a como ação privilegiada na administração da Cidade do Rio de Janeiro.

Fundou a Sociedade Brasileira de Direito Internacional e tomou parte, como delegado do Brasil, em 1915, na Conferência Pan-Americana de Washington. Foi prefeito do Distrito Federal, no governo de Wenceslau Braz, membro do Tribunal Arbitral de Haia e, posteriormente, quando Rodrigues Alves assumiu a presidência pela segunda vez, foi convidado e assumiu a pasta de Ministro da Fazenda.

Foi um dos políticos mais notáveis que o Rio Grande do Norte já possuiu. Profundo conhecedor de várias esferas do saber, destacando-se a Pedagogia, o Direito Internacional, Economia, Finanças e o Direito Constitucional. Publicou mais de 40 livros sobre os mais variados assuntos, em português, francês e inglês. Faleceu a 28 de janeiro de 1922, no Rio de Janeiro.

#### José Bernardo

Na história política do Nordeste existiram os coronéis. Estes se destacaram pelo exercício do poder de autoridade advindo da posição que ocupavam de verdadeiras autoridades sociais em suas regiões. Neste sentido, colocavam-se como comandantes do grupo social a que pertenciam, do partido político a que filiavam-se, dedicando-lhes apoio e solidariedade. Portanto, existiam porque tinham eminente função social a desempenhar.

O seridoense José Bernardo de Medeiros foi desses chefes locais cuja autoridade todos acatavam.

Nascido em agosto de 1837, em uma fazenda pertencente ao município da Vila do Príncipe (Caicó), hoje localizada na região de São João do Sabugi; de pais muito pobres, pequenos criadores de gado, só aos 11 (onze) anos começou a freqüentar a escola primária, passando aos 13 (treze) a estudar latim e francês. Foram estes os seus únicos estudos. Ao contrário das demais biografias aqui apresentadas foi o único que não obteve projeção como intelectual.

Casou-se com a filha de seu professor de latim, Joaquim Apolinar Pereira de Brito, o qual pertencia à elite local, pois era sobrinho do padre Francisco de Brito Guerra, que fora senador do Império, e, por muitos anos um dos homens mais influentes no Rio Grande do Norte.

Iniciou-se como Subdelegado de Polícia do Distrito de Caicó, em 1859; sendo depois Administrador da Mesa de Rendas, em 1860; Vereador e Presidente da Câmara Municipal, em 1860; Suplente de Juiz Municipal, em 1861; Coletor Provincial; em 1862; Deputado Provincial e Tenente-Coronel Comandante de um Batalhão da Guarda Nacional, em 1867. Incorporou-se, em 1865, como voluntário, às forças militares da Guerra do Paraguai, sendo dispensado em 1866.

Posteriormente, foi 04 (quatro) vezes Vereador da Câmara Municipal, ocupando a presidência em duas delas; 05 (cinco) vezes eleito à Assembléia Provincial, tornando-se presidente por dois biênios; e nomeado por 02 (duas) vezes pelo Governo Imperial, como Vice-Presidente da Província, em 1882 e 1884.

As constantes viagens que fazia à Capital do Rio Grande do Norte para participar das Assembléias do Legislativo, aproximou-o dos políticos que à época dirigiam a vida partidária da Província. Filiou-se ao Partido Liberal, assumindo a função de chefe dos liberais, passando a afirmar-se como uma liderança política. Em 1889, ano da ascensão do Partido Liberal a nível federal, houve um desentendimento entre José Bernardo e Amaro Bezerra, liderança pernambucana. No entanto, este conflito teve como desfecho a consagração o prestígio de José Bernardo como o grande chefe eleitoral da província.

Em 15 de novembro, proclamada a República, José Bernardo incorporou-se à nova bandeira democrática do Partido Republicano. Pedro Velho assumiu o governo provisório, e José Bernardo foi, desde logo, nomeado membro do Conselho Executivo, encarregado dos Negócios Interiores. Ocorrido o processo eleitoral para a Constituinte Nacional, este foi eleito como Deputado Federal.

Na Constituinte Federal a bancada norte rio-grandense participou de alguns confrontos políticos. Discorda politicamente de alguns encaminhamentos da bancada, José Bernardo rompe com Pedro Velho, e passou a chefiar a corrente oposicionista da bancada norte riograndense. Em 1897, no entanto, os dois reencontram-se no mesmo bloco político.

No senado Federal, José Bernardo não teve capacidade de se projetar, porém era respeitado pelos mais próximos. Em 1904, adoeceu gravemente, vindo a falecer no Sítio Solidão em Caicó, residência de seu genro Manoel Mariz, em janeiro de 1907.

#### Alberto Maranhão

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em outubro de 1872, no município de Macaíba, vizinho à capital do Rio Grande do Norte. Desde muito jovem demonstrara sua fascinação pelos temas artísticos e culturais.

Estudos inicialmente na sua cidade e em Natal, de onde saiu para estudar na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Pernambuco, formando-se em dezembro de 1892 com apenas 22 anos. Durante o período em que cursou a Faculdade, costumou estar presente a todos os concertos e espetáculos que eram apresentados no Teatro Santa Isabel, no Recife.

Três anos depois de formado casou-se com Inês Barreto, filha de Juvino Barreto, indo residir à Praça Augusto Severo, na Vila dos Barretos, com quem teve seis filhos.

Como jurista ocupou, por quatro meses, o cargo de Promotor Público de Macaíba, sendo, logo em seguida, nomeado como Secretário do Estado. Permaneceu nesta função durante toda a administração de Pedro Velho e nos três primeiros anos da administração de Ferreira Chaves. Deixou este cargo para ser Procurador do Estado, permanecendo até assumir a direção do Governo do Estado em 1900. Dirigiu, ainda, o jornal A República, mostrando-se um excelente jornalista.

Como governador, entre 1900 e 1904, assinou a Lei No 145, de 6 de agosto de 1900, a qual autorizava o próprio governador a premiar livros de ciência e literatura. Com a autorização concedida pelo Congresso Estadual, premiou livros de direito, geografia, poesia, entre outros. Posteriormente, fundou o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em março de 1902, auxiliando-o com a publicação da sua Revista. Durante este período, instituiu a Comissão de Obras Contra a Seca.

Ao deixar o governo em 1904, elegeu-se Deputado Federal, permanecendo nesta função por quatro anos, voltando ao governo em 1908. Na Câmara, foi membro da Comissão de Diplomacia.

No segundo período como governador, não esquecendo sua ligação com a arte, fundou o Conservatório de Música, para estimular o gosto musical dos natalenses; e mandou reconstruir o Teatro Carlos Gomes.

Ao deixar o governo, em 1913, distanciou-se da política, indo para o Rio de Janeiro com a família, morar na cidade de Paratí. Faleceu em Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1944.

Em 1957, a Prefeitura Municipal do Natal, editou a Lei No 744, de 23 de agosto, na qual denominou Alberto Maranhão, o então Teatro Carlos Gomes, em reconhecimento aos serviços por ele prestados em benefício da cidade do Natal.

#### Manoel Dantas

Natural de Caicó, cidade localizada na região do Seridó do Estado do Rio Grande do Norte. Foi jornalista, político, advogado, juiz, educador e precursor dos estudos de folclore neste Estado. Exerceu duas vezes cargos administrativos: o primeiro foi o de Inspetor de Instrução Pública, exercendo este cargo durante vários anos, os quais não foi possível precisar com exatidão o período; e o segundo como vice-governador de Tavares de Lira (1904-1906). Quando este se afastou para assumir o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, no governo Federal, Manoel Dantas assumiu interinamente o posto de Governador do Estado.

O *Metier* de Manuel Dantas era exercer a função de jornalista e propagandista do Partido Republicano, como editor do Jornal A República. Como estudioso das tradições populares no Estado, valorizou nos seus textos, publicado na Imprensa, os contos, crenças e lendas, superstições e velhos costumes. Dentre os artigos publicados, no jornal A República e, posteriormente, em diversas edições nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Dentre eles destacou-se uma conferência proferida na Capital do Estado, na qual fez algumas previsões sobre “*Natal daqui a 50 anos*”, onde descreveu sua fantasia com relação ao futuro da cidade com muito humor. Esta conferência realizou-se em 1909, no salão de honra do palácio do Governo, à Praça André de Albuquerque, onde compareceu, pagando a entrada, a nata da sociedade natalense da época.

####

#### Elias Souto

Nasceu em janeiro de 1848, na cidade do Açu/RN. Foi abolicionista ardoroso, porém fiel ao Partido Conservador da Monarquia e Coronel da Guarda Nacional.

Ficou conhecido como um disseminador da imprensa escrita no Estado do Rio Grande do norte e jornalista político, uma vez que criou diversos jornais em várias regiões. Sua inserção se limitou às regiões próximas a Natal, estendendo-se até os municípios do Assú e Macau. Entre os jornais, podem ser destacados: no Assú, “O Vagalume”, “O Sertanejo”, “O Assuense”, “A Abolição”; em Macau “O Macauense”; em São José de Mipibú “O Nortista”; e em Natal “A Primavera”, “A Rosa”, “A Saudade”, “O Beija-Flor” e “O Cacete”. No ano de 1895, o seu jornal “O Nortista” mudou de nome, passando a “Diário de Natal”, primeiro jornal do Estado com publicação diária.

Faleceu em Natal, a 17/maio de 1906.

#### Augusto Severo

Augusto Severo de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba, em janeiro de 1864. Irmão de Pedro Velho e Alberto Maranhão.

Estudou inicialmente em Natal, ingressando na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde estudou Engenharia até o 3o ano. Regressou a Natal, onde iniciou a atividade de professor. Em 1892 foi eleito deputado estadual e, em 1893, deputado federal. Destacou-se no exercício da política, chegando a ser convidado a candidatar-se pelo Rio de Janeiro, antiga capital.

Considerado como um dos pioneiros da aviação brasileira. Desde muito pequeno sonhava com a possibilidade de um dia voar e, para tanto, dizia ter o segredo da dirigibilidade dos balões. Lutou durante muitos anos para conseguir recursos e construir o seu dirigível. Ao conquistar as condições ecessárias, viajou a Paris. Lá, no dia 12 de maio de 1902, o dirigível que construiu, conhecido como Pax, voou provando a viabilidade do seu invento. Um incêndio destruiu o Pax e, além de Augusto Severo, morreu o mecânico Sachet.

#### Dr. Luís Carlos Lins Wanderley

Nasceu em Vila Nova da Princesa (Açu/RN) em agosto de 1831. Foi o primeiro médico norte-riograndense a exercer sua profissão no Estado. Misturava diversas outras atividades diferentes e surpreendentes para a época em que viveu. Não limitou-se ao exercício de sua profissão. Foi poeta, jornalista, teatrólogo e professor do Atheneu. Envolveu-se nas campanhas de tratamento às epidemias que assolavam a cidade do Natal em meados do século XIX, tornando-se, com isso, diretor do Hospital da Caridade. Posteriormente envolveu-se com a política, exercendo cargos administrativos e legislativos, sucessivamente. Na administração da Província, exerceu as funções de Inspetor de Saúde e Diretor de Instrução Pública, tendo como vice-presidente, governado a Província durante um mês, em 1886. No legislativo, ocupou uma cadeira na Câmara Provincial como Deputado, em cinco períodos, onde defendeu as idéias liberais que, à época, era uma novidade que chegava ao Brasil.

Faleceu em Natal em fevereiro de 1890

#### Manuel Segundo Wanderley

É interessante como a trajetória do pai, Luiz Carlos Lins Wanderley, influencia a vida de Manuel Segundo Wanderley (1860-1909), que o sucedeu em quase todas as suas atividades.

Nasceu em Natal, a 6/abr de 1860. Formou-se em 1886 em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, exercendo esta profissão, sendo também poeta, jornalista e teatrólogo. Como o pai, foi um homem de teatro e autor de inúmeros peças teatrais. Escrevia dramas, comédias, revistas, todas encenadas na cidade do Natal. Ele próprio pintava os cenários, ensaiava o elenco, pagava os operários, convidava o povo para o espetáculo e servia de contra-regra durante a encenação. Como médico, foi muito popular, atendendo a população nas ruas, nas farmácias e a qualquer hora onde fosse chamado. Foi abolicionista e republicano. Como administrador se destacou em dois momentos exercendo o mesmo cargo público, como Inspetor de Higiene Pública (espécie de Secretário de Saúde Pública).

Morreu em Natal, em janeiro de 1909, com 49 anos.

#### Henrique Castriciano

*“Castriciano nasceu em Macaíba, a capital econômica da província do Rio Grande do Norte, em 1871”* (PINHEIRO, 1996). Filho de Eloy Castriciano de Souza. Sua mãe faleceu em 1879 e em seguida o pai, em 1881, acometidos pela tuberculose, e posteriormente, em 1901, a irmã poeta, Auta de Souza. Henrique Castriciano vivia sempre doentio.

Estudou em colégios não religiosos, internos e externos do Recife, sempre interrompido pela pneumonia ou pela tuberculose, que exigiriam seus cuidados por toda a vida. Foi criado pela avó.

Em 1909, embarcou para a Europa e Oriente Médio, na tentativa de curar-se da tuberculose e de sintomas de bócio. Visitou a Itália, Grécia, Egito e Palestina, retornando pela França e Suíça. Em sua volta a Natal, organizou minucioso material bibliográfico na área educacional, iniciando sua campanha pela educação popular, em especial a feminina, convencendo amigos e o governador Alberto Maranhão a aderirem ao projeto. Em 1910 participou da fundação da Liga de Ensino, base para a abertura da Escola Doméstica, em 1911.

Ocupando vários cargos públicos, como Vice-Governador por dez anos, nos governos de Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920) e de Antônio J. de Melo e Souza (1920-1924); Procurador Geral do Estado, como Secretário de Governo, na legislatura de Alberto Maranhão.

Na segunda década deste século, com a decadência da oligarquia Maranhão, iniciou-se o ostracismo em sua carreira. Em 1924, aos 50 anos, encontrava-se desempregado sendo obrigado a se readaptar. Transferiu-se para o Rio de Janeiro onde viveu até 1933, sobrevivendo da ajuda de amigos.

Retornou a Natal, onde tentou a profissão de comerciante, mas sem o preparo necessário, não alcança sucesso. A gerência dos negócios da família não o interessava, viveu de rendas enquanto duraram; o grande comércio construído pelo pai e o avô foi, aos poucos, consumido pelos tratamentos de saúde e viagens, estando no final de sua vida dependendo de favores.

 Em 1937, voltou ao Rio de Janeiro, onde encontrou dificuldades para acomodar-se à nova realidade. Sem trabalho, vai ser reaproveitado por Tavares de Lira que o colocaria em posto humilde no Tribunal de Contas da União, onde aposentou-se em 1942, com 68 anos.

 Em Natal, no ano de 1944 sofre um derrame cerebral, vindo a falecer em julho de 1947; deixando como legado a Liga de Ensino, a Escola Doméstica de Natal, a organização dos Escoteiros, a valorização do artesanato e das tradições, e a luta pela ampliação da educação popular, como suas marcas para a modernização da sociedade potiguar (Ver PINHEIRO, 1996)

1. Até 1895, este jornal chamava-se “O Nortista”. Não se trata do Jornal Diário do Natal que circula atualmente. [↑](#footnote-ref-1)
2. Neste está faltando o livro referente ao primeiro semestre de 1911. [↑](#footnote-ref-2)
3. A imprensa local, em várias ocasiões, trata da questão do embelezamento da cidade como “*aformoseamento*”. [↑](#footnote-ref-3)
4. Os homens do século XIX percebem a impossibilidade de restaurar a ordem e a harmonia da cidade industrial. Por tal razão, alguns julgam que as formas irracionais de convivência devam ser substituídas por outras completamente diversas, ditadas pela razão pura. Na primeira metade do século XIX, alguns idealizadores de cidades tentam passar à ação contrapondo à cidade real uma cidade ideal. São exemplos: Robert Owen, Charles Fourier e Etiene Cabet, [↑](#footnote-ref-4)
5. No livro A Situação da Classe Operária de 1845, Engels se remeteu a esta realidade e aos problemas, descrevendo e analisando as condições de vida dos pobres, sua organização e o aparecimento de leis sanitárias cujo objetivo era melhorar os locais e os bairros insalubres. Além disso, observa-se que a bibliografia clássica se refere à questão urbana como uma das condições necessárias para a formação e conscientização da Classe Operária. [↑](#footnote-ref-5)
6. Nesta comissão deviam estar presentes, impreterivelmente, um médico e um arquiteto. [↑](#footnote-ref-6)
7. Desde o início, Nova York teve a função urbana de ser um mercado e a capacidade de atrair estrangeiros: franceses, ingleses, irlandeses, judeus, etc. Por isso, apresenta duas características: a população cosmopolita e a subordinação da política ao interesse dos comerciantes. Era um entreposto comercial e um centro cultural. Seu desenvolvimento se deu a partir do aperfeiçoamento das intervenções do poder público francês e inglês, principalmente. [↑](#footnote-ref-7)
8. Ver: CARVALHO (1985) e (1996), DINIZ MOREIRA (1994), OLIVEIRA (s/d), PINHEIRO (1992), SILVA (1978) e TEIXEIRA (1991). [↑](#footnote-ref-8)
9. O Escritório de Saturnino de Brito, esteve presente em Natal em 1935, após a sua morte. [↑](#footnote-ref-9)
10. ”*Porção ou faixa de terra*”. (HOLANDA, 1986). [↑](#footnote-ref-10)
11. Esse limite, nos dias atuais, não é mais o limite do município de Natal, no entanto continua definindo o limite, dentro do município, do regime de propriedade dos terrenos foreiros e do patrimônio público da Prefeitura Municipal. (FERREIRA, 1996, p. 186 e 188). [↑](#footnote-ref-11)
12. ”*Local, no leito dos rios, onde se remansam as águas, dando a impressão de um lago sereno.*” (HOLANDA, 1986). [↑](#footnote-ref-12)
13. Este serviço era prestado por B. & Max Bourgard, cujo estabelecimento era denominado “*Photographia Allemã*”, os quais tinham a garantia de perfeição, “*em dias limpos assim como nublados.*” [↑](#footnote-ref-13)
14. “I*NTENDÊNCIA MUNICIPAL - POSTURA: o Conselho da Intendência Municipal da Cidade do Natal, Resolve: Art 1o -Todas as casas encravadas nas praças, ruas, travessas e beccos desta cidade ficam sujeitas ao imposto de 500 réis mensais para a limpeza pública, pago pela pessoa que ocupa a casa; (...); Art. 4o - Organisado o serviço de limpeza ficarão todos obrigados a mandarem varrer diariamente as suas cazas e quintaes e depositar o lixo em uma vasilha à porta, pela manhã, para ser conduzido pelas carroças; Art. 5o - É expressamente prohibido deixar lixo nas praças, ruas, travessas e beccos da cidade. Os infractores incorrerão na multa (...); Art. 6o - O imposto (...) só é devido do 1o. de março de 1891 em diante (...); Art. 7o - Para effectiva cobrança desse imposto o secretário deste conselho (...), procederá o arrolamento das cazas existentes nesta cidade, (...); Art. 8o - Concluído o arrolamento (...), os Fiscaes logo que se edifique qualquer prédio em seu distrito o comunicarão ao secretario (...).*” **(Jornal A REPÚBLICA, 21 de janeiro de 1891, No 96, p. 4).**

 “*EDITAES - De ordem do Conselho de Intendência Municipal desta Capital, faço público (...) que (...), attendendo às diversas reclamações dos proprietários desta capital, prorrogou-se (...) até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo para o rebaixamento e nivelamento de calçadas dos mesmos prédios, inclusive as frentes e muros existentes no perímetro desta cidade, o qual só tem por fim o aformo****seamento da mesma cidade, (...).*” (Jornal A REPÚBLICA, 16 de julho de 1892, No 174, p. 4)**

 “*RESOLUÇÃO - O conselho da Intend. Mun. do Natal, resolve: Art. 10 - O perímetro da cidade, p/ effeitos da cobrança do foro, fica sendo, na linha do sul, da Lagoa Manoel Felippe, estendendo-se pelo curso da corrente do Baldo, até chegar ao Rio Potengi.*” **(Jornal A REPÚBLICA, 29 de setembro de 1900, No 202, p. 1)** [↑](#footnote-ref-14)
15. Em meados do século XIX, foram autorizadas construções significativas na região do Alecrim, como os edifícios da Casa de Caridade da Capital, Lazareto da Piedade e o Cemitério. [↑](#footnote-ref-15)
16. Houve um deslocamento muito grande da população para a capital, chegando em 1905 a concentrar mais de 15 mil flagelados em Natal, quando a sua população era de 16.056 hab., conforme o Censo de 1900. (SOUZA, 1989, p. 234). [↑](#footnote-ref-16)
17. Existem informações contraditórias de que em 1850, encontrava-se em funcionamento o Hospital Militar da Guarnição Federal, o qual foi reconstruído em 1890. [↑](#footnote-ref-17)
18. No final do século XIX, quando se tornava impossível uma explicação científica para as causas de alguma doença endêmica, era comum atribuí-las aos miasmas, que são emanações fétidas do solo, supostamente nocivas. [↑](#footnote-ref-18)
19. Até 1869, o executivo funcionava na Cidade Alta, quando foi transferido para a Ribeira, à rua do Comércio (atual rua Chile), em um prédio assobradado. O andar térreo ficou reservado à secretaria e o restante era residência do Presidente da Província. [↑](#footnote-ref-19)
20. Localizado no Município de Macaíba. A partir da instalação de um pequeno porto na região de Guarapes, passou concentrar grande parte da produção da região próxima e escoar para os mercados dos Estados vizinhos. [↑](#footnote-ref-20)
21. Sobre este empreendimento não foram encontradas quaisquer outras informações. [↑](#footnote-ref-21)
22. Os dois jornais encontrados por esta pesquisa, Tribuna Juvenil e O Trabalho, se deram ao acaso e, por não se tratar de nosso objeto de estudo, não foi desprendido esforço para detectar a existência de outros exemplares ou avaliar sua repercussão na Estado. [↑](#footnote-ref-22)
23. No dia 18 de dezembro de 1895, o Secretário de Governo, bacharel Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão, solicitara ao governador Pedro Velho a autorização para assinar-se apenas Alberto Maranhão, o que lhe foi concedido (Jornal A República, 12/1/1895, p. 1). [↑](#footnote-ref-23)
24. Lugar onde se salgava a carne e o peixe. [↑](#footnote-ref-24)
25. Nicolau Bigois, comerciante (atacado ou a varejo), proprietário de duas lojas no bairro da Ribeira. [↑](#footnote-ref-25)
26. Atual Praça Augusto Severo [↑](#footnote-ref-26)
27. Com a definição deste limite, a Intendência pôde cobrar anualmente o imposto pelo uso dos terrenos concedidos na área urbana - cobrava-se o foro por metro quadrado de superfície. Até a publicação desta Resolução houveram contestações, alegando-se estar fora dos limites urbanos. [↑](#footnote-ref-27)
28. A localização da atual Avenida Alberto Maranhão não coincide com a localização descrita na referida Resolução: “*(...) partindo da Praça Pedro Velho, no rumo norte, para as dunas, (...)*”. [↑](#footnote-ref-28)
29. Esta planta cadastral não foi localizada durante a pesquisa. A coordenação de Obras Públicas da Intendência pretendia com esta Carta, ter condições de proceder estudos para propor as melhores alternativas para as intervenções posteriores. [↑](#footnote-ref-29)
30. Existiam alguns barracões destinados especialmente para os doentes. [↑](#footnote-ref-30)
31. Posteriormente, transformou-se na Empresa de Melhoramentos de Natal. [↑](#footnote-ref-31)
32. Ecletismo é uma forma estilista proposta que predominou a partir da segunda metade do século XIX. Constitue-se na mistura de elementos de vários estilos arquitetônicos. Surgiu como uma resposta a toda uma discussão que havia sobre estilos puros e às tentativas de encontrar-se um estilo próprio do século XIX. Incorporou os avanços tecnológicos da Revolução Industrial, e ficou conhecido como o estilo da Burguesia Industrial. No entanto, existe uma discussão dentro da Arquitetura, na qual questiona-se chamar o Ecletismo de estilo. [↑](#footnote-ref-32)
33. Refoles era a denominação da região localizada próximo a uma outra chamada Alecrim. A primeira ficava às margens do rio Potengi, onde, posteriormente, foi construída a sede da Base Naval da Marinha Brasileira. [↑](#footnote-ref-33)
34. Todas as fiscalizações eram publicadas no jornal. Algumas, no entanto, eram contraditórias, pois apresentavam os resultados da fiscalização condenando o uso do imóvel, ao mesmo tempo em que exigiam apenas sua limpeza. [↑](#footnote-ref-34)
35. Não foi possível localizar o trecho no mapa da cidade, a que se refere este calçamento. Atualmente, as ruas Voluntários da Pátria e General Osório são perpendiculares, uma em relação à outra, não existindo nenhum cruzamento destas com a rua Ulisses Caldas. Atualmente, existe a rua Duque de Caxias na Ribeira. [↑](#footnote-ref-35)
36. Durante a pesquisa esta planta não foi localizada. [↑](#footnote-ref-36)
37. Os jornais locais chamam “**aparelhagem LOBNITZ**” e “*Guindaste de GUINES*”. [↑](#footnote-ref-37)
38. Limpa era como se chamava a região em que hoje está localizado o bairro de Santos Reis. [↑](#footnote-ref-38)
39. Segundo Cascudo, este Sitio Solidão era o recanto preferido pelo Senador Pedro Velho (Jornal Diário de Natal, 20/7/1949, p. 2). [↑](#footnote-ref-39)
40. Ressaltando que o Sr. Valle Miranda era o concessionário da iluminação pública de Natal, proprietário da Empresa de Iluminação a gás acetileno, criada em 1905. [↑](#footnote-ref-40)
41. Desde 1892, existia energia elétrica em Natal na Fábrica de Tecidos, de propriedade do Sr. Juvino Barreto. [↑](#footnote-ref-41)
42. ”*(...) Domingos Barros montou, durante a administração anterior do Sr. Alberto Maranhão, a primeira installação de acetyleno canalizado do Estado, montando, logo em seguida, a Uzina que ainda existe para illuminação geral da cidade, com apparelhagem de sua invenção, que obteve o grande premio na Exposição Nacional. Estes sucessos felizes foram o caminho para a grande Empreza de Melhoramentos, que elle fundou (...)*” (Jornal A República, 30/4/1912, p. 1). [↑](#footnote-ref-42)
43. Esta residência era tão majestosa que, ao final de seu governo, quando ”*(...) Alberto Maranhão deixou Natal, em junho de 1915 inaugurou-se o Hotel. (...) Era o ponto preferido pelos estrangeiros para se hospedarem. (...) A condução fixou o morador. O colapso dos bondes matou o Hotel Tirol, sempre cheio e até com famílias natalenses (...). Era passeio domingueiro (...). Tornou-se clássica a “voltinha do Tirol”(...) Em dezembro de 1929, fundou-se o Aero Club. (...)*” (Jornal Diário de Natal, 20/7/1949, p. 2). [↑](#footnote-ref-43)